

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FERNANDA ALVARENGA REZENDE

**CARACTERIZAÇÃO MÉTRICA E GRAMÁTICA DE RESTRIÇÕES
DO ACENTO VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

UBERLÂNDIA
2018

FERNANDA ALVARENGA REZENDE

**CARACTERIZAÇÃO MÉTRICA E GRAMÁTICA DE RESTRIÇÕES
DO ACENTO VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: (i) Teoria, descrição e análise linguística.

Orientador: Prof. Dr. José Sueli de Magalhães

UBERLÂNDIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R467c Rezende, Fernanda Alvarenga, 1987-
2018 Caracterização métrica e gramática de restrições do acento verbal no
português brasileiro / Fernanda Alvarenga Rezende. - 2018.
129 p. : il.

Orientador: José Sueli de Magalhães.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.615>

Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Língua portuguesa - Acentos e acentuação -
Teses. 3. Língua portuguesa - Verbos - Teses. 4. Morfologia - Teses. I.
Magalhães, José Sueli de. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

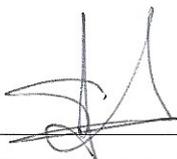
Gerlaine Araújo Silva – CRB-6/1408

FERNANDA ALVARENGA REZENDE

**CARACTERIZAÇÃO MÉTRICA E GRAMÁTICA DE RESTRIÇÕES
DO ACENTO VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese aprovada para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora constituída por:

Uberlândia, 02 de março de 2018.



Prof. Dr. José Sueli de Magalhães (Orientador) – UFU

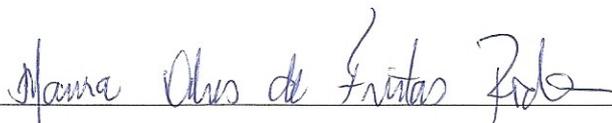


Prof.ª Dr.ª Gladis Massini-Cagliari – UNESP/Araraquara

Prof. Dr. Seung Hwa Lee – UFMG



Prof.ª Dr.ª Camila Tavares Leite – UFU



Prof.ª Dr.ª Maura Alves de Freitas Rocha – UFU

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter me dado oportunidades tão valiosas e enriquecedoras.

Aos meus pais, Marcus e Lindeia, por sempre terem me incentivado a estudar e a não desistir das minhas metas, pelo apoio e pelos sacrifícios que fizeram para que eu chegasse até aqui.

Ao meu irmão, Júnior, pelo companheirismo e por ser um exemplo pra mim.

Às minhas companheiras caninas, Katuxa (*in memoriam*), Mel (*in memoriam*) e Estrela, meus anjos da guarda em todos os momentos.

Ao professor José S. de Magalhães, meu querido orientador desde a Iniciação Científica. Nesses pouco mais de dez anos de convivência, sou imensamente grata por ter conhecido uma pessoa tão especial e que despertou em mim a paixão pela Fonologia. Ele é um exemplo de docente, de ser humano e de amigo. Só tenho a agradecer pelo apoio, pela confiança, dedicação, paciência e compreensão que teve comigo durante todo esse tempo. Vou carregar para sempre o orgulho de ter sido orientada por ele ao longo desses anos.

Aos professores Dr^a. Gladis Massini-Cagliari (UNESP/Araraquara) e Dr. Seung Hwa Lee (UFMG) por terem aceitado participar dos exames de qualificação do projeto de tese e da primeira versão da tese e pelas contribuições pertinentes que fizeram para que este trabalho fosse sendo construído até chegar ao nível de uma tese.

À banca examinadora da defesa da tese constituída pelos professores Dr. José S. de Magalhães (UFU), Dr^a. Gladis Massini-Cagliari (UNESP/Araraquara), Dr. Seung Hwa Lee (UFMG), Dr^a. Camila Tavares Leite (UFU) e Dr^a. Maura Alves de Freitas Rocha (UFU), que, além de serem pessoas e profissionais que eu admiro muito, tornaram o dia da minha defesa muito especial, um momento inesquecível que guardarei com carinho na memória e no coração.

À Prof^a. Dr^a. Alice Cunha de Freitas (UFU), por ter me orientado na área complementar e tornado o meu trabalho muito mais fácil.

À professora Maria Helena Mira Mateus, pela gentileza com que atendeu ao meu pedido de envio de um texto de sua autoria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e aos professores do PPGEL, pelos conhecimentos compartilhados e pelas aulas enriquecedoras.

À minha amiga-irmã de coração, Amanda Veras, por sua amizade e por ser alguém com quem sempre posso contar.

Ao amigo Guilherme Silva, pela amizade, pelo carinho e pelo apoio sempre que precisei.

À amiga Allyne Bisinotto, pelo incentivo, pela amizade e pelos convites pra sair, sobretudo, nos momentos finais do curso, quando o cansaço quase vence a gente.

Às amigas Danielle Stephane e Nair Soares, pela amizade desde a graduação e por serem pessoas tão especiais na minha vida.

Às amigas Carolina Medeiros e Ana Maria, pelo apoio, pela amizade e por terem tornado o dia da minha defesa ainda mais feliz.

A Flávia Freitas, Giuliana Ribeiro, Kênia Oliveira e Lizandra Sales, minhas companheiras de viagem para a Europa e que fizeram parte de um momento inesquecível para mim: a minha primeira viagem internacional.

À dona Izabel dos Santos, pelo carinho e pelo apoio espiritual, que foi fundamental na reta final do curso.

Aos colegas do Grupo de Estudos em Fonologia (GEFONO), especialmente, Giselly, Luana, Luann, Marilda, Otávio, Priscila, Prof^a. Dr^a. Camila Leite e Sheyla, pelos momentos agradáveis e pelos conhecimentos compartilhados com cada um a cada encontro.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa.

E a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste estudo.

A Teoria da Otimidade “[...] não é apenas uma teoria de fonologia ou de sintaxe, mas também de filosofia de vida.

A vida nos faz exigências conflitantes e, para satisfazer algumas, precisamos violar outras”.

(Othero, 2009)

RESUMO

O principal objetivo deste estudo foi tratar do acento, propondo uma nova descrição para os verbos do português brasileiro (PB) pelo modelo de restrições da Teoria da Otimidade (TO), dos *insights* da Fonologia Métrica (HAYES, 1995) e tendo como norte a análise de Magalhães (2004) para os não-verbos. Os objetivos específicos foram os seguintes: estabelecer uma interação entre a fonologia e a morfologia, por meio da atuação de restrições fonológicas e morfológicas, e propor uma gramática de restrições para o sistema verbal do PB no que se refere ao acento. Para a caracterização métrica, nos baseamos na Teoria Métrica Paramétrica, de Hayes (1995), para formular os três parâmetros referentes ao acento primário dos verbos do PB. O primeiro parâmetro refere-se à construção do pé e requer a formação de um troqueu silábico não-iterativo da direita para a esquerda; pés degenerados são permitidos apenas na posição forte, quando o pé canônico não puder ser formado (proibição fraca). O segundo parâmetro trata da extrametricidade, que, dependendo da pessoa do verbo e do tempo verbal, pode atingir a sílaba final ou a consoante final, no caso, *N* ou *S*. O terceiro parâmetro requer que a Regra Final seja à direita. Nesta proposta, consideramos que o pé canônico dos verbos é o troqueu silábico, o que exclui a relevância do peso silábico para a atribuição do acento nessa categoria lexical. Na análise pela TO, conseguimos captar os fatos referentes ao acento verbal do PB com esta hierarquia: ALINHE-SUFIXO(Futuro), ALINHE-TEMA, *FINALIDADE(Presente) >> RIGHTMOST, TROQUEU >> SNONFINALITY >> PrWd-RIGHT >> FTBIN, PARSE- σ . Por fim, chegamos às seguintes conclusões: as restrições de alinhamento foram fundamentais para demonstrar a interface morfologia-fonologia, pois asseguram que a localização do acento ocorra no contexto morfológico adequado ao tempo verbal analisado; cada tempo verbal tem a sua acentuação previsível, portanto, o peso silábico não interessa para a atribuição do acento, mas, sim, o contexto morfológico; a extrametricidade é necessária para a análise e pode atingir um segmento ou uma sílaba inteira, conforme o segundo parâmetro que apresentamos; há apenas uma regra de acento, o que muda é o domínio de aplicação; e, considerando verbos e não-verbos, podemos pressupor que o PB seja uma língua parcialmente sensível ao peso, pois essas duas categorias lexicais têm comportamentos diferentes quando se trata de considerar a constituição silábica na atribuição do acento.

Palavras-chave: Acento. Verbos. Português Brasileiro. Morfologia. Fonologia Métrica. Teoria da Otimidade.

ABSTRACT

The main objective of this study was to deal with the stress and proposes a new description of Brazilian Portuguese (BP) verbs through the Optimality Theory (OT) constraints model and the Metrical Phonology insights (HAYES, 1995). In order to do so, we had Magalhães (2004) non-verb analysis as guiding principle. Specifically, this study aimed: to make a link between phonology and morphology through phonological and morphological constraints and to propose a stress-related constraints grammar to BP verb system. For metrical assignment, we based this study on the Parametric Metrical Theory (HAYES, 1995) to formulate three parameters related to the primary stress of BP verbs: the first refers to the foot construction and requires the formation of a non-iterative syllabic trochee from right to left and degenerate feet are allowed only in the strong position, when the canonical foot cannot be formed (weak prohibition); the second deals with extrametricality and, depending on the person's verb and the verb tense, can reach the final syllable or the final consonant, in this case, *N* or *S*. The third parameter requires that the End Rule be on the right. In this proposal, we consider that the verbs' canonical foot is the syllabic trochee, which excludes the relevance of syllable quantity to the stress assignment in this lexical category. In the OT analysis, we captured the facts related to the BP verb stress with this hierarchy: ALIGN-SUFFIX(Future), ALIGN-THEME, *FINALITY(Present) >> RIGHTMOST, TROCHEE >> SNONFINALITY >> PrWd-RIGHT >> FTBIN, PARSE- σ . In sum, we concluded that: the alignment constraints were fundamental to demonstrate the morphology-phonology interface, as they ensure that the stress location occurs in the morphological context suited to the verb tense that we analyzed; every verb tense has its predictable stress, therefore the syllable quantity does not matter to the stress assignment, but rather the morphological context; the extrametricality is necessary to the analysis and can reach a segment or an entire syllable, according to the second parameter that we presented; there is only one stress rule, only the application domain changes; and considering verbs and non-verbs, we can suppose that PB is a partially quantity-sensitive language, as these two lexical categories have different behaviors when considering the syllabic constitution in the stress assignment.

Keywords: Stress. Verbs. Brazilian Portuguese. Morphology. Metrical Phonology. Optimality Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

PA	português arcaico
PB	português brasileiro
PE	português europeu
TO	Teoria da Otimidade
TRA	Teoria Restritiva do Acento
V	vogal
C	consoante
–	mácron (indica que uma vogal é longa)
˘ ou ˘	braquia (indica que uma vogal é curta)
´	vogal com acento primário
V:	vogal longa
VT	vogal temática
RF	Regra Final
RAD.	radical
σ	sílaba
PD	pé degenerado
μ	mora
AG	Alinhamento Generalizado
PrWd	<i>Prosodic Word</i> (palavra prosódica)
GRWD	<i>Grammatical Word</i> (palavra gramatical)
< >	colchetes angulados (indicam a extrametricidade de um ou mais segmentos)
Ft	<i>Foot</i> (pé)
Hd	<i>Head</i> (o cabeça)
Ft-Hd	<i>Foot-Head</i> (cabeça de pé)
GEN	<i>Generator</i> (gerador)
EVAL	<i>Evaluator</i> (avaliador)
CON	<i>Constraint</i> (conjunto universal de restrições)
GM	<i>Grid Mark</i> (marca de grade)
PCat	<i>Prosodic Category</i> (categoria prosódica)
D	(borda) direita
R	<i>right</i> (refere-se à borda direita)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PERCURSO HISTÓRICO	16
1.1 Revisão de literatura	16
1.1.1 Williams ([1938] 2001)	16
1.1.2 Piel (1944)	20
1.1.3 Camara Jr. (1975, 1980)	24
1.1.4 Mateus e d'Andrade (2000)	28
1.2 As formas verbais futuras	31
1.3 Considerações finais do Capítulo 1	37
2 O ACENTO VERBAL EM PORTUGUÊS	40
2.1 Mateus (1983)	40
2.2 Wetzels (2007)	42
2.3 Bisol (1992, 1994)	47
2.4 Lee (1994, 1995)	50
2.5 Massini-Cagliari (1995, 1999)	53
2.6 Pereira (1999)	57
2.7 Considerações finais do Capítulo 2	62
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	64
3.1 A Fonologia Métrica: o modelo de Hayes (1995)	64
3.2 A Teoria da Otimidade	68
3.3 Considerações finais do Capítulo 3	78
4 ANÁLISE DO ACENTO VERBAL DO PB	79
4.1 Caracterização métrica	79
4.2 O acento verbal no PB segundo o modelo de restrições da TO	86
4.3 A gramática de restrições do acento verbal no PB	101
4.4 Considerações finais do Capítulo 4	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

Por ser um sistema que apresenta muita irregularidade, o acento em português ainda gera muitas discussões entre os estudiosos, o que inclui abordagens bastante conhecidas na literatura como as de Mateus (1983), Bisol (1992, 1994), Lee (1994,1995) e Massini-Cagliari (1995, 1999, 2005). Esses autores investigaram tanto o acento em verbos quanto em não-verbos no português, apresentando propostas de regras e representação para a atribuição do acento nessas categorias lexicais. Sobre o português arcaico (PA), Massini-Cagliari (1995, 1999, 2005) realizou diversos trabalhos com base na Fonologia Métrica e na Teoria da Otimidade (TO). Magalhães (2004, 2010) também se baseou nessas teorias e na proposta de Hyde (2001) para tecer uma análise acerca dos não-verbos no PB e seus trabalhos nos serviram como ponto de partida para realizar este estudo.

A motivação para esta pesquisa surgiu com o desejo desta pesquisadora de construir uma análise teórica sobre o acento dos verbos no português brasileiro associando *insights* da Fonologia Métrica com os postulados da Teoria da Otimidade. Magalhães (2004, 2010) já havia realizado trabalhos consistentes sobre o assunto, mas em relação aos não-verbos. Como não temos conhecimento de um trabalho que seguisse a linha teórica proposta pelo autor para a categoria verbal, assim surgiu a ideia para esta tese.

Pretende-se, com esta pesquisa, lançar novas luzes sobre as investigações, até então, realizadas acerca do padrão de acento dos verbos na língua portuguesa e, assim, contribuir com o que já se conhece sobre o assunto. Nesse sentido, além de propor uma gramática de restrições para o sistema verbal do PB no que se refere ao acento, pretendemos construir a análise com o mínimo de restrições, alcançando o máximo de generalizações possível. Na análise métrica, retomamos o que foi feito, sobretudo, por Bisol (1992, 1994) e propomos algumas implementações. Assim, a nossa proposta irá contribuir com as abordagens e descrições que tratam do acento no PB, especificamente, sobre os verbos.

Desse modo, propomos uma análise do acento primário dos verbos do PB com base na Fonologia Métrica, de Hayes (1995), e na Teoria da Otimidade, de McCarthy e Prince (1993a, b), Prince e Smolensky (1993) e Kager (1999), bem como nas propostas de Hyde (2001) acerca das restrições de alinhamento e de Magalhães (2004, 2010) sobre os não-verbos do português.

Para alcançar nosso objetivo, nos valem do modelo de restrições da TO e de princípios fundamentais desenhados pela Fonologia Métrica. Esta investigação conta, assim, com os seguintes objetivos específicos:

➤ Estabelecer uma interação entre a fonologia e a morfologia, de modo que a gramática de restrições que propomos para os verbos resulta da atuação de restrições fonológicas e morfológicas.

➤ Propor uma gramática de restrições para o sistema verbal do PB no que se refere ao acento.

Portanto, esta pesquisa se justifica por:

➤ Procurar compreender como se dá a acentuação dos verbos do PB por meio de restrições.

➤ Contribuir com os estudos morfofonológicos do PB, sobretudo, acerca do acento.

Em consonância com os objetivos e com as leituras que fizemos, formulamos algumas hipóteses que buscamos confirmar ou refutar no decorrer deste estudo, a saber:

➤ O peso silábico não é relevante para os verbos, por isso, não importa qual é a estrutura interna da sílaba;

➤ Se o peso silábico não importa e, considerando que a maioria das palavras do PB é paroxítona, o pé que rege o acento verbal é o troqueu silábico;

➤ As informações morfológicas são fundamentais para o acento dos verbos;

➤ As restrições de alinhamento são a base da hierarquia de restrições para captar o acento verbal;

➤ O acento é previsível de acordo com o tempo verbal analisado.

Além das hipóteses, formulamos algumas perguntas, cujas respostas pretendemos ter ao término desta pesquisa, quais sejam:

➤ Qual o papel das restrições morfológicas na análise do acento verbal?

➤ Se o verbo terminar em vogal, o acento será paroxítono e, se terminar em consoante, será oxítono, como nos não-verbos?

➤ Há algum tratamento especial para os verbos proparoxítonos, como há para os não-verbos acentuados na antepenúltima sílaba?

➤ No caso dos verbos, é possível explicar os casos que Bisol (1992, 1994) atribui à extrametricidade sem utilizar esse recurso ou diminuindo o seu uso?

➤ Como tratar as formas verbais dos tempos do futuro: sintéticas (simples) ou analíticas (perifrásticas ou compostas)?

➤ A regra que atribui acento é a mesma para verbos e não-verbos, como entende Bisol (1992, 1994)?

➤ O que muda é só domínio de aplicação¹ ou temos duas regras, como afirma Lee (1994, 1995)?

➤ Considerando o sistema de acento verbal, o português brasileiro é ou não uma língua sensível ao peso silábico?

Esta tese foi dividida em quatro capítulos, que são descritos a seguir.

No Capítulo 1, dedicado ao percurso histórico, apresentamos alguns trabalhos importantes para o entendimento das formas verbais que temos no PB, bem como do acento dessa classe de palavras. As quatro seções do capítulo referem-se aos seguintes autores: Williams ([1938] 2001)², Piel (1944), Camara Jr. (1975, 1980) e Mateus e d'Andrade (2000). A quinta seção é dedicada exclusivamente aos verbos futuros e foi baseada em Massini-Cagliari (2006) e Borges (2008). Para as autoras, as formas futuras são compostas e há vários argumentos para justificar esse posicionamento, que é o que adotamos neste estudo. Na Seção 1.3, tecemos as considerações finais do Capítulo 1.

No Capítulo 2, tratamos do acento verbal em português com base em Mateus (1983), Wetzels (2007), Bisol (1992, 1994), Lee (1994, 1995), Massini-Cagliari (1995, 1999), Pereira (1999), e discorremos sobre como o acento dos verbos é entendido na língua portuguesa de um modo geral. O capítulo é finalizado com as considerações finais referentes às seis seções apresentadas.

O Capítulo 3 refere-se às duas teorias selecionadas para amparar teoricamente este estudo: a Fonologia Métrica e a Teoria da Otimidade. Este capítulo foi dividido em duas seções: a primeira (3.1) tem como foco a Fonologia Métrica, mais especificamente o modelo de Hayes (1995), que é o que seguimos. Na segunda seção (3.2), tratamos de aspectos gerais da TO e fazemos uma breve revisão dos trabalhos de Magalhães (2004, 2010) juntamente com os princípios gerais da Teoria Restritiva do Acento (TRA), de Hyde (2001), na qual o autor se baseou para estudar o acento dos não-verbos do PB.

A análise do acento verbal é o assunto do Capítulo 4. Na primeira seção, apresentamos uma revisão da descrição métrica e algumas implementações, os parâmetros para a construção dos pés e para a extrametricidade e fazemos generalizações que servem como um guia para a seção seguinte. A partir dessas generalizações e dos fatos da língua que preveem o acento para cada tempo verbal, na Seção 4.2, apresentamos as restrições em jogo na análise pela TO.

¹ Para Lee (1995), o domínio de aplicação da regra de acento dos não-verbos é o radical derivacional, que está no nível α . Nos verbos, o domínio é a palavra, que está no nível β .

² Neste trabalho, consultamos a sétima edição da obra **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**, que foi publicada pela primeira vez, em português, em 1961. A versão em inglês é de 1938.

Na apresentação das restrições, discorreremos sobre as exigências de cada uma delas, trazemos exemplos de como são satisfeitas e demonstramos os conflitos entre elas.

Com essas informações, na Seção 4.3, nos baseamos nos verbos que tiveram a sua acentuação descrita em Wetzels (2007) para construir os *tableaux* e fazer a análise amparada pelo modelo de restrições da TO. Nas considerações finais do Capítulo 4, propomos tanto a gramática quanto a hierarquia de restrições para o acento dos verbos do PB. Em seguida, abrimos espaço para as considerações finais deste trabalho e, finalmente, listamos as referências que nos serviram como alicerce para a redação e construção desta tese.

1 PERCURSO HISTÓRICO

Neste capítulo, apresentamos os trabalhos de Williams ([1938] 2001), Piel (1944), Camara Jr. (1975, 1980) e Mateus e d’Andrade (2000), que revelam, cada qual a sua maneira, como o PB tornou-se a língua que é atualmente, com destaque ao seu padrão de acento. Por fim, dedicamos uma seção aos verbos dos tempos do futuro e, em seguida, tecemos as considerações finais do capítulo.

1.1 Revisão de literatura

1.1.1 Williams ([1938] 2001)

O trabalho de Williams ([1938] 2001) mostra como as formas verbais que temos atualmente na língua portuguesa evoluíram, ao longo do tempo, desde o latim. Sobre a flexão verbal, o autor destaca que, das quatro conjugações existentes no latim clássico, apenas três mantiveram-se em português, em decorrência de uma fusão da segunda e da terceira conjugações em uma única conjugação. Desse modo, como o futuro do indicativo e a voz passiva do latim clássico deixaram de existir no latim vulgar, essas duas conjugações passaram a não ter mais nenhuma diferença e, assim, fundiram-se completamente.

Williams ([1938] 2001, p. 174-175) também comenta a respeito do deslocamento nas terminações da primeira e da segunda pessoas do plural. No latim clássico, apesar de as “[...] terminações da primeira e da segunda pessoas do plural do condicional, do imperfeito do indicativo, do imperfeito do subjuntivo e do infinitivo pessoal” serem paroxítonas, em português, elas tornaram-se proparoxítonas “[...] pela influência de todo o singular e da terceira pessoa do plural, em que o acento incidia sobre a sílaba imediatamente seguinte ao radical verbal”, como em “*amabāmus* > *amávamos*”.³ O que não mudou foi “a vogal postônica de penúltima sílaba da primeira e da segunda pessoas do plural do condicional, do imperfeito do indicativo, do mais que perfeito do indicativo e do imperfeito do subjuntivo”. No entanto, “[...] a vogal postônica de penúltima sílaba da primeira e da segunda pessoas do plural do futuro do subjuntivo e do infinitivo pessoal caiu”, como em: “*fēcērīmus* > *fizermos*; *facēremus* > **facéremus* > *fazermos*”.

³ De acordo com Massini-Cagliari (1999, p. 143), formas verbais como “amávamos”, “amáramos” e “amássemos” eram paroxítonas no PA, “no entanto, tais formas foram perdidas, no PB, em favor das proparoxítonas, por analogia, segundo alguns estudos filológicos [...], com as formas das outras pessoas, em que o acento jamais recai sobre o morfema modo-temporal”.

Com exceção do pretérito perfeito, Williams ([1938] 2001, p. 175) afirma que “havia um *t* intervocálico na terminação da segunda pessoa do plural de todos os tempos do latim clássico na voz ativa” e que “êsse *t* se tornou e permaneceu *d* por vários séculos no português arcaico”, como em “*amābātis* > *amávades*”.⁴ Essa consoante deixou de ser intervocálica no futuro do subjuntivo e no infinitivo pessoal “[...] pela queda da vogal postônica da penúltima sílaba, e continua sobrevivendo”, como em: *fēcēritis* > *fizerdes*; *facērētis* > **facéretis* > **fazeredes* > *fazerdes*. Nos outros oito tempos, o *d* caiu (ex.: “*amávades* > *amáveis*”).

Outra alteração refere-se ao ditongo *ai*. Esse ditongo resulta do *a* tônico acompanhado de um iode românico, enquanto o ditongo *ei* surgiu do *a* postônico de penúltima sílaba seguido por um iode românico. Segundo Williams ([1938] 2001, p. 175), essa segunda modificação “[...] ocorreu no condicional, no imperfeito do indicativo e no mais que perfeito do indicativo”. Assim, os estágios de evolução da “[...] terminação do imperfeito do indicativo da primeira conjugação foram: port. arc. *-ávades* > **-ávaes* [avejs] > *-áveis*”.

O infinitivo pessoal é derivado do imperfeito do subjuntivo do latim clássico, sendo que as terminações desses tempos verbais em português sofreram modificações desde o latim clássico, como *-ārent* (da primeira conjugação do imperfeito do subjuntivo no latim clássico) que passou a *-arem* (da primeira conjugação do infinitivo pessoal em português). De acordo com Williams ([1938] 2001, p. 172), tanto o infinitivo (ex.: “*seruīre* > *servir*”) quanto a primeira e a terceira pessoas do infinitivo pessoal de todos os verbos (ex.: “*seruīrem* > *servir*”) estão entre as formas verbais que, no latim vulgar, terminavam em um *e* átono precedido por *l*, *n*, *r*, *s* ou *c* simples e que, em geral, perderam essa vogal final em português.

Em relação aos participios passados latinos, Williams ([1938] 2001, p. 188-189) os divide em três categorias: fracos, fortes e fortes paroxítonos. Um dos exemplos citados pelo autor são as mudanças que ocorreram na primeira conjugação, desde o latim clássico até o português moderno, quais sejam: *-ātum* (latim clássico) > *-ātum* (latim vulgar) > *-ado* (português arcaico) > *-ado* (português moderno). Apesar dessas mudanças, há várias formas dos participios passados fortes que sobreviveram ao tempo e fazem parte do português, tais como: *apertum* (latim) > *aberto* (português); *copertum* (latim) > *coberto* (português); *pōstum* (latim) > *posto* (português); *scrīptum* (latim) > *escrito* (português).

Entretanto, para Williams ([1938] 2001, p. 189-190), “é difícil determinar se muitas das formas fortes sobreviventes são ainda realmente participios, por causa da distinção entre o uso verbal e o uso adjetival, que é extremamente despistante em português e ainda não foi

⁴ Ver a nota 3.

definida”. Sobre o gerúndio, o autor afirma que a forma *-iendum*, do latim clássico, é um dos poucos exemplos de verbos irregulares da terceira conjugação e que essa forma foi substituída por *-endum*. Em português, tornou-se *-endo*.

No presente do indicativo, a fusão entre as terminações verbais da segunda (ex.: *-ĕo*) e da terceira (ex.: *-o(-ĭo)*) conjugações do latim clássico resultou na segunda (ex.: *-o*) conjugação do português. Na primeira pessoa do singular de alguns verbos irregulares pertencentes à terceira conjugação do latim clássico, o iode (de *-ĭo*), em geral, se manteve, como em “*capĭo > caibo*”. Na terceira pessoa do singular, houve a queda da terminação quando precedida por determinadas consoantes, como em “*facit > faz*”.

Para o presente do subjuntivo, Williams ([1938] 2001, p. 194) explica que, na fusão com a terceira conjugação, as formas com iode da segunda conjugação perderam esse segmento, mas, na terceira conjugação do latim clássico, o iode de alguns verbos, geralmente, se manteve, como em “*capĭam > caiba*” e “*sapĭam > saiba*”.

As terminações da segunda e da terceira conjugações do imperfeito do indicativo foram combinadas no latim clássico e correspondem ao futuro do pretérito do indicativo em português. Assim, no latim clássico, *-ĕbam (-ĭĕbam)*, *-ĕbas (-ĭĕbas)*, *-ĕbat (-ĭĕbat)*, *-ĕbāmŭs (-ĭĕbāmŭs)*, *-ĕbātĭs (-ĭĕbātĭs)* e *-ĕbant (-ĭĕbant)* tornaram-se, respectivamente, em português, em *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-íamos*, *-íades* e *-iam [iĕ] > [iĕw]*. Para Williams ([1938] 2001, p. 195), o processo de dissimilação, que pode desencadear o desaparecimento de um fonema, provocou a queda do *b* nas terminações do latim, de modo que, em formas como “*habĕbam*” e “*debĕbam*”, “[...] as terminações sem *b* se irradiaram para todos os verbos da conjugação”. Posteriormente, as terminações *-ea*, *-eas*, etc. deram lugar à *-ia*, *-ias*, etc..

O pretérito forte é chamado assim porque as formas da primeira e da terceira pessoas do singular recebem acento na vogal do radical. Em português, esse tempo verbal corresponde ao pretérito perfeito do indicativo. Williams ([1938] 2001, p. 201), afirma que o italiano preserva o acento do latim vulgar para as formas do pretérito forte, mas “[...] no território ibérico o acento se deslocou para a penúltima sílaba da terceira pessoa do plural dos perfeitos fortes, por analogia com a terceira pessoa do plural dos perfeitos fracos”. Como resultado, “[...] tôdas as terceiras pessoas do plural dos pretéritos em português e em espanhol são paroxítonos” (ex.: eles fizeram, do pretérito perfeito do indicativo).

Sobre o mais-que-perfeito do indicativo, para Williams ([1938] 2001, p. 205), “em todo o singular e na terceira pessoa do plural o acento se deslocou para a penúltima sílaba, por analogia com o mais que perfeito fraco”. Já “[...] o *e* da primeira e segunda pessoas do plural,

que, sendo não acentuado por um tempo, talvez tenha tendido para fechado, continuou aberto por analogia com todo o singular e a terceira pessoa do plural”.

Quanto ao futuro do subjuntivo, o futuro do perfeito do indicativo e o perfeito do subjuntivo eram confundidos pelos escritores latinos, de modo que, com exceção da primeira pessoa do singular, esses dois tempos verbais tornaram-se parecidos. No entanto, com a fusão desses tempos no latim vulgar, essa diferença veio a desaparecer. Por sua vez, o futuro do indicativo “[...] do latim clássico foi substituído em latim vulgar por um futuro perifrástico, consistente do presente do indicativo de *habēre* e de infinitivo”. No futuro simples do indicativo, as terminações são “[...] *-ei, -ás, -á, -emos, -eis* e *-ão*” e “sua natureza simples se revela pela perda do acento do componente infinitivo nuns poucos verbos do latim vulgar”. A natureza composta do futuro do indicativo “[...] se revela pela construção encontrada nos cancioneiros primitivos de dois futuros formados com uma só terminação [...] e pelo contínuo uso de pronomes infixos” (WILLIAMS, [1938] 2001, p. 211), ou seja, pela possibilidade de mesóclise, conforme Massini-Cagliari (2006). O futuro do condicional foi formado de modo semelhante ao futuro do indicativo, exceto pelo fato de que usava o imperfeito do indicativo, em lugar do presente do indicativo, na sua composição.

Williams ([1938] 2001, p. 212-213) trata ainda dos verbos que sofrem modificação no radical conforme a tonicidade, visto que as vogais do português “[...] variam conforme sejam ou não acentuadas”. Por essa razão, “[...] praticamente, todos os verbos portugueses são verbos com modificação radical”. O autor afirma que, em geral, a vogal *a* no radical, é pronunciada [a] quando tônica e [ɐ] quando átona, como em “f[a]lo” e “f[ɐ]lamos”. Embora, no português brasileiro, no caso de “falamos”, a pronúncia da vogal *a* na sílaba átona nos pareça ser [a] e não [ɐ],⁵ concordamos com Williams ([1938] 2001) no que se refere aos verbos cuja vogal *a* no radical é seguida por uma vogal nasal, já que, nesses casos, a vogal se fecha mesmo quando porta acento, como em “[ẽ]mo” e “am[ẽ]mos”. Outra observação feita pelo autor é a de que alguns verbos da “[...] primeira pessoa do singular do presente do indicativo e em todo o presente do subjuntivo”, como “caibo”, “saibamos” e “paíro”, tiveram uma mudança de *a* para *ai* no radical.

O estudo de Williams ([1938] 2001) trata da evolução da língua portuguesa, desde o latim, considerando aspectos fonológicos e morfológicos. Em relação aos aspectos fonológicos, o autor discorre sobre as vogais tônicas, as pretônicas e as finais, além das

⁵ Em uma análise acústica, é possível perceber as diferenças de duração e de timbre, por exemplo, entre um [a]ônico e um [a]átono. A nossa discordância aqui diz respeito apenas ao fato de que, mesmo átono, a referida vogal não seria tão centralizada quanto o autor afirma ser.

consoantes e de alguns fenômenos fonológicos – como a assimilação e a nasalização –, comparando-os como eram no latim, no português arcaico e, por fim, no português atual. Os aspectos morfológicos são abordados com base nas principais classes de palavras, tais como: substantivos, adjetivos, numerais, artigos, pronomes e verbos, também com comparações entre as três línguas citadas.

O acento é tratado com destaque e tem a sua importância demonstrada em uma série de modificações que a língua portuguesa vem sofrendo desde o latim. Nesse sentido, Williams ([1938] 2001) mostra que nem sempre o português conservou a acentuação do latim, pois alterações decorrentes da evolução de uma língua para a outra – como, a fusão entre conjugações, seja por analogia com outra conjugação, seja pelo apagamento ou mudança de um segmento na forma verbal –, levaram, em muitos casos, à mudança de acento de uma sílaba para outra, resultando, assim, no padrão de acento que temos no PB.

Dentre essas alterações sofridas pela língua ao longo dos séculos, a que Williams ([1938] 2001, p. 27) considera a mais importante “[...] foi a definida intensificação do acento dinâmico que ocorreu no século XVI”. Os fatores que contribuíram para essa modificação foram o “[...] aumento de sínopes encontrado em versos” e a “[...] tendência para maior individualização vocabular”, por meio dos processos de sândi. Um exemplo citado por Williams ([1938] 2001, p. 121) é o da assimilação da vogal em casos de hiato: “*outra hora > outrora*”. No fim do século XVI, o autor afirma que a maioria das características distintivas do português arcaico já não existia mais, tornando a língua no que ela é atualmente, ou seja, no português.

1.1.2 Piel (1944)

Piel (1944) trata da flexão verbal do português, mais especificamente da morfologia histórica. É um estudo que traz informações relevantes acerca da evolução histórica dos verbos desde o latim até o português e inclui a comparação com outras línguas, como o espanhol e o galego. O autor ressalta que a conjugação portuguesa sofreu uma simplificação e, por isso, não possui a mesma riqueza de formas que havia no latim. Nesse sentido, as perdas nos tempos e modos verbais foram causadas por alterações que ocorreram em suas funções. Um exemplo de criações decorrentes de perdas do latim são, segundo Piel (1944, p. 2), “o novo futuro *amar-ei*, que gramaticalmente se sintetizou; o condicional *amar-ia*, de formação análoga, e os tempos compostos *tenho*, ant. *tive*, *tivesse*, *terei* e *teria amado*, onde pode também servir de auxiliar o verbo *haver*”.

O português tem três classes de conjugação, caracterizadas pelas vogais temáticas *a*, *e* e *i*, sendo que as conjugações em *-ar* e em *-ir* são as mais produtivas. Para Piel (1944, p. 4), o infinitivo é “[...] a forma que exprime a noção do verbo no seu maior âmbito” e tende “[...] a tornar-se formalmente a base da flexão”. Em relação ao papel desempenhado pelo acento, o autor chama a atenção para as formas acentuadas no radical ou formas fortes e para as acentuadas na desinência ou formas fracas. Desse modo, “o acento incide sobre o radical nas 1ª e 3ª sing. e 3ª plur. dos pretéritos “fortes”. Contrariamente ao latim, a 1ª pessoa plur. destes pretéritos acentua-se na desinência, cf. DÍXĪMUS/*dissemos*”. No entendimento de Piel (1944), em uma exposição histórica da flexão verbal do português, devemos focar a nossa atenção em três aspectos: nas desinências, no radical e no lugar e efeito do acento.

A flexão do conjuntivo, que corresponde ao atual subjuntivo, quase não mudou. Piel (1944, p. 6) comenta que “[...] na linguagem popular se observa a tendência de, na II e III classe, se normalizar a acentuação, dizendo-se *dévamos*, *dévades* e *dúrmamos*, *dúrmades*, por analogia com as formas do singular⁶ e da terceira pessoa do plural⁷”. No entanto, essa tendência parece não se aplicar ao PB, mesmo para falantes pouco escolarizados, posto que, em geral, optamos pela simplificação das flexões – como em *que a gente deve* (= *que nós devamos*) – em vez de tentar modificar o acento das formas que já existem.

Em português, o gerúndio apresenta três classes de conjugação, conforme já citado em Williams ([1938] 2001): *-andum*, *-endum* e *-iendum*. Sobre o particípio, Piel (1944, p. 6-7) explica que “tendo o gerúndio a pouco e pouco assumido, em português, as funções verbais do particípio não admira a ausência desta última categoria no quadro moderno da conjugação portuguesa”. No presente do indicativo, quatro formas fortes (*canto*, *cantas*, *cantat*, *cantant*) competem com duas formas fracas (*cantamus*, *cantatis*) e “[...] o timbre da vogal radical obedece à distinção fundamental entre vogais tônicas e átonas, sem que a ortografia dê conta da diferença. Esta, que acusticamente pouco se nota em *falo* – *falamos*, é muito nítida em *dêves* – *dævemos* e *dõrmes* – *durmimos*”.

Para Piel (1944, p. 13), os verbos com pretérito forte são caracterizados pela desinência *-esse*, como se pode ver em “*fizesse*” e “*pudesse*”. Esse /ɛ/, na sílaba tônica, deve-se “[...] ao futuro do conjuntivo, *fizer*, e o mais-que-perfeito ind., *fizera*”. O pretérito pode ser dividido em duas categorias de verbos: o pretérito fraco e o pretérito forte. No pretérito fraco, “[...] o acento se conserva em todas as pessoas na vogal temática do perfeito (ou seja, do ponto de vista moderno, na desinência)”. No pretérito forte, isso acontece “[...] apenas na 2ª

⁶ Ex.: Que eu *deva*; que tu *devas*; que ele/ela *deva*.

⁷ Ex.: Que eles/elas *devam*.

pessoa do singular e nas três pessoas do plural, acentuando-se as restantes (quer dizer a 1ª e 3ª sing.) na vogal radical”.

Sobre a terminação dos pretéritos fracos em *-era* e *-era*, Piel (1944, p. 18) observa que “no paradigma, notar-se-á o recuo característico do acento na 1ª e 2ª do plural, que já encontrámos no imperfeito”. O autor afirma que “[...] os verbos da 2ª conjugação oferecem actualmente *-era*, em contradição com o lat. *-ĒRAM*, porque a língua estabeleceu uma relação direta entre o mais-que-perfeito e o infinito: *cantar-a*, *dormir-a*, e daí *dever-a* (em vez de **dev-era*)”.⁸ Quanto ao mais-que-perfeito do indicativo, conforme Piel (1944, p. 18), o português conta com quatro desinências diferentes: *-ara*, *-era* e *-ira*, que se aplicam às conjugações fracas, e *-era* “[...] para os mais-que-perfeitos tirados de perfeitos fortes: *fiz-era* em oposição a *dev-era*, onde o espanhol usa também *-iera*”.

O futuro do conjuntivo português é o atual futuro do subjuntivo e equivale ao futuro do perfeito latino, com exceção da 1ª pessoa do indicativo, na qual a desinência *-aro* deu lugar a *-ar*. Assim como no mais-que-perfeito, no futuro do conjuntivo, os verbos fracos são caracterizados pela desinência *-er*, enquanto *-er* caracteriza os verbos fortes. Em relação ao futuro, para Piel (1944, p. 20), do ponto de vista morfológico, quase não há razão para comentários. Segundo o autor, “[...] o futuro orgânico latino, em *-AM* e *-BO*, foi totalmente substituído por uma expressão perifrástica formada pelo infinito mais o presente de *haver*: *CANTARE HABEO = CANTABO*” e “deste futuro analítico nasceu em português, como nas outras línguas românicas, um novo futuro sintético, em que o verbo auxiliar é reduzido ao papel de desinência: *-ei* (esp. *-é*), *-ás*, *-á*, *-emos*, *-eis* (ant. *-edes*), *-ão* (ant. e esp. *-án*), sofrendo na 1ª e 2ª do plural a amputação do radical”.

Acerca do caráter composto das formas desse tempo verbal, Piel (1944, p. 20) entende que “a língua nunca perdeu, porém, a consciência do carácter composto do futuro, tendo a faculdade de dissociar por um pronome os dois elementos formativos: *chamá-lo-ei*, *dir-se-á*, faculdade que o espanhol moderno já não possui” e que o português está perdendo. O autor chama o condicional de “irmão gêmeo do futuro” e explica que esse tempo verbal “[...] exprime a ideia do futuro no passado (daí a designação de “futuro do pretérito””, além de também ter sido uma criação do latim vulgar. Ademais, o condicional compete com o imperfeito do indicativo que, quase sempre, vence a disputa, como em “se não te importasses, *eu ia* para casa, em vez de *eu iria*”. O condicional é constituído pelo imperfeito do verbo *haver*, que, assim como no futuro do presente, perde o radical em sua nova função (ex.:

⁸ Em PB, a vogal *-e* equivale ao som de [e] e a vogal *-e* ao som de [ɛ].

“cantar-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam”). A língua parece ter também o “[...] processo analítico: *havia de cantar* e, antigamente pelo menos, *havia cantar*, réplica perfeita de HABEBAM CANTARE”.

Piel (1944, p. 21) classifica o infinitivo conjugado – o atual infinitivo pessoal – como uma “[...] original e feliz criação do português que tanto contribui para se evitarem ambiguidades de expressão”. A retração do acento que ocorre na primeira e segunda pessoas do plural “(-ARÉMUS > -ÁREMUS, -ARÉTIS > -ÁRETIS, etc.)” é considerada um fenômeno típico do sistema verbal hispânico e foi “[...] o uso do imperfeito do conjuntivo em orações subordinadas sem auxílio de conjugações [...] que contribuiu decisivamente para a gênese do infinito pessoal”. Além disso, “[...] a coincidência formal de *FACĒRE com FACĒREM e FACĒRET (devida ao emudecimento do -M e -T finais), fez com que [...] se interpretasse o infinito como dizendo respeito a uma determinada pessoa”. Nesse sentido, “foi isto o suficiente para sugerir *fazeres, fazermos*, etc., quer dizer, uma flexão pessoal do infinito”.

Como ocorre no pretérito perfeito, no participípio do passado também existe a distinção entre um tipo fraco e um tipo forte. De acordo com Piel (1944, p. 21), o tipo fraco “[...] é actualmente caracterizado por *-ado*, para os verbos em *-ar*, e *-ido* para os verbos em *-er* e *-ir*”. O participípio dos verbos em *-er* era formado em *-udo*, mas essa desinência acabou desaparecendo em favor de *-ido*, possivelmente, pelo “[...] facto de a maioria dos verbos caracterizados antigamente por aquela desinência terem um pretérito em *-i*, vogal que penetrou analogicamente no participípio”.

O trabalho de Piel (1944) confere mais destaque a questões de natureza morfológica associadas a mudanças fonéticas. Assim, diferentemente de Williams ([1938] 2001), o autor destina um espaço menor para tratar do acento e utiliza outros contextos para mostrar como algumas mudanças relacionadas à acentuação ocorreram, como a distinção entre o pretérito forte e o pretérito fraco, e a referência ao timbre da vogal, que obedece a diferença fundamental entre vogais tônicas e átonas. Outra diferença em relação a Williams ([1938] 2001) é que Piel (1944, p. 1) compara o português com o espanhol e o galego, por entender que essas línguas fazem parte de um mesmo “quadro hispânico”.

Em um trecho destinado especificamente ao acento, Piel (1944, p. 4) afirma que, na primeira pessoa do plural dos pretéritos fortes, como no caso de “*dissemos*”, o acento recai na desinência, o que não acontece no francês, por exemplo. A comparação com o espanhol se dá pela “[...] ditongação espontânea das vogais tônicas abertas”, que se reflete “[...] nas alternâncias *ie/e*, *ue/o*”, como em: “*quiero/queremos*” e “*ruego/rogamos*”, e que, segundo o

autor, é estranha em português, embora o espanhol também tenha uma conjugação variada. Para Piel (1944), a exposição histórica da flexão verbal do português deve ter como foco as desinências, o radical e o lugar e efeito do acento.

1.1.3 Camara Jr. (1975, 1980)

Segundo Camara Jr. (1975, p. 146), em português, o verbo manteve o caráter flexional do latim. Assim, para o autor, a estrutura morfológica verbal é a seguinte:

$$(1) \quad T (= R + V) + SF (= SMT + SNP)^9$$

Ex.: “*amávamos = amá (= am + á) + vamos (= va + mos)*”

Com exceção do radical do verbo, qualquer um dos constituintes da fórmula pode faltar ou equivaler à zero (\emptyset). Os sufixos modo-temporais e os sufixos número-pessoais são as desinências do verbo, também chamadas de sufixos flexionais. Camara Jr. (1975, p. 146) chama a atenção para o fato de que “é em princípio ao tema (T), e não diretamente ao radical (R) que se acrescenta o sufixo flexional. A constituição desse sufixo decorre das duas categorias globais que se expressam por meio da flexão verbal portuguesa”: indicação de tempo + indicação de modo = sufixo “modo-temporal” e desinência de pessoa + indicação de número = sufixo número-pessoal.

Para Camara Jr. (1980, p. 81-82), a flexão, em português, é apresentada “[...] sob o aspecto de segmentos fônicos pospostos ao radical, ou sufixos. São os sufixos flexionais, ou desinências, que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos”. A derivação não é obrigatória e nem segue “[...] uma pauta sistemática”, pois “[...] pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere”, como no verbo “cantar” que tem como derivado “cantarolar”, “[...] mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana”. Além disso, “o resultado da derivação é um novo vocábulo”. Já a flexão é obrigatória e possui uma “[...] sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase”, visto que “é a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito”.

Com base na estrutura em (1), Camara Jr. (1980, p. 106) afirma que “em regra, no verbo português, a tonicidade incide na vogal temática” e ressalta que “fora dessas formas

⁹ Em que: T = tema; R = radical; V = vogal temática; SF = sufixo flexional; SMT = sufixo modo-temporal; SNP = sufixo número-pessoal.

verbais de vogal temática átona final, ditas “rizotônicas”, porque o acento passa a incidir na vogal do radical, a vogal temática tônica (ou pretônica nos futuros do indicativo) caracteriza nitidamente a classe ou conjugação da forma verbal”.

Apesar de destacar a complexidade da língua portuguesa em se distinguir “radical” e “tema”, Camara Jr. (1980, p. 86) deixa bem clara essa diferença. Conforme o autor, “o tema vem a ser o radical ampliado por uma vogal determinada, que entra assim na flexão dos nomes e dos verbos”, como em: “*cant-*”, “*fal-*” e “*grit-*”, que possuem os temas em *-a-*, portanto: “[...] “*cantá-*”, “*falá-*” e “*gritá-*”, que colocam esses verbos numa classe morfológica, dita 1ª conjugação. Analogicamente, temos a classe dos verbos de tema em *-e-* (2ª conjugação) e a dos temas em *-i-* (3ª conjugação)”. Camara Jr. (1980, p. 86) explica que as gramáticas do português não costumam fazer essa mesma diferenciação para os nomes, mas o autor não vê problema em fazê-lo. Desse modo, também há nomes com temas em *-a-* (ex.: “rosa” e “poeta”), com temas em *-o-* /*u-* átono final (ex.: “livro” e “tribo”) e com temas em *-e-* /*i-* átono final (ex.: “dente” e “ponte”).

Sobre o acento, Camara Jr. (1980, p. 65) ressalta que, em português, é “[...] o tipo paroxítono, de que decorre para a língua um ritmo “grave””. E é o acento que, para o autor, diferencia o PB do português europeu (PE), pois o PB tem mais vocábulos oxítonos, devido aos empréstimos do tupi e das línguas africanas. Já a diferença entre a língua padrão do Brasil e a língua popular é que a primeira mantém as proparoxítonas, enquanto a segunda tende a reduzi-las para paroxítonas.

Camara Jr. (1980, p. 100-102) também discorre sobre alguns tempos verbais, destacando as principais características de cada um deles. O autor afirma que tanto a segunda pessoa do plural (*vós*) quanto o pretérito mais-que-perfeito têm um rendimento mínimo na língua portuguesa, sendo que esse tempo verbal “[...] é de rendimento mínimo na língua oral, mesmo de registro formalizado de dialeto social culto”. No que se refere às noções gramaticais, “o infinitivo é a forma mais indefinida do verbo”, “[...] costuma ser citado como o nome do verbo, a forma que de maneira mais ampla e mais vaga resume a sua significação, sem implicações das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo”. Em relação ao participípio, para Camara Jr. (1980, p. 103), “o estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfológicamente ele pertence aos adjetivos, embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático. O gerúndio, ao contrário, é morfológicamente uma forma verbal”.

Quanto às formas verbais futuras, a complexidade referente a esses verbos é bem antiga. Isso porque, segundo Camara Jr. (1975, p. 130-131), “ao contrário do latim clássico, o

latim vulgar não propiciava o uso do futuro. A concepção de um futuro, em termos temporais estritos, não é própria, de maneira geral, de qualquer língua”. Portanto, o surgimento desse tempo verbal “[...] resulta de uma elaboração secundária, de ordem puramente intelectual e o emprego de um tempo futuro, rigorosamente dito, depende de condições especiais de comunicação linguística, quando pautada mais por raciocínio objetivo do que por um impulso comunicativo espontâneo”. Além disso, “no latim vulgar, em todos os seus planos de hierarquia social, o que predominava era o uso do presente como futuro, desde que não houvesse uma motivação modal específica para levar o falante a outro uso”.

Assim, conforme Camara Jr. (1975, p. 132), o infinitivo imperfeito combinado com o presente do verbo *habēre* (*haver*, em português) “[...] se estabeleceu como uma locução volitiva, focalizando, do presente, a vontade que uma ocorrência se desse”. O mesmo poderia ser feito em relação ao passado. Desse modo, “o falante, que no momento atual declara que quer cantar, que pretende cantar, que está no propósito de cantar, por exemplo, (*cantare habeo*), também podia reportar-se a um momento pretérito em que teve a mesma vontade, a mesma pretensão, o mesmo propósito”. Nesse caso, tem-se “[...] uma locução análoga com o pretérito imperfeito de *habēre* (*cantare habebam*)”. Foi assim que “firmou-se [...] no latim vulgar um modo futuro, por assim dizer, ou futuro modal, que numa elaboração categórica mais refinada conduziu as línguas românicas a um novo futuro temporal ou tempo futuro”.

Camara Jr. (1975, p. 133-134) afirma que o futuro do pretérito é bem menos usado que o futuro do presente, visto que “o futuro do pretérito tem necessariamente um uso limitado, porque depende de uma circunstância especial”. Ademais, “[...] ambos os futuros, no plano temporal puro, não são de uso irrestrito e geral”. O autor destaca que “[...] há também lugar para um futuro do presente em relação ao tempo presente, na qualidade de uma extensão pura e simples do pretérito imperfeito (cf. *acho que ele vem*, em vez da comunicação mais elaborada – *acho que ele virá*; *achei que ele vinha*, em vez de – *achei que ele viria*)”.

Ainda com relação às formas verbais futuras, Camara Jr. (1975, p. 165) também trata das conjugações perifrásticas e ressalta que “as línguas indo-européias sempre conheceram, ao lado das formas flexionais do verbo, composições de duas formas verbais para expressarem categorias ou nuances categóricas que não estão previstas no quadro das flexões”. Foi assim que o futuro foi constituído.

Para o autor, na história da linguística, a tendência à aglutinação pode transformar uma conjugação perifrástica em uma forma flexional, o que explica o fato de alguns autores entenderem os verbos futuros como formas simples. Sobre os “tempos compostos” e as “conjugações perifrásticas”,

A tradição gramatical portuguesa é separar [...] dois modelos de composição, que são especificadamente chamados “tempos compostos”: 1) a locução do verbo *ser*, em todas as suas formas flexionais, e um particípio perfeito que, sob o nome de “voz passiva”, é apresentada como uma contraparte da conjugação flexional ativa; 2) as locuções de alguns tempos do verbo *ter* com um particípio perfeito nominalmente invariável, que são incorporadas à série de tempos de formas flexionais unas. Às demais construções é que se consideram propriamente “conjugações perifrásticas” (CAMARA JR., 1975, p. 166-167).

Camara Jr. (1975, p. 166) destaca uma diferença importante entre os “tempos compostos” e as “conjugações perifrásticas”. Essas últimas caracterizam-se por suas formas constituintes não terem uma ordem fixa e por permitir que haja a intercalação de vocábulos ou locuções. Ademais, “as duas formas verbais, *auxiliar + forma nominal* não se disjungem, na análise da oração, para se associar cada qual separadamente a outro elemento”; características que não se aplicam para os tempos compostos. Por isso, em português, o autor explica que uma construção do tipo “*Tenho guardados os papéis*” não é uma conjugação perifrástica, pois, nesse caso, ao verbo *ter* “[...] se segue um particípio perfeito em concordância nominal com um substantivo a que se associa como constituinte imediato”. Outro caso em que não há uma conjugação perifrástica é em uma oração como “*Vi-o sair*”, porque “[...] a análise é, de um lado, *vi-o* (verbo e objeto constituintes) e, de outro lado, *sair*”.

Nesse sentido, Camara Jr. (1975, p. 167) observa que “é preciso respeitar a existência de dois sistemas distintos, embora correlatos, ou, pelo menos, de “dois ramos de um sistema significativo” [...], que são a flexão do radical e a perífrase e correspondem a intenções categóricas distintas”. Desta forma, os tempos futuros encaixam-se na perífrase e os demais verbos no sistema flexional, sem que seja necessário caracterizar todos os tempos em um único sistema, o que permite manter a particularidade das formas verbais futuras. Apesar da complexidade dos tempos futuros, numa análise baseada na TO, é a hierarquia de restrições que vai definir se essa distinção será considerada ou não, uma vez que os candidatos são gerados segundo as restrições em jogo.

Os trabalhos de Camara Jr. (1975, 1980) tratam da morfologia dos verbos de um modo diferente dos de Williams ([1938] 2001) e de Piel (1944), uma vez que o autor não faz uma análise detalhada do latim para comparar com o que se tem atualmente em português e destina a sua atenção para o acento, separando as partes que compõem os verbos e discorrendo sobre cada uma delas. O autor apresenta as desinências, ou sufixos flexionais, que acompanham o tema verbal, trata dos “tempos compostos” e das “conjugações perifrásticas” e expõe as características para diferenciá-los. Além disso, Camara Jr. (1975) tece várias observações

pertinentes sobre os tempos futuros. Camara Jr. (1980) também discorre sobre o acento em vários momentos e diferencia a flexão da derivação, uma vez que os verbos herdaram o padrão flexional do latim e o mantém até hoje.

1.1.4 Mateus e d'Andrade (2000)

Para Mateus e d'Andrade (2000, p. 65-66),¹⁰ “o entendimento da fonologia do português exige algum grau de familiaridade com a sua morfologia. Como em outras línguas, um número de regras fonológicas estão inter-relacionadas com as regras de formação de palavra”. Segundo os autores, em relação à morfologia, não há diferença entre o português europeu e o português brasileiro.

Mateus e d'Andrade (2000, p. 73) afirmam que “um dos mais impressionantes aspectos da língua portuguesa é a diversidade de flexão nas formas verbais”, pois “cinco pessoas diferentes são usadas em um grande número de tempos: 1ª (eu), 2ª (você) e 3ª (ele/ela) do singular, 1ª (nós) e 3ª (eles/elas) do plural”. Um diferencial dessa abordagem é que os autores não consideram a segunda pessoa do plural (*vós*) por entenderem que ela não faz parte de todos os dialetos. Assim, a constituição dos verbos é a seguinte: raiz + vogal temática + morfema de tempo-modo-aspecto + morfema de número-pessoa.¹¹

Nos verbos, a vogal temática é a que segue a raiz e, portanto, é ela que indica a conjugação. Além de fazer parte do radical, a vogal temática também está sujeita aos processos morfológicos. Quando a última vogal da raiz é /a/ não ocorre alternância nas formas verbais e, por isso, esses verbos são conhecidos como verbos regulares. Em relação ao acento, Mateus e d'Andrade (2000) afirmam que, em 75% dos casos, os verbos são acentuados na segunda sílaba, a contar da borda direita da palavra. Bechara (1977, p. 117) entende que as formas verbais podem ser rizotônicas e arrizotônicas, sendo que “a língua portuguesa é mais rica de formas rizotônicas”, ou seja, de palavras com acento na vogal do radical.

Segundo Mateus e d'Andrade (2000, p. 113-114), nos verbos do presente do indicativo (ex.: “*falo, bato, parto*”) e do presente do subjuntivo (ex.: “*fale, bata, parta*”), as sílabas acentuadas (em itálico) são as penúltimas, a contar da direita. Sobre os tempos do presente, os autores explicam que, no caso do presente do indicativo, há apenas morfemas de número-pessoa. Com exceção da primeira pessoa do singular, que apaga a vogal temática na forma

¹⁰ A tradução do inglês para o português dos trechos desta e das demais obras citadas neste estudo é de inteira responsabilidade da autora desta tese.

¹¹ Traduzimos “*root (R)*”, “*theme vowel (TV)*”, “*tense-mood-aspect (TMA)* and *person-number (PN)* morphemes” como raiz, vogal temática, morfemas de tempo-modo-aspecto e de número-pessoa, respectivamente.

fonética – ex.: “falo” (/fal+a]_{radical} o/); “bato” (/bat+e]_{radical} o/) e “parto” (/part+i]_{radical} o/) –, todas as demais formas do indicativo possuem vogal temática. No subjuntivo, os morfemas de tempo são /e/, para o paradigma /a/, e /a/, para os outros dois paradigmas. Além disso, no nível fonético, as formas desse tempo verbal nunca apresentam vogal temática.

Outros exemplos¹² citados pelos autores tratam de alguns tempos verbais que apresentam uma forma (a primeira pessoa do plural) com acento (em itálico) na antepenúltima sílaba, como “falávamos, batíamos, partíamos” (do imperfeito do indicativo), “falássemos, batéssemos, partíssemos” (do imperfeito do subjuntivo) e “faláramos, batêramos, partíramos” (do mais-que-perfeito do indicativo). No pretérito perfeito do indicativo, a primeira e a terceira pessoas do singular são acentuadas na última sílaba no nível fonético (ex.: falei, falou, bati, bateu, parti, partiu). No nível fonológico, a vogal tônica é a segunda, a contar da direita: falei, falou.

Mateus e d’Andrade (2000, p. 115) explicam que, na primeira pessoa do singular da segunda e da terceira conjugações (bati e parti) e na terceira pessoa do singular da primeira conjugação (falou), o fenômeno da coalescência¹³ é o responsável por acentuar as vogais finais. Na primeira pessoa do singular da primeira conjugação (falei) e na terceira pessoa do singular da segunda e da terceira conjugações (bateu e partiu), os autores ressaltam que “[...] o acento parece ser final, mas o glide fonético dessas formas é uma vogal fonológica”. Essa afirmação é questionável, porque esses verbos são oxítonos. As duas vogais finais formam um ditongo e a da esquerda é o núcleo da sílaba.

Mateus e d’Andrade (2000, p. 115) também chamam a atenção para o fato de que a terceira pessoa do singular (falará, baterá, partirá) e a do plural (falarão, baterão, partirão) possuem a última sílaba acentuada. Contudo, esse tempo verbal envolve outras particularidades, além do acento: 1ª) “[...] todas as formas mostram um /r/ depois da vogal temática” e 2ª) “[...] no caso da cliticização, os clíticos devem aparecer dentro da forma verbal”. Para exemplificar, os autores citam a forma verbal “falar-te-ei”, que não será encontrada como “*falarei-te”, e complementam: “como os clíticos aparecem depois do /r/, nós podemos concluir que ele não pertence ao marcador de futuro, caso contrário, poderíamos encontrar *fala-te-rei”.

Por essas razões, Mateus e d’Andrade (2000, p. 115) entendem que o futuro é composto pela forma de infinitivo, à qual são anexadas as marcas de tempo e pessoa. Assim,

¹² Ver Mateus e d’Andrade (2000, p. 114).

¹³ Nesse fenômeno, nada é apagado e nem inserido, pois há uma fusão entre os segmentos, conforme Kager (1999, p. 59).

“o tempo futuro e os marcadores de pessoa são de fato o presente do indicativo do verbo *haver*”. Isso porque, historicamente, o futuro surgiu de uma construção perifrástica como *hei* (de) falar. Já o condicional constitui-se do infinitivo e de “formas do imperfeito do verbo *haver*”: *falaria*, *bateria*, *partiria*.

Quanto ao infinitivo, nas formas flexionadas, os morfemas de pessoa desse tempo verbal são os mesmos de outros tempos do presente, incluindo a primeira e a terceira pessoas do singular que não têm morfema (ex.: “/fal+a]_{radical} r/ [fa‘laɾ]”). O /r/ é o morfema do infinitivo. Na segunda pessoa do singular, em que o sufixo /s/ é acrescentado, a vogal epentética /i/ ocorre no nível fonético (ex.: “/fal+a]_{radical} r+s/ [fa‘laɾis]”). A epêntese também ocorre de modo similar na terceira pessoa do plural, cujo sufixo é um segmento nasal (ex.: “/fal+a]_{radical} r+N/ [fa‘laɾẽj]”) (MATEUS; D’ANDRADE, 2000, p. 76). Nesse caso, a vogal epentética é silabificada e a nasalidade do segmento /N/ é espreada para a vogal, tornando-a nasal ([ẽ]). À direita da vogal, um glide é inserido no fim da palavra e também assimila a nasalidade do segmento nasal. O ditongo é, então, realizado como [ẽj].

Embora muitos autores acreditem que o português seja uma língua sensível ao peso silábico, para Mateus e d’Andrade (2000, p. 117), há argumentos que vão contra essa ideia, dentre eles a existência de pares mínimos como os de (2), com a vogal tônica em itálico:

- (2)
- a. *júbilo* [‘zubilɔ] (substantivo)
júbilo [zu‘bilɔ] (verbo)
 - b. *divórcio* [dʒi‘vɔɾsiu] (substantivo)
divórcio [dʒivoɾ‘siu] (verbo)
 - c. *último* [‘uwtʃimɔ] (adjetivo)
último [uw‘tʃimɔ] (verbo)
 - d. *sábia* [‘sabiɐ] (adjetivo)
sabiá [sabi‘a] (substantivo)
sabiá [sa‘biɐ] (verbo)

Com base nesses exemplos, Mateus e d’Andrade (2000, p. 117-118) afirmam que “[...] a hipótese da sensibilidade ao peso parece, em princípio, ser incompatível com a coexistência de dois subsistemas de acento, um para nomes e um para verbos”. Ademais, a maioria das formas verbais e nominais com mais de duas sílabas é acentuada na penúltima sílaba, independentemente de ela ser aberta ou fechada. Nesse sentido, “[...] é difícil aceitar o peso como um fator condicionador”. Outro argumento apresentado é que “fora do sistema de

acento, o peso nunca demonstrou representar qualquer papel na fonologia do português”. Em resumo, para os autores, o sistema acentual do português não é sensível ao peso silábico.

Ao contrário das três seções anteriores, quando apresentamos estudos mais voltados para a evolução histórica do português, comparando-o principalmente com o latim e outras línguas, nesta seção, trouxemos uma proposta de acento do português que leva em conta o tema desta tese: os verbos. É visível o destaque que Mateus e d’Andrade (2000) destinam ao acento verbal, pois os autores apresentam como os verbos são formados, mostram onde recai o acento, conforme o tempo verbal, e fazem reflexões sobre a posição do acento. Segundo Mateus e d’Andrade (2000), por exemplo, a maioria das formas verbais é paroxítona, independentemente da estrutura interna da sílaba, o que leva os autores a questionarem se o peso silábico é um fator condicionador do acento nos verbos, uma questão que não havia sido mencionada nos estudos de Williams ([1938] 2001), Piel (1944) e Camara Jr. (1975, 1980).

1.2 As formas verbais futuras

Na introdução desta tese, uma das perguntas que fizemos referia-se ao tratamento das formas verbais futuras. Questionamos se devem ser tratadas como sintéticas (simples) ou analíticas (perifrásticas ou compostas). Embora ainda haja divergências sobre a classificação desses verbos, a seguir, apresentamos os pontos principais dos trabalhos de Massini-Cagliari (2006) e Borges (2008), que fornecem argumentos consistentes para justificar a classificação das formas verbais futuras como compostas.

Tanto Massini-Cagliari (2006) quanto Borges (2008) analisaram os verbos futuros no português arcaico, que é considerado por Mattos e Silva (2015) como o “[...] primeiro período documentado da história do português”. Em Massini-Cagliari (2006), discute-se o *status* morfofonológico e prosódico das formas verbais dos tempos do futuro no PA. Segundo a autora, os verbos referentes a esses tempos são problemáticos devido a sua estrutura morfológica, uma vez que podem ser entendidos como formas simples ou compostas. Apesar de vários autores (no PE: Mateus, 1983; Mateus e d’Andrade, 2000; no PB: Bisol, 1992; Massini-Cagliari, 1995, 1999) considerarem as formas verbais do futuro como compostas, Massini-Cagliari (2005) ressalta que, em uma abordagem baseada na TO, o entendimento de que esses verbos são compostos altera seus *inputs*, por serem formados por duas bases.

Nesse sentido, Massini-Cagliari (2006, p. 93) observa que as formas verbais do futuro têm sido consideradas “[...] palavras simples, flexionadas a partir do padrão em que podem

ser “encaixadas” todos os verbos portugueses”: radical + vogal temática (VT) + desinência modo-temporal (MT) + desinência número-pessoal (NP), como em Camara Jr. (1970).

Para as Gramáticas Históricas da Língua Portuguesa, o futuro latino não deu origem às formas futuras que temos no PB. Isso porque, como é unanimidade entre os gramáticos que se dedicaram à história do português, a forma sintética do futuro latino foi substituída por uma forma analítica que é constituída pelo infinitivo do verbo principal + o presente do indicativo de *habere*, no futuro do presente, e pelo infinitivo do verbo principal + o pretérito do imperfeito do indicativo de *habere*, no futuro condicional.

Como a classificação das formas de futuro como simples ou compostas ainda é motivo de discussão entre os estudiosos da área, Massini-Cagliari (2006, p. 95) ressalta a importância “[...] de verificar o *status* morfológico das formas futuras como compostas ou simples no PA”. Em geral, os fonólogos entendem que as formas verbais do futuro são compostas devido ao seu comportamento prosódico. Com base em Camara Jr. (1970), Massini-Cagliari (2006, p. 97) afirma “[...] que o comportamento prosódico dos compostos é semelhante ao da perífrase [...], por portarem tantos acentos quanto forem as bases, ao passo que as formas simples e derivadas comportam-se como apenas uma palavra fonológica, já que a elas corresponde um e apenas um acento lexical”. Como exemplos, a autora cita: “gránde chúva” (duas palavras com dois acentos); “guárda-chúva” (palavra composta com dois acentos) e “chuvísco” e “chuvisqueiro” (palavras derivadas com um acento cada uma).

A partir dos estudos de Mateus (1983) e Bisol (1992), a proposta de Massini-Cagliari (1995, 1999) é que nos tempos do futuro, tanto do presente quanto do pretérito do indicativo, “[...] o acento primário era atribuído primeiramente a cada uma das bases componentes do composto”, feito isso, “[...] o acento mais à direita receberia o *status* de principal, dada a Regra Final, que se aplica em PB nos níveis superiores ao da palavra, fazendo com que, de todos os acentos concatenados, o último seja o mais forte” (MASSINI-CAGLIARI, 2006, p. 97), como no exemplo em (3):

(3)	(x)	(x)	Regra Final
		(x)	(x)	(x)	(x)
		[amar]	[ei]	[amar]	[ia]

Massini-Cagliari (2006, p. 98) propôs a mesma solução para os verbos futuros do PA. De acordo com a autora, no que se refere à acentuação lexical, os verbos do PA, em sua maioria, são paroxítonos terminados em sílaba leve (a sílaba tônica está sublinhada) – como:

“canto”, “cantava”, “cantasse” e “cantando” – ou oxítonos que terminam em sílaba pesada – como: “cantei”, “cantou” e “cantar”. No entanto, nem todos os verbos seguem esses padrões prosódicos, pois há muitos verbos paroxítonos que terminam em sílaba pesada, como: “cantas”, “cantamos”, “cantastes”, “cantes” e “cantasses”.

Sobre essas exceções, Massini-Cagliari (2006, p. 99) observa que “[...] os morfemas flexionais (desinências) nunca recebem acentuação” e que, apesar de a vogal temática verbal partir do tema do verbo, ela “[...] não tem *status* de desinência”. Por isso, “pode, portanto, ser suporte do acento”. Para explicar esse fato, a autora sugere a formulação de uma restrição que proíba as desinências verbais de receberem acento. A noção de extrametricidade surge, então, como uma tentativa de expressar restrições desse tipo, uma vez que torna certos elementos invisíveis para as regras de atribuição do acento. Desse modo, a regra formulada pela autora considera as consoantes *N* e *S*, em posição de coda final e que tenham *status* de flexão, como invisíveis para a atribuição de acento nos verbos.

Segundo Massini-Cagliari (2006, p. 99-100), essa solução foi formulada “[...] para dar conta não somente da previsão do posicionamento do acento nas formas verbais” que fogem aos padrões prosódicos apresentados pela autora, “[...] mas também das formas da 2ª pessoa do singular e da 3ª pessoa do plural do Futuro do Pretérito do Indicativo, nas quais o acento recai sobre a desinência”, como em “cantarias” e “cantariam”. O problema da solução adotada é considerar os verbos do futuro do pretérito do indicativo como formas simples, “[...] flexionando-se segundo o padrão canônico do português (desde aquela época até os dias de hoje): radical + vogal temática + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal”, de modo que “[...] a desinência modo-temporal do Futuro do Pretérito é identificada como sendo *-ria*”.

A autora afirma que os verbos do futuro do pretérito estão mais próximos das formas consideradas compostas do futuro do presente do indicativo do que das formas simples apresentadas. Como argumento, Massini-Cagliari (2006, p. 100) destaca o fato de que, ao serem consideradas compostas, essas formas têm dois acentos, sendo um para cada base, de modo que o da direita é o proeminente, como se pode ver nos exemplos em (4):

(4)	cantár	+	éi
	cantár	+	ás
	cantár	+	á
	cantár	+	émos
	cantár	+	édes
	cantár	+	án

Infinitivo Presente do Indicativo do verbo *aver*

Para considerar os dois tempos do futuro como compostos, Massini-Cagliari (2006, p. 100) pauta-se em dois argumentos: “[...] a variação entre formas do tipo *viverey* e *ey a viver*, *viveria* e *ia a viver*” e a “possibilidade de mesóclise apenas nesses dois tempos: *ir-m’ei*, *ir-m’ia*, *assanhar-m’ei*, *assanhar-m’ia*; *vee-lo-á*, *vee-lo-ia*; *vee-lo-emos*; *vee-lo-edes*”. Em relação ao segundo argumento, apesar de o uso de mesóclises não ser recorrente, mesmo na língua escrita, esse tipo de colocação pronominal só pode ser realizado nos tempos do futuro. O primeiro argumento ainda é válido, pois o PB tem formas como “viverei” e “vou viver”, sendo que a segunda parece prevalecer sobre a primeira, principalmente na língua falada.

Ao comparar as formas do futuro e do condicional com as outras formas verbais, Massini-Cagliari (2006, p. 101) ressalta que, no PA, as formas do futuro do presente e do condicional diferem de todos os outros verbos “[...] pela existência de fronteiras entre as bases que, por um lado, desencadeiam a aplicação do acento lexical reiteradamente a cada base e, por outro, facultam a inserção de clíticos entre essas fronteiras, fato absolutamente impossível às formas dos demais tempos e modos”. Portanto, Massini-Cagliari (2006) considera essas formas como compostas e justifica a sua afirmação com argumentos que abrangem a possibilidade de a mesóclise ocorrer apenas em verbos do futuro e o fato de que esses verbos são constituídos por duas bases, sendo o acento mais à direita o que recebe *status* de principal, por meio da aplicação da Regra Final.

No estudo de Borges (2008, p. 1), a autora analisa a “[...] estrutura morfofonológica das formas verbais futuras do Português Arcaico [...], no período conhecido por trovadoresco [...] – referente à primeira fase do período arcaico”. Com o auxílio de um *corpus* constituído por 420 Cantigas de Santa Maria (CSM), escritas por Afonso X, a pretensão da autora era averiguar se as formas verbais futuras em PA eram analíticas ou sintéticas.

As formas analíticas consideram as perífrases e as formas compostas e constituem-se como se segue: infinitivo do verbo principal + verbo

{	<i>aver</i> no presente
{	<i>aver/ir</i> no pretérito perfeito.

As formas sintéticas ou formas simples são constituídas conforme os demais tempos verbais, ou seja, por: radical + vogal temática + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal. Assim como outros autores justificam o caráter composto dos verbos futuros pela possibilidade de mesóclise, para Borges (2008), o estudo desse tipo de colocação pronominal foi fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho, uma vez que esse fenômeno indica que pode haver duas palavras na estrutura, ou seja, uma perífrase. Já a próclise e a ênclise indicam formas sintéticas, pois podem ter se juntado em uma só palavra. Após a análise das cantigas, a autora encontrou 1.203 formas do futuro, sendo 954 formas do futuro do presente e 249 do futuro do pretérito, o que confirma a afirmação de Camara Jr. (1980) de que o futuro do pretérito é bem menos usado que o futuro do presente.

Borges (2008, p. 73) considera como formas verbais analíticas as que “[...] têm dois acentos primários, um em cada forma verbal, um acento no verbo auxiliar e outro no verbo principal no infinitivo”. Das 1.203 formas do futuro encontradas nas cantigas, 1.170 eram formas sintéticas e apenas 33 eram formas analíticas, números que sugerem, em um primeiro momento, que as formas sintéticas estavam consolidadas em PA.

Entretanto, a quantidade significativa de mesóclises – 94 ocorrências em 494 formas do futuro com pronomes clíticos –, segundo Borges (2008, p. 114), “[...] nos dá pistas de que em PA talvez existia uma conscientização de que a forma futura tradicionalmente rotulada como sintética é possivelmente composta ou mesmo perifrástica, em ambos os casos analítica, pela possibilidade de colocação de um ou mais pronomes entre o infinitivo e o verbo *aver* conjugado”. Os clíticos nunca têm influência na atribuição do acento, ao contrário do que fazem os sufixos considerados normais.

A exemplo de Camara Jr. (1975), Borges (2008, p. 124) também diferencia as formas compostas das perífrases. De acordo com a autora, “[...] formas compostas têm coesão interna, isto é, não podem sofrer interpolação de material lingüístico entre suas partes (cf. Laroca, 2001, p. 22), ao passo que perífrases são permeáveis à inclusão de material lingüístico interveniente (ex: *Vou certamente fazer isto amanhã.*)”. Para Borges (2008, p. 124), as formas do futuro, tanto do presente quanto do pretérito, estão ficando cada vez mais raras no PB, sobretudo na fala, e costumam ser substituídas por formas perifrásticas, tais como: “*vou fazer*” e “*ia fazer*”.

Os dados coletados pela autora mostram que há uma alternância entre as formas analíticas e as sintéticas. Ademais, Borges (2008, p. 153) afirma que “[...] as formas futuras em PA apresentam a ordem semelhante à preferencialmente apresentada pelos compostos do PB, uma vez que possuem a estrutura núcleo-auxiliar: *falar* (núcleo) + *ei* (auxiliar); *falar*

(núcleo) + *ia* (auxiliar)”. Quanto aos compostos, a autora entende que a “[...] inseparabilidade das partes ou permutação e impossibilidade de se colocar uma palavra entre eles, são possíveis com o futuro do presente e do pretérito em PA. Isso nos faz concluir que estamos diante de duas palavras que têm certa autonomia”. Segundo Borges (2008, p. 189), “o único fato observado em relação ao radical de todos os verbos no infinitivo, idêntica a que ocorre com o futuro do presente, quando acrescentado o auxiliar é em relação ao acento. No jogo de proeminências, o segundo acento acaba prevalecendo”, conforme Massini-Cagliari (2006) já havia afirmado.

Em PA, “a flexão verbal [...] nunca atrai o acento; portanto, só é possível explicar a posição do acento nas formas futuras do PA considerando essas formas verbais como compostas; em caso contrário, teríamos que admitir que o acento pode, em casos excepcionais, recair sobre a flexão do verbo (apenas quando conjugado no futuro)” (BORGES, 2008, p. 198). Desse modo, pode-se afirmar que as formas verbais futuras em PA são constituídas por duas palavras fonológicas, ambas têm autonomia, pois têm acentos primários próprios, podem se separar e ter um clítico ou preposição inserida entre elas. Portanto, de acordo com Borges (2008), os verbos dos tempos do futuro, em PA, podem ser considerados analíticos.

Devido à complexidade dessas formas verbais, vimos a necessidade de dedicar uma seção exclusivamente a elas. Além disso, os dois trabalhos apresentados nesta seção nos serviram como base para considerar os verbos futuros como formas compostas e, assim, responder à pergunta que fizemos na introdução referente ao tratamento desses verbos. A princípio, se pensarmos apenas nas conjugações apresentadas por Wetzels (2007) e por outros autores, nas quais os verbos futuros são ortograficamente grafados em uma única palavra e, portanto, tratam-se de um único vocábulo fonológico por conter somente um acento, aparentemente, são formas simples. A escassez cada vez mais evidente da presença de mesóclises nessas formas também poderia ser um argumento favorável para esse entendimento.

Entretanto, tanto a origem das formas verbais futuras quanto os argumentos apresentados pelas autoras abordadas nesta seção mostram que são formas compostas. Ainda que a mesóclise seja rara na escrita e, sobretudo, na fala, no PB, a possibilidade de essa colocação pronominal ocorrer só se aplica aos verbos desse tempo verbal. Ademais, a consciência do caráter composto dessas formas ainda permanece, visto que perífrases do tipo *hei de viver* deram lugar a novas perífrases, como “vou viver”, que convivem com as formas

aglutinadas (ex.: “viverei”) e que, como afirma Borges (2008), estão perdendo espaço para as formas perifrásticas.

1.3 Considerações finais do Capítulo 1

Embora cada um dos autores que tiveram seus trabalhos apresentados neste capítulo tenha um enfoque diferente em seus estudos, todos promovem uma melhor compreensão dos fatos relacionados à evolução do PB, incluindo questões que envolvem o acento verbal.

A obra de Williams ([1938] 2001) é dedicada ao tratamento da fonologia e da morfologia históricas da língua portuguesa, desde o latim até o português. O autor apresenta características do latim relacionadas aos fonemas e aos morfemas e os compara com os do português, mostrando o que mudou, o que se perdeu e o que se manteve na língua portuguesa. Nesse sentido, em relação ao acento, Williams ([1938] 2001) chama a atenção para determinadas mudanças que ocorreram na evolução do latim para o português, como a fusão entre conjugações (ex.: a segunda e a terceira conjugações do presente do subjuntivo do latim clássico fundiram-se e resultaram na segunda conjugação que temos em português: *-a, -as, -a, -amos, -ais, -am*);¹⁴ a alteração de uma vogal ou consoante na estrutura interna do verbo (ex.: a perda do *u* terminal de radical em: *attribuēre > *attribuēre > atrever*)¹⁵ e o deslocamento do acento nas terminações verbais da primeira e da segunda pessoas do plural (ex.: *amabāmus > amávamos*),¹⁶ que resultaram no padrão de acento que temos hoje.

O trabalho de Piel (1944) tem como foco a flexão verbal do português, mais especificamente a morfologia histórica. O autor traz informações importantes acerca da evolução histórica dos verbos do português, desde o latim, e inclui a comparação com outras línguas, como o espanhol e o galego. Uma das principais observações de Piel (1944) é que as perdas nos tempos e modos verbais foram causadas por alterações que ocorreram em suas funções. Nas partes em que trata do acento, o autor destaca a sua relação com as questões fonéticas, principalmente, no que diz respeito ao timbre da vogal, visto que a vogal pode ser pronunciada de maneira diferente se estiver em uma sílaba tônica ou átona.

Os dois trabalhos de Camara Jr. (1975, 1980) abordados neste capítulo tratam da estrutura da língua portuguesa. Em Camara Jr. (1975), o autor dá mais atenção para a evolução da língua e, para mostrar como essa evolução ocorre, atenta-se para aspectos históricos que abrangem uma pequena seção dedicada ao latim, seguida por seções maiores

¹⁴ Consultar Williams (2001, p. 193-194), para maiores detalhes.

¹⁵ Exemplo de Williams (2001, p. 169).

¹⁶ Exemplo de Williams (2001, p. 174).

sobre a fonologia e a morfologia do português. Os verbos têm um capítulo inteiro dedicado a eles, bem como as conjunções perifrásticas, e o autor tece uma argumentação bem estruturada para dar conta dos tempos futuros, especialmente, ao diferenciar os “tempos compostos” e as “conjunções perifrásticas”.

Em Camara Jr. (1980), o texto é dividido em duas partes: a primeira para a fonologia e a segunda para a morfologia. Nesse trabalho, o acento recebe mais destaque do que no anterior e, assim como os verbos, possui uma seção específica que relaciona acentuação e vocábulo fonológico. A flexão verbal do português e os verbos “irregulares” também possuem seções próprias. Camara Jr. (1980, p. 65) destaca o valor distintivo do acento, uma vez que a sua posição pode distinguir palavras – ex.: “fábrica” (substantivo) e “fabrica” (verbo) –, e afirma que o acento é livre “[...] no sentido de que a sua posição não depende da estrutura fonêmica do vocábulo”.

Mateus e d’Andrade (2000) descrevem e analisam a fonética e a fonologia do PE e do PB de forma comparativa. Os autores descrevem as características fonéticas, os sistemas nominais e verbais da língua portuguesa e também exploram fatos relacionados ao acento dessa língua. Mateus e d’Andrade (2000) olham com atenção para o acento verbal, pois os autores abordam aspectos essenciais que, até então, não haviam sido – ou que foram pouco – mencionados por Williams ([1938] 2001), Piel (1944) e Camara Jr. (1975, 1980), tais como: a constituição dos verbos, a importância da vogal temática, o fato de que os tempos verbais apresentam diferenças na posição do acento (ex.: “bate” [ˈbatʃi], da terceira pessoa do singular do presente do indicativo, e “bati” [baˈtʃi]), da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo)¹⁷ e que o peso silábico parece não representar um papel relevante para o acento verbal, visto que a maioria dos verbos é acentuada na segunda sílaba, a contar da borda direita da palavra, mesmo se a sílaba for leve (ex.: “falo” [ˈfalʊ]).¹⁸

A penúltima seção deste capítulo foi dedicada exclusivamente às formas verbais futuras. Apresentamos os trabalhos de Massini-Cagliari (2006) e Borges (2008), que tinham como foco o estudo desses verbos no PA. Esses dois estudos, aliados aos que expusemos no decorrer do capítulo, nos ajudaram a responder uma das perguntas propostas no início desta tese, que questionava como os verbos futuros deveriam ser tratados: como formas sintéticas (simples) ou como analíticas (perifrásticas ou compostas)? A princípio, ao considerarmos a grafia dessas formas verbais – que são escritas em uma única palavra nas gramáticas, como “cantarei” – e pelo fato de a existência de mesóclises ser tão rara, mesmo na língua escrita,

¹⁷ Exemplos de Mateus e d’Andrade (2000, p. 113-114).

¹⁸ Exemplo de Mateus e d’Andrade (2000, p. 113).

poderia se pensar em tratá-las como formas simples. O acento existe em cada uma das duas bases que constituem os verbos futuros, mas, ao se juntarem, por meio da Regra Final, prevalece o acento da base direita, o que diferencia esses verbos dos demais, pelo fato de o acento não cair nem no radical e nem na vogal temática. No entanto, ainda que a escassez dessa colocação pronominal pareça ser mais evidente a cada dia, a inserção de clíticos só é possível nessas formas verbais e, ao levar em conta a origem composta desses verbos, podemos afirmar que a perífrase existe até hoje, com a diferença de que uma perífrase (ex.: *hei de falar*) foi substituída por outra (ex.: “vou falar”). Assim, mesmo no caso das formas aglutinadas, nesta tese, as formas verbais futuras são consideradas compostas, cujo acento principal é o que está na borda direita, devido à aplicação da Regra Final.

No próximo capítulo, tratamos do acento em português, com destaque aos verbos e a alguns dos principais trabalhos que abordaram esse tema.

2 O ACENTO VERBAL EM PORTUGUÊS

Apesar de ser o foco de muitos estudos fonológicos, vários autores ressaltam a dificuldade de se lidar com o acento do português. Cagliari (1999), por exemplo, afirma que mesmo com a produção de novas abordagens – como a Fonologia Métrica (Hayes, 1995) –, há a necessidade de se ter muitas regras e, conseqüentemente, muitas exceções para dar conta dos dados em análise. Em relação ao pé rítmico, nas abordagens fonológicas, há autores que concluíram que o português pode ser representado por um pé troqueu (Massini-Cagliari, 1995, 1999), mas há também os que acreditam ser possível representá-lo por um pé iâmbico (Lee, 1995).

De acordo com Cagliari (1999, p. 34), “uma das grandes diferenças entre fonética e fonologia, no que se refere ao tratamento do acento, reside no fato de a fonologia prever algumas sílabas tônicas, por exemplo, marcadas no léxico, as quais, entretanto, podem ou não se realizar foneticamente como tônicas”. Já “a fonética depende diretamente da estrutura rítmica da fala e indiretamente da estrutura fonológica, com relação ao acento”. Para o autor, não existe uma regra que seja simples e geral para dar conta da atribuição do acento primário na língua portuguesa. Ainda assim, há abordagens melhores que outras. Embora haja divergências entre as diferentes pesquisas e teorias, segundo Cagliari (1999, p. 52), há um consenso em dois pontos: “[...] a grande maioria das palavras do Português apresenta um padrão trocaico, ou seja, são paroxítonas e o acento cai em uma das três últimas sílabas das palavras”.

Nesse sentido, dedicamos este capítulo à exposição de alguns dos principais trabalhos que trataram do acento em português, quais sejam: Mateus (1983), Bisol (1992, 1994), Lee (1994, 1995), Massini-Cagliari (1995, 1999), Pereira (1999) e Wetzels (2007), com destaque ao que esses autores trazem a respeito do acento verbal. Nas duas primeiras seções, apresentamos os trabalhos de Mateus (1983) e de Wetzels (2007), que não têm interesse em modelos métricos, mas em descrever, por meio de regras, como se dá o acento em português. Da terceira seção em diante estão os outros quatro trabalhos, que diferem dos dois primeiros por tentarem acomodar os fatos do acento em um modelo de Fonologia Métrica.

2.1 Mateus (1983)

A proposta de Mateus (1983, p. 8) para os verbos é a de que o acento pode ocorrer em três posições:

a) na última vogal do radical, nas formas da primeira, segunda e terceira pessoas do singular; terceira pessoa do plural do presente do indicativo e do presente do subjuntivo; e segunda pessoa do singular do imperativo (ex.: *fal*+o; *fal* a+s; *fal* a; *fal*+e);

b) na última vogal do tema, conhecida como vogal temática (ex.: *fal* **a**+mos; *fal* **a**+va; *fal* **a** sse+s);

c) na primeira vogal do morfema de tempo (nas formas do futuro do indicativo e do condicional).

Diante desses padrões de acento, Mateus (1983, p. 9) afirma que podemos considerar as formas em a) como regulares e as em b) como excepcionais ou pensar de forma contrária. Se seguirmos a primeira hipótese, a regra que acentua a última vogal do radical não permite qualquer generalização, além disso, “[...] as formas acentuadas na vogal temática, porque mais numerosas, têm sido entendidas como as que caracterizam a acentuação dos verbos em português”. Se tomarmos o caminho inverso e considerarmos que as formas verbais preferem que a vogal temática seja acentuada, “[...] a vogal que se segue ao radical só se considera vogal temática quando for acentuada, e só nesta circunstância constituirá, em conjunto com o radical, o TEMA do verbo”. Assim, em verbos como “*fal* a”, “[...] a vogal antecedida do radical [...] não é a vogal temática, mas uma vogal morfemática, separada do radical por uma fronteira de morfema”.

Portanto, para Mateus (1983, p. 9), o contexto no qual “[...] a fronteira de morfema [...] se insere entre o radical e a vogal que se segue” está representado em (5):

(5) RAD + V (V) (C)#

A autora ressalta ainda que “em todas as outras circunstâncias, a fronteira de morfema ocorre a seguir à vogal que recebe o acento e que constitui, juntamente com o radical, o tema do verbo”.

A versão final da regra de acento de palavra, de acordo com Mateus (1983, p. 10), é a que está em (6):

(6) Acentuar a última vogal do $\left\{ \begin{array}{l} \text{TEMA}_{[vb]} \\ \text{RADICAL} \end{array} \right\}$

Sobre as formas do futuro do indicativo e do futuro do condicional, Mateus (1983, p. 13) destaca que “[...] o acento incide na vogal que vem a seguir à vogal temática e que, não sendo morfema de pessoa, é portanto a primeira vogal do morfema de tempo”, como em

“bater+*i*” e “bateria+*s*”. A autora chama a atenção para o fato de que apenas nas formas de futuro podem ser inseridos os pronomes de complemento *te*, *nos* e *se*, como nos exemplos: “bater-te-ei” e “bater-se-iam”.

A proposta de Mateus (1983, p. 15) reforça a importância das fronteiras para atribuir acento. Nesse sentido, a autora tece duas observações: “quando no interior da estrutura morfológica não existe nenhuma fronteira de palavra, mas existem duas fronteiras de morfema seguidas, perdura o acento que se encontra à direita dessas duas fronteiras (p. ex. *bat e+r+ +á+s*), recebendo as restantes vogais a aplicação das regras do vocalismo átono”, mas “se as fronteiras de palavra se mantiverem, mantêm-se igualmente os dois acentos (p. ex. *bat é+r+# te#+á+s*)”.

Assim, Mateus (1983, p. 15) conclui que “[...] as formas do futuro e do condicional divergem de todas as outras formas verbais pela existência de duas fronteiras de morfema seguidas que, por um lado, bloqueiam a actuação da regra (3) [aqui regra (6)] e, por outro permitem a inserção de fronteiras de palavra com manutenção dos dois acentos primitivos”. Portanto, “esta proposta pode assim considerar-se um argumento de apoio à hipótese de que o futuro e o condicional são constituídos com o morfema do infinitivo”.

2.2 Wetzels (2007)

Assim como Mateus (1983), Wetzels (2007) não está interessado em nenhum modelo métrico, mas em descrever o sistema acentual do português. A proposta do autor para os verbos é feita por meio de regras que consideram os três diferentes tempos verbais. De acordo com Wetzels (2007, p. 15), “o acento primário em PB é um fenômeno lexical, no sentido de que as restrições que explicam a sua distribuição interagem com a morfologia por meio da seleção de categorias lexicais específicas (verbos, não-verbos)”. Além disso, “[...] dentro da classe de verbos, a distribuição específica do acento principal é condicionada pelas categorias flexionais de tempo” e, “como é de se esperar, o acento primário em PB está entrelaçado com a fonologia lexical (e pós-lexical)”.

Wetzels (2007, p. 35) considera o acento no PB para verbos e não-verbos “[...] como a representação de um sistema misto, condicionado pelas categorias de tempo ‘presente’, ‘passado’ e ‘futuro’ em verbos, mas baseado na prosódia e sensível à quantidade nas categorias lexicais não-verbais”. Para demonstrar como se dá a acentuação em cada tempo verbal, o autor utiliza as flexões dos verbos “falar”, “bater” e “partir”. Nas formas verbais dos tempos do passado, apresentadas por Wetzels (2007, p. 36), o acento cai na vogal

imediatamente seguinte à vogal da raiz ou na vogal temática, como podemos ver em (7), em que a vogal acentuada aparece em destaque por negrito e itálico:

(7) Tempos do passado

a. Pretérito Imperfeito do Indicativo

eu	fal] _{raiz} <i>a</i>]temaVa	bat] _{raiz} <i>i</i>]tema a	part] _{raiz} <i>i</i>]tema a
tu	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema vas	bat] _{raiz} <i>i</i>]tema as	part] _{raiz} <i>i</i>]tema as
ele/ela	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema va	bat] _{raiz} <i>i</i>]tema a	part] _{raiz} <i>i</i>]tema a
nós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema vamos	bat] _{raiz} <i>i</i>]tema amos	part] _{raiz} <i>i</i>]tema amos
vós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema veis	bat] _{raiz} <i>i</i>]tema eis	part] _{raiz} <i>i</i>]tema eis
eles/elas	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema vam	bat] _{raiz} <i>i</i>]tema am	part] _{raiz} <i>i</i>]tema am

b. Pretérito Perfeito do Indicativo

eu	fal] _{raiz} <i>e</i>]tema i	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema i	part] _{raiz} <i>i</i>]tema i
tu	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ste	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ste	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ste
ele/ela	fal] _{raiz} <i>o</i>]tema u	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema u	part] _{raiz} <i>i</i>]tema u
nós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema mos	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema mos	part] _{raiz} <i>i</i>]tema mos
vós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema stes	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema stes	part] _{raiz} <i>i</i>]tema stes
eles/elas	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ram	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ram	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ram

c. Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo

eu	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ra	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ra	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ra
tu	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ras	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ras	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ras
ele/ela	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ra	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ra	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ra
nós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ramos	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ramos	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ramos
vós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema reis	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema reis	part] _{raiz} <i>i</i>]tema reis
eles/elas	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ram	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ram	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ram

d. Imperfeito do Subjuntivo

que eu	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema se	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema se	part] _{raiz} <i>i</i>]tema se
que tu	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema ses	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema ses	part] _{raiz} <i>i</i>]tema ses
que ele/ela	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema se	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema se	part] _{raiz} <i>i</i>]tema se
que nós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema semos	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema semos	part] _{raiz} <i>i</i>]tema semos
que vós	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema seis	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema seis	part] _{raiz} <i>i</i>]tema seis
que eles/elas	fal] _{raiz} <i>a</i>]tema sem	bat] _{raiz} <i>e</i>]tema sem	part] _{raiz} <i>i</i>]tema sem

Wetzels (2007, p. 37) formaliza a acentuação dos verbos dos tempos do passado na forma da seguinte restrição:

- (8) $XVC_0]_{raiz} \acute{V} Y_0]_{passado}$: Formas do tempo passado são acentuadas na vogal imediatamente seguinte à vogal da raiz.

Embora essa generalização dê conta dos tempos do passado, Wetzels (2007) afirma que, assumindo a distinção lexical-pós-lexical que ele tem adotado, a generalização em (8) pertence à fonologia lexical e se aplica para todas as formas mostradas em (7). Já nos verbos do futuro, conforme Wetzels (2007, p. 38), o acento cai na primeira sílaba após a vogal temática, “[...] que é, ao mesmo tempo, a sílaba que inicia a sequência de segmentos que representam os morfemas flexionais”.

(9) Tempos do futuro

a. Futuro do Presente do Indicativo

eu	fal] _{raiz} a] _{tema} rei	bat] _{raiz} e] _{tema} rei	part] _{raiz} i] _{tema} rei
tu	fal] _{raiz} a] _{tema} ras	bat] _{raiz} e] _{tema} ras	part] _{raiz} i] _{tema} ras
ele/ela	fal] _{raiz} a] _{tema} ra	bat] _{raiz} e] _{tema} ra	part] _{raiz} i] _{tema} ra
nós	fal] _{raiz} a] _{tema} remos	bat] _{raiz} e] _{tema} remos	part] _{raiz} i] _{tema} remos
vós	fal] _{raiz} a] _{tema} reis	bat] _{raiz} e] _{tema} reis	part] _{raiz} i] _{tema} reis
eles/elas	fal] _{raiz} a] _{tema} rão	bat] _{raiz} e] _{tema} rão	part] _{raiz} i] _{tema} rão

b. Futuro do Pretérito do Indicativo (Condicional)

eu	fal] _{raiz} a] _{tema} ria	bat] _{raiz} e] _{tema} ria	part] _{raiz} i] _{tema} ria
tu	fal] _{raiz} a] _{tema} rias	bat] _{raiz} e] _{tema} rias	part] _{raiz} i] _{tema} rias
ele/ela	fal] _{raiz} a] _{tema} ria	bat] _{raiz} e] _{tema} ria	part] _{raiz} i] _{tema} ria
nós	fal] _{raiz} a] _{tema} riamos	bat] _{raiz} e] _{tema} riamos	part] _{raiz} i] _{tema} riamos
vós	fal] _{raiz} a] _{tema} rieis	bat] _{raiz} e] _{tema} rieis	part] _{raiz} i] _{tema} rieis
eles/elas	fal] _{raiz} a] _{tema} riam	bat] _{raiz} e] _{tema} riam	part] _{raiz} i] _{tema} riam

Uma generalização para o acento dos verbos nos tempos do futuro é feita por Wetzels (2007, p. 38) na forma da seguinte restrição:

- (10) X]_{tema} **Ŷ** Y₀]_{futuro}: Formas do tempo futuro são acentuadas na primeira sílaba do sufixo futuro.

As sequências, em (11), a seguir, conforme Wetzels (2007, p. 39), “[...] expressam os tempos do presente em algum nível intermediário de representação”.

(11) Tempos do Presente

a. Presente do Indicativo

eu	<i>fal</i>] _{raiz} <i>o</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>o</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>o</i>
tu	<i>fal</i>] _{raiz} <i>as</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>es</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>is</i>
ele/ela	<i>fal</i>] _{raiz} <i>a</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>e</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>i</i>
nós	<i>fal</i>] _{raiz} <i>amos</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>emos</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>imos</i>
vós	<i>fal</i>] _{raiz} <i>ais</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>eis</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>is</i>
eles/elas	<i>fal</i>] _{raiz} <i>am</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>em</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>em</i>

b. Presente do Subjuntivo

que eu	<i>fal</i>] _{raiz} <i>e</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>a</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>a</i>
que tu	<i>fal</i>] _{raiz} <i>es</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>as</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>as</i>
que ele/ela	<i>fal</i>] _{raiz} <i>e</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>a</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>a</i>
que nós	<i>fal</i>] _{raiz} <i>emos</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>amos</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>amos</i>
que vós	<i>fal</i>] _{raiz} <i>eis</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>ais</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>ais</i>
que eles/elas	<i>fal</i>] _{raiz} <i>em</i>	<i>bat</i>] _{raiz} <i>am</i>	<i>part</i>] _{raiz} <i>am</i>

As formas verbais em (11) mostram casos em que as vogais temáticas são apagadas diante de um sufixo iniciado por vogal. Wetzels (2007) ressalta que o alçamento de /a/ não acontece antes de /i/ nas formas de segunda pessoa do plural do presente do subjuntivo. Uma possível explicação para esse fato, segundo o autor, é que o alçamento de /a/ é bloqueado para preservar a diferença entre o indicativo e o subjuntivo.

Diferentemente do que ocorre com os tempos do passado e do futuro, no caso do presente, “[...] o acento principal não pode ser previsto por um único condicionador morfológico”. Nas formas verbais do presente, o acento costuma cair na última vogal da raiz, mas, na primeira e segunda pessoas do plural, o acento é atribuído à vogal temática, como ocorre nos tempos do passado. Desse modo, podemos comparar a generalização feita em (8), repetida abaixo como (12a), com (12b), “[...] em que Y é realizado como sufixo da primeira ou da segunda pessoas do plural” (WETZELS, 2007, p. 40).

(12) a. $XVC_0]_{raiz} \acute{V} Y_0]_{passado}$

b. $XVC_0]_{raiz} \acute{V} \{mos, is\}]_{presente\ 1^a, 2^a\ pessoas\ do\ plural}$

Os demais casos dos tempos do presente se enquadram na generalização em (13):

(13) $X\acute{V}C_0]_{raiz} Y]_{presente}$ (em outros lugares) Nos tempos do presente, o acento cai na última vogal da raiz.

Em relação à generalização em (13), Wetzels (2007, p. 40) salienta que ela se aplica para todos os verbos em (11) e afirma que “outra forma de prever o acento nas formas dos tempos do presente é por meio de uma regra que localiza o acento na penúltima sílaba”.

A atribuição de acento nos não-verbos leva em conta a contagem de sílabas, enquanto, nos verbos, é baseada na fronteira morfológica. No caso do acento dos não-verbos, Wetzels (2007) adota a proposta da sensibilidade ao peso, de van der Hulst (1994). Essa proposta ressalta a importância do peso silábico para sílabas resistentes a ocuparem a posição dependente em um pé. De acordo com Wetzels (2007, p. 43), o acento principal dos não-verbos é previsto pela “[...] combinação do parâmetro de peso com a localização do acento primário orientada na borda direita e com a exigência de que os pés devem ser encabeçados à esquerda”, conforme os seguintes exemplos (em que: l = sílaba leve; p = sílaba pesada):

(14) po(már) for(mál) a(bérto)
 l p p p p l

Segundo o autor, o acento cai na penúltima sílaba em palavras que apresentam uma sequência de duas sílabas leves. Além disso, “o pé bissilábico que é construído sobre as duas últimas sílabas respeita as exigências do alinhamento com a borda direita da palavra e cabeça¹⁹ à esquerda” (WETZELS, 2007, p. 43), como exposto a seguir:

(15) ga(véta)
 l l l

Palavras como “bêbado” (acento proparoxítono) e “jacaré” (acento na última sílaba leve) são consideradas pelo autor como sendo casos de acento excepcional.

Wetzels (2007, p. 50-52) observa que “[...] todos os pés com acento primário no PB são encabeçados à esquerda e alinhados à direita com a borda direita da palavra”. Essa observação vale tanto para os não-verbos quanto para os verbos e é, para o autor, o que diferencia a sua proposta para explicar o acento principal do PB das abordagens anteriores. Ademais, no PB, o acento dos verbos é previsível e, em nenhuma forma verbal, “[...] o acento principal viola a janela de três sílabas”. Assim, “o acento primário é um fenômeno lexical no PB, que é distribuído em função do sistema de tempo nas formas verbais”. Nos não-verbos,

¹⁹ Halle e Idsardi (1995, p. 403) “[...] usam o termo “cabeça” para designar o elemento no constituinte ao qual a proeminência é atribuída”.

por sua vez, “[...] o acento principal é atribuído com base nas propriedades fonológicas, das quais o peso silábico é um fator determinante”.

2.3 Bisol (1992, 1994)

Dos trabalhos apresentados neste capítulo, o de Bisol (1992,1994) é o primeiro que utiliza um modelo métrico para tratar do acento em português. A partir do modelo de Halle e Vergnaud (1987), a autora afirma que, para a Teoria Métrica, o acento não está na vogal, mas em uma relação estabelecida entre as sílabas. Em sua descrição, a regra que atribui o acento primário para os verbos e para os não-verbos, no PB, é a mesma:

(16) Regra do Acento Primário (BISOL, 1992, p. 69)

Domínio: a palavra

- i. Atribua um asterisco (*) à sílaba pesada final, i.é, sílaba de rima ramificada.
- ii. Nos demais casos, forme um constituinte binário (não-iterativamente) com proeminência à esquerda, de tipo (* .), junto à borda direita da palavra.

Em relação ao domínio, é preciso considerar a diferença que existe entre verbos e não-verbos, pois essa diferença influencia o acento. Segundo Bisol (1994, p. 25), “em se tratando de nomes e adjetivos, a palavra fica entendida como *radical*²⁰ + *vogal temática* ou *marca de gênero*, que pode estar ausente. A flexão, que não interfere, fica fora deste domínio”. Quanto aos verbos, “[...] a palavra fica entendida como *radical* + *vogal temática* + *sufixo modo-temporal* + *sufixo número-pessoa*, pois em qualquer um desses morfemas pode incidir o acento”.

Para a autora, uma única regra é suficiente para explicar o acento em verbos e em não-verbos, conforme exposto em (16), o que muda é o modo de aplicação, visto que, nos não-verbos, a regra é cíclica, ou seja, “[...] volta toda vez que um morfema derivativo for acrescido”. Nos verbos, a regra “[...] espera que a palavra esteja completamente pronta para operar de uma só vez, assumindo, pois, o caráter de regra não-cíclica” (BISOL, 1992, p. 69-70). Todavia, a autora ressalta que, nos dois casos, a regra é lexical.

Outra diferença entre verbos e não-verbos é a atuação da extrametricidade. Bisol (1992, 1994) observa que, nos não-verbos, esse recurso ocorre em exceções, enquanto nos

²⁰ Na proposta de Bisol (1994, p. 25), o “[...] radical fica entendido como a base do processo derivacional que pode ou não coincidir com a raiz primitiva”.

verbos atua como uma regra específica. A extrametricidade é capaz de tornar alguns segmentos invisíveis, para que a palavra prosódica seja ajustada ao domínio das regras de atribuição do acento e, assim, permita que generalizações sejam alcançadas. Os segmentos extramétricos são representados entre colchetes angulados: < >.

Em sistemas sensíveis ao peso silábico, a consoante final torna-se invisível. O português, por exemplo, parece comportar-se dessa forma, pois a maior parte (cerca de 80%) das palavras terminadas em consoante tem a sílaba final acentuada. Então, as palavras que restam, como “caráter” e “lápiz”, estariam no domínio de acento das sílabas leves, uma vez que, pelo fato de a última consoante ser invisível, a posição final não recebe acento.

Como a principal característica da extrametricidade é estar condicionada ao princípio da perifericidade, as sílabas, rimas ou codas envolvidas devem ser terminais. Em outras palavras, não há extrametricidade se não houver o contexto periférico. Segundo Bisol (1992, p. 71), em não-verbos, a extrametricidade é atribuída nos seguintes contextos:

- i) palavras com acento na terceira sílaba;
- ii) palavras terminadas em consoante ou ditongo com acento não-final.

No que se refere aos verbos, Bisol (1992, p. 78) afirma que essa categoria “[...] sensível ao peso silábico, interpreta como sílaba leve toda sílaba final acabada em S ou N com status de desinência: faleN, falaS”. No caso das “[...] proparoxítonas, encontradas unicamente em tempos de imperfeito, a invisibilidade atinge a sílaba toda”, como em “cantásse<mos>”. A extrametricidade atua como uma regra específica, como exposto em (17):

(17) A extrametricidade em verbos (BISOL, 1994, p. 34)

Marque como extramétrica:

- i. A sílaba final da primeira e da segunda pessoa do plural dos tempos de imperfeito.
- ii. Nos demais casos, a consoante com status de flexão.

Nas formas verbais do futuro, um caso de pé degenerado (PD) é encontrado. A origem desse tipo de pé pode ser “[...] locucional, atribuída à combinação do infinitivo do verbo que se quer conjugar com formas do presente ou do pretérito imperfeito do verbo haver, futuro e condicional respectivamente” (BISOL, 1994, p. 34-35). Um dos autores que defendem essa hipótese é Camara Jr. (1975). Ele apresenta como evidência as formas verbais “cantar-te-ei” e “falar-lhe-ia”, nas quais um pronome clítico é inserido internamente ao verbo por meio da mesóclise.

A proposta do acento primário defendida por Bisol (1992, 1994) para as formas do futuro traz mais um argumento favorável a essa hipótese. Isso porque, “cada uma das duas partes que compõem o futuro mantém a sua autonomia, tal qual o fazem as palavras compostas, recebendo acentos primários individuais, dos quais somente o último permanece por efeito de Apague *, sob a condição do choque acentual de grau 1”, ou seja, uma “seqüência de acentos, que o português tende a rejeitar” (BISOL, 1994, p. 35).

(18) Futuro	SQ ²¹	SQ	Por Evite Choque Acentual
	(*)	(*)	(*)(*) (*)
a. Infinitivo + ei: /falar/	/ei/	→ falarei	→ falarei
	SQ	PD	EChoque
	(*)	(*)	(*)(*) (*)
/falar/	/a<S>/	→ falarás	→ falarás
	SQ	PD	EChoque
	(*)	(*)	(*)(*) (*)
/falar/	/a/	→ falará	→ falará
	SQ	FCP ²²	EChoque
	(*)	(* .)	(*)(*) (* .)
/falar/	/emo<S>/	→ falaremos<S>	→ falaremos
	SQ	SQ	EChoque
	(*)	(*)	(*)(*) (*)
/falar/	/ei<S>/	→ falarei<S>	→ falarei
	SQ	PD	EChoque
	(*)	(*)	(*)(*) (*)
/falar/	/a<N>/	→ falará<N>	→ falarão
	SQ	FCP	EChoque
	(*)	(* .)	(*)(*) (* .)
b. Infinitivo + ia: /falar/	/i a/	→ falaria	→ falaria

²¹ De acordo com Bisol (1992, p. 71), a regra da Sensibilidade Quantitativa (SQ) “[...] atribui um asterisco à sílaba final de uma rima ramificada, portadora de acento por inerência”.

²² A regra de Formação de Constituintes Prosódicos (FCP) “[...] ao estabelecer uma relação forte/fraco entre duas sílabas, por adjunção de uma sílaba leve à sílaba precedente, cria o constituinte binário mais à direita da palavra” (BISOL, 1992, p. 71).

SQ	FCP	EChoque
(*)	(*.)	(*)(*.)
/falar/	/i a<mos>/	→ falaria<mos> → falaríamos

Sobre as representações em (18), além dos tempos do imperfeito, com base na configuração (*.), o verbo “falaríamos”, que pertence à conjugação da primeira pessoa do plural do futuro do pretérito (Condicional), também se encaixa na regra que considera a sílaba “mos” como extramétrica apenas nos tempos do imperfeito. Incluímos ainda o verbo “faláramos”, da primeira pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito do indicativo. Desse modo, é possível afirmar que a extrametricidade da sílaba “mos” vai além dos tempos do imperfeito e atinge outros tempos verbais.

Ainda sobre o imperfeito, mais especificamente sobre a configuração do verbo “cantáveis”, a separação de sílabas feita por Bisol (1992, 1994) considera que há um hiato entre as vogais *e* e *i* finais e que a sílaba “is” é, portanto, extramétrica. Contudo, compartilhamos do pensamento de Wetzels (2007) de que, em verbos como esses, as vogais finais formam um ditongo e, assim, permanecem na mesma sílaba (/kẽˈtavejs/). O mesmo vale para verbos como “falásseis”, por exemplo, da segunda pessoa do plural do imperfeito do subjuntivo.

Quanto aos verbos dos tempos do futuro, Bisol (1992, 1994) os considera como sendo formas compostas, de modo que as duas bases são acentuadas. No entanto, para evitar o choque acentual, permanece apenas o acento mais à direita, ou seja, o da desinência de futuro. Apesar de a representação da autora nos dar a entender que a maioria dos verbos é acentuada na última sílaba, há um consenso de que o padrão acentual dos verbos no PB é paroxítono, ou seja, um padrão trocaico.

2.4 Lee (1994, 1995)

Se, no entendimento de Bisol (1992, 1994), basta apenas uma regra para explicar o acento em formas verbais e não-verbais e que, nos verbos, a extrametricidade atua como uma regra específica, Lee (1994, 1995) tem uma visão diferente. Para o autor, a regra de acento não é sensível ao peso silábico e a que atribui acento aos verbos não é a mesma regra dos não-verbos. Assim, pelo fato de haver duas regras, em vez de apenas uma, há uma redução no uso da extrametricidade na teoria.

Para os não-verbos, a regra pode ser reformulada como se segue:

(19) Regra de Acento Primário do Não-Verbo (versão final) (LEE, 1995, p. 156)

Domínio: Nível α

- a. Casos Não-Marcados: constituinte binário, cabeça à direita, direção: direita para esquerda, não-iterativo.
- b. Casos Marcados: constituinte binário, cabeça à esquerda, direção: direita para esquerda, não-iterativo.

A exemplo de outras análises, Lee (1994, p. 39) afirma que, em sua maioria, os verbos do português são paroxítonos, como nos exemplos (a sílaba tônica está sublinhada): “falo, falamos, falam, falaram, computo”. Os verbos que se enquadram nesse padrão, ou seja, com acento na penúltima sílaba, são chamados de não-marcados e seguem a regra em (20):

(20) Regra de Acento Primário do Verbo (não-marcado) (LEE, 1995, p. 160)

Domínio: Nível β

- a. Constituinte binário
- b. Cabeça à esquerda
- c. Não-iterativo
- d. Parsing:²³ direita para esquerda

A aplicação dessa regra é representada em (21):

(21) Verbos: casos não-marcados (LEE, 1994, p. 39):

computo	falo	falamos
(* .)	(* .)	(* .)
(*)	(*)	(*)

De acordo com Lee (1994, 1995), a regra em (20) também explica a ocorrência de casos como os expostos em (22), a seguir, se considerarmos a noção de extrametricidade de Hayes (1991). Em sua análise sobre os verbos, Lee (1994, 1995) entende que, nos tempos do imperfeito, do mais-que-perfeito, do futuro do pretérito do indicativo e do imperfeito do subjuntivo, o morfema “-mos” recebe a marca da extrametricidade e esse recurso está sujeito à condição de perifericidade (adaptado de LEE, 1995, p. 161):

²³ Segundo Cagliari (1999, p. 46), *parsing* significa segmentação. Em geral, traduz-se como escansão.

(22)	falávamos	faláramos	falaríamos	falássemos	
	faláva<mos>	falára<mos>	falaria<mos>	falásse<mos>	Extrametricidade
	(* .)	(* .)	(* .)	(* .)	
	(*)	(*)	(*)	(*)	

Por receberem acento na última sílaba, verbos como “bati” e “baterá” são considerados casos marcados e obedecem a seguinte regra:

(23) Regra de Acento do Verbo (marcado) (LEE, 1995, p. 162)

Domínio: Nível β (palavra)

- a. Constituinte binário
- b. Cabeça à direita
- c. Não-iterativo
- d. Parsing: direita para esquerda

A aplicação da regra em (23) está representada em (24):

(24) Verbos: casos marcados (LEE, 1995, p. 162)

bati	baterá
(. *)	(. *)
(*)	(*)

A regra de acento dos verbos em português pode ser resumida em (25):

(25) Regra de Acento do Verbo (versão final) (LEE, 1995, p. 162)

Domínio: Nível β

- a. Casos Não-Marcados: constituinte binário, cabeça à esquerda; direção: direita para esquerda, não-iterativo.
- b. Casos Marcados: constituinte binário, cabeça à direita; direção: direita para esquerda, não-iterativo.

Lee (1994, p. 40-41) justifica a sua abordagem pelo fato de que:

- o acento permite diferenciar verbos de não-verbos;
- os não-verbos estão sujeitos à regras que os verbos não estão;
- os sufixos flexionais não-verbais não mudam a atuação da regra de acento, já os sufixos flexionais verbais modificam o acento principal;

- ao contrário dos não-verbos, os verbos não costumam acentuar a última sílaba, mesmo se ela for pesada;
- a extrametricidade varia em verbos e em não-verbos.

Diante desses argumentos, Lee (1994, p. 41) explica que “[...] propor uma análise unificada para a regra de acento do português (uma regra para verbo e não-verbo) implica assumir um custo muito caro. Além disso, o uso *ad hoc* da extrametricidade complica a teoria”, uma vez que o peso silábico não importa para a atribuição do acento. Para Collischonn (2005), embora ainda apareça na análise, a redução no uso da extrametricidade é um ponto positivo no trabalho do autor, em comparação com a análise de Bisol (1992, 1994). Entretanto, apesar dessa redução, a proposta de Lee (1994, 1995) é questionada por outros autores, como Magalhães (2004) e Pereira (1999), porque o uso mais restrito da extrametricidade vem acompanhado de um aumento na quantidade de regras necessárias para tratar do acento.

2.5 Massini-Cagliari (1995, 1999)

Para descrever o percurso da acentuação portuguesa, Massini-Cagliari (1995) considerou três pontos cruciais do contexto histórico que envolve a constituição da língua: o primeiro ponto corresponde ao latim; o segundo, considerado intermediário entre o primeiro e o terceiro ponto, corresponde ao português arcaico e o terceiro ponto é chamado de "final", pois corresponde ao português brasileiro em seu estágio atual. Desses três pontos, o português arcaico foi o de maior interesse da autora para descrever o processo de atribuição do acento, devido ao fato de não haver estudos relacionados à prosódia do português naquela época.

O *corpus* foi constituído por um conjunto de “cantigas de amigo” que fazem parte do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (CBN) de Lisboa e que foram escritas entre o fim do século XII e o início do século XIV. Para o embasamento teórico do trabalho, a autora pautou-se em: Lightfoot (1991) – com o conceito de mudança paramétrica –, Mohanan (1986) – para a teoria lexical – e, principalmente, o modelo de Hayes (1991) – para a teoria métrica. Massini-Cagliari (1995, p. 78) justifica a escolha do modelo teórico de Hayes (1991) por “[...] ser este o trabalho que melhor consegue, no quadro da fonologia métrica, formular uma teoria *paramétrica* do acento”. Além disso, esse modelo “[...] é o que melhor consegue dar conta de sistemas em que a quantidade silábica é levada em conta na construção dos pés (como ocorre com o latim, o português arcaico e o português do Brasil)”.

Segundo a autora, o acento dos verbos, em PA, é atribuído da mesma maneira que nos nomes. Desse modo, também é sensível ao peso silábico – pois, se estiver em uma das duas últimas posições da palavra, a sílaba pesada sempre vai atrair o acento – e tem como pé básico o troqueu moraico, não-iterativo, construído da direita para a esquerda, como mostram os exemplos em (26).

(26)	Latim	PA		PB	
	(x)	(x)	(x)	(x)	RF
	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	
	fa ci <lis> ²⁴	di zi a <n> ²⁵	vi sí ve <l>	a má va <mos> ²⁶	

Além de mostrar como é feita a construção do pé métrico, os exemplos em (26) revelam também que a única diferença entre esses três períodos da língua refere-se ao constituinte extramétrico, uma vez que, no latim, apenas as sílabas podem ser extramétricas; no PA, apenas segmentos e, no PB, tanto segmentos quanto sílabas podem ser invisíveis às regras de acento.

Massini-Cagliari (1995, p. 146) ressalta que “o fato de o PB só considerar acentuáveis as três últimas sílabas da palavra funciona como um argumento a favor da construção dos pés *da direita para a esquerda, não-iterativamente*”. Desse modo, “[...] a Regra Final (RF) só pode ser aplicada *à direita*, pois somente nesta borda existe um pé canônico construído, sobre o qual o acento principal incide”. Quando não houver condições para construir o pé canônico, o PB permite a construção de pés degenerados.

Para a autora, a aplicação de uma regra de extrametricidade às formas verbais é a única diferença entre a atribuição de acento dos verbos e dos não-verbos, no PA. Massini-Cagliari (1995, p. 223) afirma que, no tempo presente, a aplicação dessa regra é necessária “[...] para explicar os padrões das três pessoas do plural” verbais e destaca que a maioria dos verbos encaixa-se no padrão paroxítono, como nos exemplos em (27):

(27)	(x)	(x)	(x)
	(x .)	(x .)	(x)
	fa.ze.mo<s>	fa.ze.de<s>	de.man.da<m>
	˘ ˘ ˘	˘ ˘ ˘	˘ _ ˘

²⁴ Exemplo de Massini-Cagliari (1995, p. 118).

²⁵ Exemplo de Massini-Cagliari (1995, p. 230).

²⁶ Exemplos de Massini-Cagliari (1995, p. 156 e p. 170), respectivamente.

Os parâmetros estabelecidos por Massini-Cagliari (1995, p. 234) para o PA foram os seguintes:

(28) Pé básico: troqueu moraico

1. Quantidade de sílabas por pé: binário
2. Dominância: à esquerda
3. Sensibilidade à quantidade silábica: sim
4. Direcionalidade: da direita para a esquerda
5. Regra Final: à direita
6. Extrametricidade:
 - a. constituinte: segmentos
 - b. borda: direita
7. Pés degenerados: proibição fraca (permitidos quando nenhum pé canônico puder ser construído)
8. Quantidade silábica: elementos da rima
9. Iteratividade: os pés são construídos não-iterativamente.

Esses parâmetros são os mesmos estabelecidos para o latim e para o PB, com exceção do constituinte extramétrico que, no latim, pode ser apenas sílabas e, no PB, pode ser segmentos ou sílabas. Portanto, de acordo com Massini-Cagliari (1995), na passagem do latim para o português, a regra de atribuição do acento não mudou.

Para Magalhães (2004, p. 184), Massini-Cagliari (1995) poderia obter os mesmos resultados reduzindo a quantidade de parâmetros para apenas dois, quais sejam:

- (29) a. Construa um troqueu mórico não-iterativo da direita para a esquerda.
 b. Regra final: cabeça à direita.

De fato, ocorre uma redução em Massini-Cagliari (1999), quando os nove parâmetros propostos em 1995 passam para cinco. Segundo a autora, esta é uma versão mais enxuta do que a defendida quatro anos antes e tem como principal alteração o modo como a extrametricidade é tratada. Em (28), esse recurso era entendido como um parâmetro e, em 1999, passou a atuar “[...] mais como uma estipulação, ou seja, uma regra propriamente dita – o que diminui o seu poder enquanto mecanismo linguístico desencadeador de mudanças” (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p. 7).

A autora pautou-se na representação do acento por meio de grades parentetizadas, de Hayes (1995), e considerou um *corpus* constituído por um conjunto de “cantigas de amigo” que fazem parte do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (CBN) de Lisboa. Assim como em 1995, Massini-Cagliari (1999) também leva em conta os três períodos que envolvem a constituição da língua portuguesa, ou seja, o latim, o PA e o PB, com destaque, novamente, ao segundo.

Na análise desses períodos, o nosso interesse recai sobre o PB. Diferentemente do trabalho anterior, ao analisar o acento nessa língua, Massini-Cagliari (1999) traz o acento dos não-verbos e dos verbos em duas seções separadas. A autora afirma novamente que tanto verbos quanto não-verbos são submetidos à mesma regra, exceto pela aplicação da extrametricidade, que se dá em forma de uma regra específica para os verbos:

(30) Extrametricidade nos verbos (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p. 140)

Marque como extramétrica: a coda final que porte elemento com status de flexão, ou seja, {N, S}.

Segundo Massini-Cagliari (1999, p. 143), a regra em (30) dá conta de quase todos os tempos verbais do PB, exceto das formas da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, na segunda e terceira conjugações, como “defendi” e “parti”, e da primeira e segunda pessoas do plural do pretérito imperfeito e do pretérito mais-que-perfeito do indicativo. A autora ressalta que “os morfemas acento-repelentes” têm um comportamento diferente dos “sufixos acento-repelentes” dos não-verbos. No caso dos morfemas modo-temporais, que são sufixos flexionais, Massini-Cagliari (1999, p. 144) explica que a “[...] sua atuação [...] está associada à aplicação da regra *default* de acentuação e da Restrição da Janela de Três Sílabas” (RJT), cuja formulação é a seguinte: “[...] tais sufixos nunca podem receber acento; se, por outro lado, o acento recair sobre eles a partir da aplicação da regra *default* de acentuação, o acento recuará para a sílaba imediatamente anterior, desde que esta operação não fira a RJT”.

A exemplo do estudo realizado em 1995, Massini-Cagliari (1999, p. 183) verificou ao fim da análise que não houve nenhuma diferença no conjunto de valores estabelecidos para os parâmetros do latim, do PA e do PB. Neste caso, entretanto, os parâmetros considerados pela autora foram apenas cinco, quais sejam: quantidade de sílaba por pé (binário); dominância (à esquerda); sensibilidade à quantidade de sílabas (sim); direcionalidade (da direita para a esquerda) e iteratividade (não-iterativo).

Embora não tenham aparecido nos parâmetros, segundo a autora, as restrições referentes à construção de pés degenerados não sofreram alterações, pois continuam sendo de proibição fraca. Ademais, como o pé básico é o troqueu moraico e o peso silábico é levado em conta, atribui-se uma mora a cada elemento da rima, ou seja, ao núcleo e à coda. Como mencionamos alguns parágrafos antes, a principal diferença observada diz respeito à estipulação da extrametricidade, cujo constituinte invisível às regras de acento varia conforme o período analisado.

Massini-Cagliari (1999, p. 184) conclui que as modificações que ocorreram na estipulação da extrametricidade “[...] não são as únicas responsáveis pelo diferente comportamento da acentuação do PB em relação à do latim – e também à do PA”. Isso porque “[...] tais modificações são reflexo (e, portanto, consequência) de uma mudança maior, envolvendo não a parametrização do ritmo em si, mas o momento de aplicação da regra de acento estabelecida pelas escolhas paramétricas efetuadas pela língua”. Outra alteração que ocorre na passagem do latim para o português é o domínio de aplicação da regra de acento. Em latim, o domínio era o grupo clítico; em PA e PB, o domínio é a palavra. O módulo de aplicação dessa regra também é alterado: de pós-lexical no latim passa a lexical no PA e no PB.

2.6 Pereira (1999)

O trabalho de Pereira (1999) é dedicado a uma análise métrica do acento de palavra no português europeu. A autora trata do sistema acentual de verbos e de não-verbos com base no modelo de Idsardi (1992). Para Pereira (1999, p. 121), há dois sistemas acentuais diferentes, um verbal e outro não-verbal e esse posicionamento é um argumento muito forte para “o condicionamento morfológico da localização do acento principal de palavra [que] constitui a base de várias propostas de análise dos padrões acentuais do português”.

Pereira (1999, p. 122) afirma que uma característica capaz de diferenciar os verbos dos não-verbos é “[...] a relevância de alguns morfemas flexionais na atribuição do acento”. A vogal temática e o morfema de tempo e modo, que são morfemas flexionais, “[...] estão envolvidos na determinação da posição do acento de palavra, que podemos encontrar sobre a última sílaba do radical (*canto*), sobre a vogal temática (*cantava*) ou sobre o morfema de tempo e modo (*cantarei*)”. O morfema de pessoa e número nunca é acentuado e, geralmente, não interfere na atribuição do acento.

A autora também discorre sobre algumas formas verbais cujo acento vai além da terceira sílaba, como nos exemplos: “falávamos-te” e “cantávamo-vo-lo”, acentuados na quarta e na quinta sílabas, respectivamente, a contar da borda direita. Esses casos só são possíveis nos verbos, porque eles aceitam a inserção de proclíticos. Ademais, “este tipo de cliticização é uma propriedade sintáctica dos verbos e tem como resultado uma violação da *Janela de Três Sílabas*”, mas essa violação é “[...] apenas aparente, uma vez que a colocação dos clíticos é sintáctica, logo, posterior à atribuição do acento, sobre o qual não influi” (PEREIRA, 1999, p. 122-123).

É importante ressaltar que, mesmo na escrita, formas verbais com clíticos dificilmente ocorrem no PB. Na fala, essa ocorrência é ainda mais rara. Mesmo se pensarmos que se trata de uma violação “aparente”, como afirma Pereira (1999), a pronúncia (e o emprego) de uma palavra como “cantávamo-vo-lo” é bastante complexa para um falante brasileiro, sobretudo, devido à distância do acento em relação à borda direita da palavra, o que é muito incomum para o padrão da língua. De todo o modo, fica clara a relevância da morfologia para as regularidades acentuais, o que justifica a existência de dois subsistemas diferentes, como exposto em Mateus (1983).

A premissa básica da qual Pereira (1999, p. 157) parte para fazer sua análise sobre o acento de palavra em português é a de que há dois sistemas distintos, pois “[...] o comportamento acentual dos verbos tem características próprias que o distinguem do dos não-verbos”. Para fundamentar a sua posição, a autora cita três razões:

“i) os radicais verbais não determinam a localização do acento, que está dependente das características acentuais dos morfemas flexionais;

ii) o acento verbal nunca é irregular, tendo cada tempo/modo verbal um padrão acentual característico, que não admite variação;

iii) as formas verbais, ao permitirem a cliticização pronominal, permitem também que o acento se encontre à esquerda da antepenúltima sílaba, violando, ao nível da superfície, a restrição da *Janela de Três Sílabas*”.

Assim como outros autores, Pereira (1999) afirma que a acentuação paroxítona é a mais frequente nos verbos e a proparoxítona é a menos frequente. Apesar de serem minoria, a autora não acredita que as formas verbais oxítonas e as proparoxítonas sejam mais marcadas que as paroxítonas e apresenta um argumento, que parece não servir para o PB, para rejeitar essa afirmação. Isso porque Pereira (1999, p. 158) toma como base a observação de um erro acentual que ocorre com muita frequência – certamente, apenas no PE – nas formas da

primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo²⁷ de verbos como *poder*, *supor* e *ter*, que recebem acento na antepenúltima sílaba em vez da penúltima. Então, verbos como “possamos”, “suponhamos” e “tenhamos” seriam acentuados nas sílabas “po”, “su” e “te”, respectivamente, ou seja, não seriam realizados como paroxítonos, mas como proparoxítonos.

Não temos conhecimento da ocorrência desse fato em nenhum dialeto do PB, mesmo no caso de falantes menos escolarizados, porque é comum o emprego da expressão “a gente” no lugar de “nós”. Assim, é muito mais fácil ouvir algo como “que a gente tenha” do que “que nós tenhamos” (com acento paroxítono), sendo praticamente improvável ouvir “que nós tenhamos” (com acento proparoxítono).

A forma canônica da estrutura dos verbos apresentada é: radical + vogal temática + morfema de tempo-modo-aspecto + morfema de número-pessoa. O radical e a vogal temática (VT) formam o tema. Os morfemas de tempo-modo-aspecto (TMA) e de número-pessoa (NP) atualizam a flexão verbal. A partir das flexões do verbo “cantar”, Pereira (1999, p. 160) afirma que na primeira (ex.: “canto”), na segunda (ex.: “cantas”), na terceira pessoa do singular (ex.: “canta”) e na terceira pessoa do plural do presente do indicativo (ex.: “cantam”), a sílaba acentuada (em sublinhado) é a do radical. Na primeira (ex.: “cantamos”) e segunda pessoas do plural do presente do indicativo (ex.: “cantais”), a vogal temática recebe o acento, enquanto na primeira (ex.: “cantemos”) e segunda pessoas do plural do presente do subjuntivo (ex.: “canteis”), o morfema de TMA é o portador do acento. Segundo a autora, nem todas essas formas possuem vogal temática, mas, apesar dessas diferenças, na forma de superfície o acento recai na penúltima sílaba.

O português tem um infinitivo flexionado, que é constituído pela forma de infinitivo e por morfemas de número-pessoa que se assemelham aos dos tempos do presente. Uma das conjugações citadas por Pereira (1999, p. 161) para exemplificar o infinitivo pessoal é a do verbo *cantar*: “cantar”, “cantares”, “cantar”, “cantarmos”, “cantardes”, “cantarem”. Cada uma dessas formas corresponde a uma pessoa do verbo, nessa ordem, respectivamente. A flexão dos verbos regulares do infinitivo flexionado e do futuro do subjuntivo é a mesma, de modo que o acento recai sempre na vogal temática, independentemente da sua posição na palavra.

Os verbos dos tempos do passado também recebem acento na vogal temática, sendo que, na maioria das formas, é a penúltima sílaba que recebe acento. Algumas formas verbais do passado podem ser acentuadas também na antepenúltima sílaba – como ocorre com a primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo (ex.: “cantávamos”), do

²⁷ Pereira (1999) denomina esse tempo verbal de presente do conjuntivo.

pretérito imperfeito do subjuntivo (ex.: “cantássemos”) e do pretérito mais-que-perfeito do indicativo (ex.: “cantáramos”) – e na última sílaba – como na primeira (ex.: “cantei”) e segunda pessoas do singular do pretérito perfeito do indicativo (ex.: “cantaste”). Pereira (1999, p. 161-163) ressalta que “[...] o padrão oxítono de algumas formas do Pretérito Perfeito pode ser entendido como resultado da aplicação de regras fonológicas posteriores à acentuação; na forma de base, a VT é a penúltima vogal da palavra”.

Pelo fato de incluírem uma fronteira de palavra, Pereira (1999, p. 163-164) considera as formas verbais dos tempos do futuro mais complexas. Segundo a autora, a representação do futuro do indicativo (ex.: “cantarei”) e do condicional (ex.: “cantaria”) mostra a origem e a evolução histórica dos verbos do futuro. Isso porque “as formas do futuro latinas foram substituídas por uma perífrase constituída pelo Infinitivo do verbo a conjugar e pelo Presente do Indicativo de *habere*”. Já “o Condicional, inexistente em latim, é criado à semelhança dessa estrutura analítica, trocando o Presente pelo Imperfeito do Indicativo de *habere*”. O comportamento acentual dos tempos do futuro é, portanto, diferente dos demais tempos verbais pelo fato de a sílaba acentuada fazer parte do morfema de TMA. No caso do futuro do indicativo, a sílaba “[...] pode encontrar-se na última ou na penúltima posição relativamente ao limite direito da palavra; no caso do Condicional, na penúltima ou na antepenúltima”.

Em português, as formas não flexionáveis são três: o infinitivo (ex.: “cantar”), o particípio passado (ex.: “cantado”) e o gerúndio (ex.: “cantando”). Nesses verbos, o acento recai na sílaba em que se encontra a vogal temática. No infinitivo, é a última da palavra, no particípio passado e no gerúndio é a penúltima.

Pereira (1999, p. 166) enumera três fatos recorrentes sobre as formas verbais:

1. as formas do Futuro do Indicativo e do Condicional recebem acento no TMA;
2. o acento incide essencialmente sobre a VT;
3. quando não se observa nenhum dos casos anteriores, o acento recai sobre a penúltima sílaba”.

De acordo com a autora, a acentuação da VT está associada à presença de um morfema de TMA. Esse morfema está presente nas formas do pretérito perfeito do indicativo, do pretérito imperfeito do subjuntivo, do pretérito mais-que-perfeito, do infinitivo pessoal e nas formas não flexionáveis. Todos esses tempos verbais recebem acento na VT. Nesse sentido, Pereira (1999, p. 167) afirma que dois fatos poderiam se contrapor:

1. No presente do subjuntivo “[...] também se atualiza um morfema de TMA, facto que não implica a acentuação da VT;

2. No Pretérito Perfeito do Indicativo, a VT é sempre acentuada, apesar de não ocorrer um morfema de TMA”.

No entanto, a autora não considera que esses fatos sejam contraexemplos. Nas formas do presente do subjuntivo, um morfema de TMA é atualizado, mas, com o desaparecimento da VT, ela não pode ser acentuada, o que gera outro padrão de acento.

Sobre o acento do pretérito perfeito, para Pereira (1999, p. 167-168), há duas análises possíveis. Na primeira, a autora destaca “[...] o facto de que este paradigma modo-temporal é geralmente descrito como composto pelo tema e o morfema PN,²⁸ que se actualiza através de alomorfes que lhe são exclusivos”, com exceção da primeira pessoa do plural, que é “[...] idêntica à de todos os outros tempos/modos” e da primeira pessoa do singular, que coincide “[...] com o PN usado no Futuro do Indicativo”. Ademais, “estas formas específicas de PN podem ser interpretadas como um amálgama de TMA e PN, interpretação que é historicamente motivada”. Isso, então, justifica a acentuação na VT, “[...] pois o morfema flexional que a segue é (também) um TMA”. Na segunda análise, “[...] enfatiza-se o facto de, na representação subjacente das formas de Pretérito Perfeito dos verbos regulares, a VT se encontrar sistematicamente na penúltima posição relativamente ao limite direito da palavra”. Em termos de acento, o pretérito perfeito e os tempos do presente são aproximados por essa particularidade.

Conforme Pereira (1999, p. 168), as regularidades do acento verbal são três:

1. Nos tempos do futuro, acentuar o morfema de TMA;
2. A VT recebe acento, se ela for seguida por um morfema de TMA;
3. Acentuar a penúltima sílaba nos demais casos.

Pereira (1999, p. 168) ressalta que, diferentemente dos não-verbos, cuja acentuação envolve apenas os radicais, nos verbos são a VT e os sufixos flexionais que têm um papel fundamental na atribuição do acento. Desse modo, “o facto de o acento verbal poder afetar quer a VT, quer o TMA nos leva a assumir que não se pode estabelecer como domínio para a sua atribuição nenhum constituinte menor do que a palavra”. O tema poderia ser o domínio de atribuição do acento, caso o morfema de TMA nunca fosse acentuado. Portanto, o domínio de atribuição do acento nos verbos é a palavra.

O processo de acentuação verbal é um processo lexical, devido ao forte condicionamento morfológico que motiva o acento nos verbos. Pereira (1999, p. 190) apresenta três regras para o acento dessa classe de palavras: “i) aplicam-se no estrito domínio

²⁸ A autora refere-se ao morfema de número-pessoa (NP).

da palavra; ii) são condicionadas pelas particularidades acentuais inerentes de certos morfemas flexionais; iii) referem explicitamente o contexto morfológico”.

Segundo Pereira (1999, p. 192), “as regras do acento verbal são regras lexicais não-cíclicas, que se aplicam uma só vez, após a inserção de todos os morfemas flexionais verbais e são antecedidas pela regra de supressão da VT”. Além disso, “o processo de cliticização pronominal, sendo um processo sintático, é pós-lexical, e os padrões acentuais a que dá origem não deixam de ser padrões regulares”.

Em relação ao português brasileiro, ainda há uma discussão sobre considerá-lo ou não uma língua sensível ao peso silábico. Pereira (1999, p. 103-104) afirma que “num sistema acentual de carácter exclusivamente quantitativo não se esperaria que se distinguíssem dois sistemas acentuais diferentes, um sistema verbal e um sistema não-verbal”. E é exatamente essa distinção que acontece no PB, uma vez que o comportamento de verbos e de não-verbos é muito diferente no que se refere ao acento. A autora ressalta que “essa diferença só pode ter uma base morfológica, nunca uma fundamentação quantitativa. O acento nas formas verbais, sendo paradigmático, nunca é determinado pela quantidade²⁹ das sílabas finais”, como em “amava”/“amávamos”, “fizeste”/“fizestes” (a sílaba tônica está sublinhada).

Para Pereira (1999, p. 256), o acento verbal é paradigmático, pois determinados morfemas verbais possuem características acentuais inerentes. Diferentemente das abordagens anteriores expostas nesta tese, a autora afirma que “a acentuação verbal é um domínio para a actuação da *Elsewhere Condition*,³⁰ uma vez que existem três regras que conflituam no mesmo ponto da derivação”. Nesse sentido, essa condição exige primeiro a aplicação da regra mais restritiva (a acentuação dos tempos do futuro), em seguida, a acentuação da VT e, por fim, “[...] a regra mais geral, que atribui o acento à penúltima sílaba”.

2.7 Considerações finais do Capítulo 2

Neste capítulo, buscamos traçar um panorama geral de como alguns dos principais autores da área lidam com o acento verbal em português. Apesar das diferenças existentes nas descrições e estudos expostos ao longo do capítulo, existem muitas semelhanças. Há um consenso entre os autores de que o padrão acentual dos verbos no PB é paroxítono, ou seja, um padrão trocaico. Um consenso geral também diz respeito ao papel imprescindível da morfologia para a acentuação verbal e que o comportamento acentual dos verbos é diferente

²⁹ Ou peso silábico.

³⁰ De acordo com Bisol (2005, p. 90), essa condição diz respeito ao ordenamento de regras em relação disjuntiva, ou seja, são regras exclusivas, onde uma ocorre, a outra não ocorre.

do dos não-verbos. Para a maioria dos autores, o domínio de atribuição nos verbos é a palavra e o processo de acentuação verbal é um processo lexical, devido ao forte condicionamento morfológico que motiva o acento nessa classe de palavras.

Outro consenso é em relação à constituição da estrutura dos verbos, a saber: (radical³¹ + vogal temática)_{tema} + desinências (morfema de tempo-modo-aspecto + morfema de número-pessoa) e que nem todas as formas verbais possuem vogal temática e desinências. Com base nessa estrutura, os estudos sobre os verbos apontaram que o acento, nessa classe de palavras, é motivado pelas fronteiras morfológicas e pelas categorias de tempo, ou seja, presente, passado e futuro. Assim, todos os autores concordam que uma única regra não é capaz de fazer generalizações acerca do acento verbal, visto que cada categoria de tempo tem a sua acentuação própria e é regida, sobretudo, pelas informações morfológicas.

No próximo capítulo, apresentamos os pontos principais das duas bases teóricas que norteiam este estudo: a Fonologia Métrica, com enfoque no modelo de Hayes (1995), e a Teoria da Otimidade, que inclui uma breve revisão do trabalho de Magalhães (2004, 2010) e de alguns pontos da Teoria Restritiva do Acento, de Hyde (2001).

³¹ Wetzels (2007) denomina essa parte do verbo como raiz, ao passo que Bisol (1992, 1994) e Pereira (1999) consideram o radical como uma forma que já sofreu regras morfológicas e fonológicas e que pode ou não coincidir com a raiz. Segundo Kehdi (2000, p. 26-27), “o radical corresponde ao elemento irreduzível e comum às palavras de uma mesma família. Considerando-se a série: *ferro* / *ferreiro* / *ferradura* / *ferramenta*, é o segmento *ferr-* que [...] representa o radical”. O autor ressalta que “devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica”. Nesta tese, consideramos raiz e radical como sinônimos, uma vez que a diferença entre esses conceitos não vai interferir na análise.

O iambo é o tipo de pé que representa os padrões de acento do Seminole/Creek, dois dialetos falados nos EUA. Nessas línguas, sílabas do tipo CV são consideradas leves e sílabas como CVC e CV: são pesadas. Um dos exemplos citados por Hayes (1995, p. 64) são as palavras que possuem apenas sílabas leves e que são acentuadas na sílaba final:

(32) $\sim \acute{/}$
cokó ('casa')

➤ **Troqueu mórico**: uma sílaba pesada equivale a duas leves. Portanto, esse troqueu é constituído por um pé com duas moras. Leva em conta o peso silábico e representa o padrão de acento do Árabe Cairene, que é falado no Cairo.

Troqueu mórico: $(x \ .)$ ou (x)
 $\sim \sim$ ou $-$

No Cairene, sílabas CV são leves e sílabas CVC e CV: são pesadas. Um dos padrões básicos de acento dessa língua é o das palavras terminadas em CV: acentuadas na sílaba final, como *gató*: ('bolo'), representada em (33), conforme Hayes (1995, p. 70):

(33) (x)
 $\sim -$
gato:

Associada com a existência desses três tipos de pé, Hayes (1995, p. 86) ressalta a imposição que muitas línguas tendem a proibir pés “degenerados” e os define como os menores pés logicamente possíveis. Em (34), apresentamos a formulação preliminar do pé degenerado feita pelo autor:

(34) a. Troqueu silábico	b. Troqueu mórico	c. Iambo
(x)	(x)	(x)
σ	\sim	\sim

Quando pés degenerados não são permitidos, muitas palavras terão sílabas deixadas fora do pé. Por isso, Hayes (1995) cita autores, como Prince (1980) e Kager (1989), que têm argumentos para banir esse tipo de pé. Hayes (1995, p. 87) propõe que as línguas proibem os pés degenerados em níveis diferentes e, em (35), apresenta a sua proposta para proibi-los.

(35) **Proibição dos pés degenerados**

- a. **Proibição forte:** absolutamente não permitidos.
- b. **Proibição fraca:** permitidos apenas em posição forte, i.e., quando dominados por outra marca de grade.

A configuração de pé degenerado adotada por Hayes (1995, p. 102) está em (36):

(36) **Pé degenerado** (x)

De acordo com a representação em (36), o pé degenerado é um pé formado por uma sílaba leve. Assim, o autor considera que línguas sem distinção de peso têm apenas sílabas leves.

Em relação à escansão (*parsing*), Hayes (1995) defende a existência de dois parâmetros básicos: da esquerda para a direita/da direita para a esquerda e iterativo (interpreta-se a construção de pés até onde der)/não-iterativo (um único pé é construído e para-se nele). Segundo Hayes (1995), embora esse último parâmetro seja motivo de controvérsia, ele afirma não ter nenhuma contribuição a fazer.

Sobre a definição de acento, o autor afirma que se trata de um dos problemas mais discutidos e não solucionados da fonética. Para Hayes (1995, p. 24-26), o acento possui quatro propriedades típicas: “a culminatividade” (*Culminativity*), “a distribuição rítmica” (*Rhythmic Distribution*), “as hierarquias de acento” (*Stress Hierarchies*) e “a falta de assimilação” (*Lack of Assimilation*). A culminatividade é importante para o acento “[...] no sentido de que cada palavra ou frase tem uma única sílaba mais forte que porta o acento principal”. Essa propriedade, que é baseada em Liberman e Prince (1977), é exigida para palavras fonológicas (ex.: substantivo, verbo e adjetivo), mas não para as gramaticais (ex.: artigo) e o seu domínio não é o mesmo para todas as línguas. No inglês, por exemplo, o domínio é o nível da palavra, enquanto no francês e no italiano, o domínio é o nível frasal.

Quanto à segunda propriedade, a distribuição rítmica, que é baseada em Selkirk (1984), entende-se que “o acento é **ritmicamente distribuído** [...], no sentido de que as sílabas que portam níveis iguais de acento tendem a ocorrer espaçadas em distâncias aproximadamente idênticas, caindo em padrões de alternância” (HAYES, 1995, p. 25). A terceira propriedade, as hierarquias de acento, também tem como base o trabalho de Liberman e Prince (1977). O acento é hierárquico no sentido de que as línguas possuem vários graus de acento: primário, secundário, ternário, etc.. A quarta propriedade refere-se à falta de

assimilação, uma vez que, para Hayes (1995), uma sílaba tônica não induz nem a sílaba seguinte e nem a precedente a também serem acentuadas.

Hayes (1995, p. 50) defende que unidades menores que a sílaba não podem portar acento e “[...] que as regras de construção do pé não podem dividir as sílabas”. Por ser um modelo paramétrico, a proposta de Hayes (1995, p. 54-55) aponta que “[...] um sistema de regra é considerado como uma escolha particular de uma lista limitada de opções ou parâmetros”. Dentre os tipos de parâmetros que têm sido propostos na literatura para a escolha do tipo de pé, o autor destaca os seguintes: “o tamanho” (*Size*), “a sensibilidade ao peso” (*Quantity sensitivity*), “a marcação” (*Labeling*) e “a ramificação obrigatória” (*Obligatory branching*). Há ainda os parâmetros que envolvem “a direção da escansão” (*Direction of parsing*), “a iteratividade” (*Iterativity*) e “a localização” (*Location*). A teoria paramétrica pode ser contrastada com outras teorias, como a que está no *SPE (The Sound Pattern of English*, de Chomsky e Halle, 1968). Uma vantagem da teoria paramétrica é ser, “[...] geralmente, mais restrita e capaz de previsões mais fortes”. Contudo, um problema dessa teoria é saber “[...] até que ponto os parâmetros caracterizam regras *versus* gramáticas”. Apesar desse problema, Hayes (1995, p. 55) expõe critérios que justificam o sucesso da teoria paramétrica de acento, pois ela “[...] é bem definida, é maximamente restritiva e é capaz de descrever todos os sistemas de acento das línguas do mundo”. No entanto, segundo o autor, esse último critério é o mais difícil.

Ao tratar da extrametricidade, Hayes (1995, p. 56-58) relembra as quatro restrições propostas por ele, em 1981, para lidar com esse recurso, quais sejam: “o constituinte” (*Constituency*) – que determina quais elementos podem ser marcados como extramétricos –, “a perifericidade” (*Peripherality*) – que exige que o elemento marcado como extramétrico esteja em uma das bordas (direita ou esquerda) do seu domínio –, “a marcação de borda” (*Edge Markedness*) – que estabelece que a borda direita é a borda não marcada da extrametricidade – e “a não-exaustividade” (*Nonexhaustivity*) – que impede que um domínio inteiro seja afetado pelas regras de extrametricidade.

Hayes (1995, p. 58-59) enumera vários argumentos em favor da extrametricidade:

- 1) contribui para reduzir os modelos de pés;
- 2) a sílaba no final da palavra deve ter mais consoantes para ser considerada pesada;
- 3) a extrametricidade é essencial para a teoria da silabificação de Itô (1986);
- 4) a extrametricidade oferece suporte para línguas que apresentam diferenças entre classes lexicais distintas no que se refere ao padrão de acento;

5) a Condição de Perifericidade explica casos que mudaram o acento radical após a inserção de um sufixo;

6) a extrametricidade “[...] permite uma explicação simples das regras de acento que incluem **cláusulas de proibição**”;

7) as regras de marcação são simplificadas por meio da extrametricidade, como Prince (1983) mostrou.

Um exemplo da aplicação dos parâmetros estabelecidos na teoria de Hayes (1995) é o trabalho de Massini-Cagliari (1999) sobre a atribuição de acento no português arcaico e que foi apresentado na Seção 2.5.

A abordagem pela Teoria da Otimidade, que empreendemos neste trabalho, propõe restrições relacionadas com esses parâmetros. Tanto as restrições quanto a análise são tratadas no Capítulo 4. Antes disso, na próxima seção, discorreremos sobre a TO.

3.2 A Teoria da Otimidade

A Teoria da Otimidade (TO) é uma teoria de gramática e não é uma teoria exclusiva da fonologia, mas foi nessa área que mais se desenvolveu. A ideia central da TO é “[...] que as formas de superfície da língua refletem as resoluções de conflitos entre a competição de exigências ou *restrições*” (KAGER, 1999, p. XI).

Segundo McCarthy e Prince (1993a, p. 4), a TO possui quatro princípios, dos quais os autores consideram apenas os três primeiros:

- Violabilidade: as restrições são violáveis, mas a violação é mínima.
- Ranqueamento: as restrições são **ranqueadas** com base em uma língua particular; a noção de violação mínima é definida em termos desse ranqueamento.
- Inclusividade: a hierarquia de restrições avalia um conjunto de candidatos em análise que são admitidos por considerações muito gerais da boa formação estrutural.
- Paralelismo: a melhor satisfação da hierarquia de restrições é computada sobre toda a hierarquia e todo o conjunto de candidatos. Não há derivação serial.

De acordo com o último princípio, que não é levado em conta por McCarthy e Prince (1993a), os candidatos não são avaliados em série, ou seja, um por um, mas em paralelo, conforme a hierarquia de restrições. Como as restrições são universais e violáveis, é o ranqueamento que difere uma língua da outra. McCarthy (2008, p. 166) afirma que “a TO é uma teoria de interação de restrições, não uma teoria de restrições”, o que explica o fato de a TO falar tão pouco sobre as restrições.

A Teoria da Otimidade lida com dois tipos de restrições. O primeiro tipo refere-se às **restrições de fidelidade** (*Faithfulness Constraints*), que “[...] requerem que os outputs preservem as propriedades de suas formas (lexicais) básicas, exigindo algum tipo de similaridade entre o output e seu input” (KAGER, 1999, p. 10). As principais restrições de fidelidade são:

- 1) MAX: todo elemento do *input* deve ter um correspondente no *output* (não apague).
- 2) DEP: todo elemento do *output* deve ter um correspondente no *input* (não insira).
- 3) IDENT(F):³² os traços dos segmentos não devem ser mudados.

O segundo tipo de restrições são as **restrições de marcação** (*Markedness Constraints*). Segundo Kager (1999, p. 9), essas restrições “[...] exigem que as formas de output encontrem algum critério de boa formação estrutural”, como, por exemplo: “a. Vogais não devem ser nasais; b. Sílabas não devem ter codas; c. Obstruintes não devem ser vozeadas em posição de coda; d. Soantes devem ser vozeadas”. O autor afirma ainda que “[...] as restrições de marcação referem-se apenas às formas de output e são cegas ao input (lexical)”:

- 1) PEAK: as sílabas devem conter uma vogal no núcleo.
- 2) ONSET: as sílabas devem conter ataque.
- 3) NOCODA: as sílabas não devem conter coda.
- 4) COMPLEX: ataques de sílaba podem conter mais de uma consoante.

Quanto à gramática da TO, Kager (1999, p. 18) a define como “[...] um *mecanismo de input-output* que une uma forma de output a uma forma de input (de modo que cada input tenha precisamente um output)”. Para ajudá-la a desempenhar essa função, a gramática possui três componentes: o **gerador** (GEN), o **avaliador** (EVAL) e o **léxico** (LEXICON). A partir do LEXICON, que contém as formas subjacentes dos morfemas que constituem o *input*, a função de GEN é produzir candidatos possíveis de serem analisados para um dado *input*, enquanto EVAL avalia esses candidatos, com base em um **conjunto universal de restrições** (CON), e seleciona o melhor deles como o *output* atual. Portanto, CON corresponde ao conjunto de restrições violáveis e que fazem parte de todas as línguas. O conflito entre essas restrições gera os ranqueamentos de língua particular e são esses diferentes ranqueamentos que vão distinguir uma língua da outra.

Para este trabalho, interessa, especialmente, um conjunto de restrições da teoria que se referem ao alinhamento de categorias. Na TO, essas restrições fazem parte de uma subteoria conhecida como **Alinhamento Generalizado**³³ (AG). De acordo com Russell (1997, p. 117-

³² A letra “F” corresponde ao substantivo inglês *feature*, que, nesse contexto, significa traço.

³³ Do inglês: *Generalized Alignment* (McCARTHY; PRINCE, 1993b).

118), o AG “[...] oferece um caminho mais rigoroso para especificar as restrições que são responsáveis pela ordem dos morfemas, bem como muitos outros tipos de padrões”. As restrições de alinhamento exigem que haja coincidência entre um constituinte e as bordas. Assim como as demais restrições da TO, as restrições de AG também podem ser violadas e essa violação deve ser mínima.

Russell (1997, p. 119) ressalta que as restrições do Alinhamento Generalizado definem a ordem dos morfemas e que a subteoria do AG “[...] propõe que há um esquema de restrição, i.e., um padrão geral que as línguas podem usar para criar restrições de alinhamento–borda para as categorias que elas estiverem interessadas”. Na verdade, “ALINHE não é uma restrição, é um esquema para criar restrições”. Esse esquema conta com duas categorias e duas bordas com as quais elas devem ser alinhadas:

(37) Esquema do Alinhamento Generalizado (RUSSELL, 1997, p. 119)

ALINHE (Categoria₁, Borda₁, Categoria₂, Borda₂)

Onde Categoria₁ e Categoria₂ são categorias prosódicas ou gramaticais³⁴ e Borda₁ e Borda₂ podem ser esquerda ou direita.

Interpretação: para todos os casos da Categoria₁, há algum caso da Categoria₂ e a Borda₁ da Categoria₁ se alinha com a Borda₂ da Categoria₂.

Em relação ao acento, Kager (1999, p. 143-144) vale-se de princípios da Fonologia Métrica para explicar como uma gramática de restrições atuaria para conseguir acomodar os fenômenos acentuais. Esses princípios vêm sob a forma de quatro propriedades, a saber:

A **propriedade culminativa** (*the culminative property*) requer que cada palavra tenha um acento primário. Muitas línguas impõem quais tipos de palavras portam esse acento, em geral, as palavras formais (nomes, verbos, adjetivos e advérbios) possuem acento, enquanto as palavras funcionais (artigos, pronomes e preposições) não necessariamente o possuem. Kager (1999, p. 143-144) ressalta que outra exigência das línguas é que as palavras formais tenham um tamanho mínimo, “[...] por exemplo, duas sílabas ou uma única sílaba pesada”. Segundo o autor, “essa ‘palavra mínima’ tipicamente equivale a um único pé, uma unidade rítmica que consiste de duas sílabas ou duas moras (unidades de comprimento)”. Nos casos em que a palavra não possui esse tamanho mínimo, as línguas podem “[...] prosodicamente expandir qualquer palavra que seria inferior a esse mínimo, por adicionar um aumento de uma mora ou de uma vogal a uma palavra submínima”. Segundo Kager (1999, p. 166), um exemplo de

³⁴ Segundo Kager (1999, p. 119), alguns exemplos de categorias gramaticais são a palavra, o radical, a raiz, o afixo, etc.. Como exemplos de categorias prosódicas, o autor cita a palavra prosódica, o pé, a sílaba, a mora, etc..

restrição dessa propriedade é GRWD = PRWD, que exige que uma palavra gramatical seja uma palavra prosódica. A propriedade culminativa refere-se precisamente à exigência de que toda palavra gramatical tenha pelo menos uma sílaba tônica.

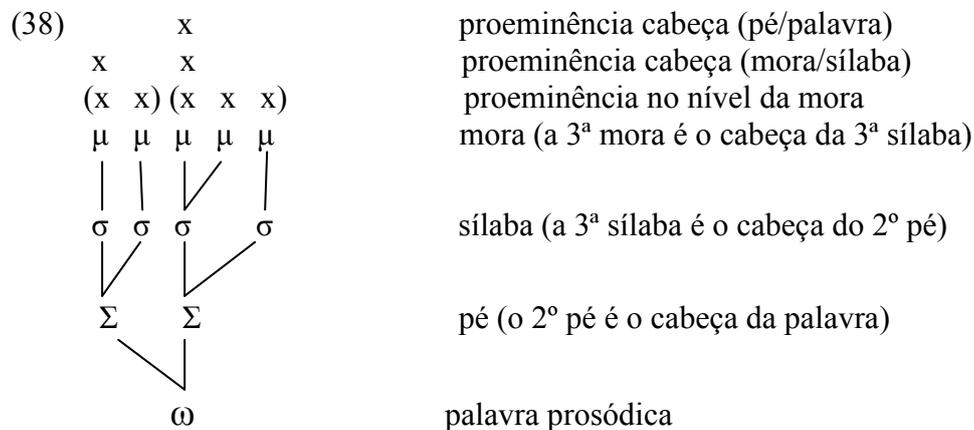
A **propriedade demarcativa** (*the demarcative property*) teve origem com Trubetzkoy (1939) e, conforme Kager (1999, p. 144), “o acento tende a ser localizado próximo das bordas de constituintes (frases, palavras, radicais, etc.)”. As posições favorecidas nas línguas para a localização do acento são a sílaba inicial, a penúltima sílaba ou a sílaba final, como ocorre no português brasileiro, onde o acento pode recair em uma das três últimas sílabas, a contar da borda direita da palavra. Duas restrições que exemplificam essa propriedade são LEFTMOST: Align (Hd-Ft, Left, PrWd, Left) e RIGHTMOST: Align (Hd-Ft, Right, PrWd, Right). De acordo com Kager (1999, p. 167), LEFTMOST quer que o pé cabeça esteja na borda mais à esquerda da palavra prosódica, enquanto RIGHTMOST exige o oposto, pois essa restrição demanda que o pé cabeça esteja na borda mais à direita da palavra prosódica. Essas restrições operam para que o acento primário ocorra em um pé que está na borda direita ou na borda esquerda da palavra.

A **propriedade rítmica** (*the rhythmic property*) mostra a tendência que as sílabas têm para padrões rítmicos, “[...] com sílabas fortes e fracas espaçadas em intervalos regulares”. Essa alternância rítmica pode ser manifestada de várias formas: “pela proibição de sílabas acentuadas adjacentes (‘choques’) ou de sequências longas de sílabas átonas (‘lapsos’)” (KAGER, 1999, p. 145). A alternância rítmica é ‘direcional’, pois é orientada com base na borda da palavra, que pode ser contada a partir do início ou do fim. No português brasileiro, por exemplo, a direcionalidade é da direita para a esquerda, mas há línguas que possuem um direcionamento contrário, da esquerda para a direita. Para lidar com essa propriedade, Kager (1999, p. 165) destaca duas restrições: *CLASH, que proíbe duas sílabas acentuadas de serem adjacentes, e NONFINALITY, cuja exigência é a de que o pé prosódico não esteja no fim da palavra prosódica.

A última propriedade é a **sensibilidade ao peso** (*quantity-sensitivity*), que ressalta a atração do acento por determinados elementos que portam uma proeminência intrínseca. Por isso, é mais provável que vogais longas, ditongos e sílabas fechadas atraiam o acento do que vogais curtas, monotongos e sílabas abertas. Um exemplo muito conhecido de língua sensível ao peso é o latim, cujo acento é determinado pela posição da sílaba pesada. Nessa língua, uma sílaba terminada em consoante ou em vogal longa é pesada; outros casos são considerados sílabas leves. Em relação ao português brasileiro, ainda há uma discussão sobre considerá-lo ou não uma língua sensível ao peso silábico. Para Kager (1999, p. 172), uma restrição que faz

referência ao peso da sílaba é WSP (*Weight to Stress Principle*) – Princípio do Peso por Acento. Essa restrição quer que sílabas pesadas sejam acentuadas.

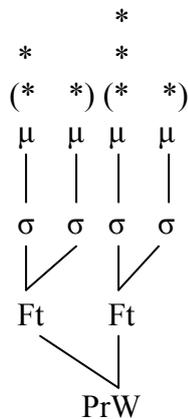
A partir dessas premissas básicas da Fonologia Métrica juntamente com o sistema operacional da Teoria da Otimidade, Magalhães (2004, 2010) propõe um plano multidimensional abstrato capaz de captar a representação métrica dos não-verbos no português brasileiro, bem como fenômenos acentuais de outras línguas. Na construção desse plano multidimensional, Magalhães (2010, p. 121-122) ressalta que a hierarquia prosódica deve sempre ser respeitada, isto é, “a sílaba tem como cabeça uma mora; o pé tem como cabeça uma sílaba, a palavra prosódica tem como cabeça um pé, etc”, como em (38):



Em relação à estrutura em (38), conclui-se que, “[...] a partir do momento em que o cabeça tenha sido representado, dentro de cada constituinte, [...] o acento pode ser lido no plano métrico, já que os elementos projetados na grade correspondem à representação completa entre cabeças e dependentes” (MAGALHÃES, 2004, p. 94). Assim, em (38), a terceira sílaba recebe o acento primário, a primeira o acento secundário e a sílaba final não recebe acento.

Magalhães (2004, p. 94) expõe, em (39), “[...] como essa noção proeminência/constituintes se aplica a uma seqüência composta apenas de sílabas leves”:

(39) somente sílabas leves



Pé de cabeça à esquerda

Palavra de cabeça à direita

Segundo Magalhães (2004, p. 94-95), em (39), “[...] os elementos projetados desenham de maneira multidimensional o plano métrico, revelando que quanto mais alto o elemento é projetado, maior é a proeminência, o que é fundamentalmente relevante na demarcação do acento primário”. Em síntese, as representações em (38) e (39) mostram que “[...] o acento é multidimensional, isto é, um plano contém constituintes visualizados pelas marcas de grade, enquanto no outro se instala a descrição da estrutura prosódica”.

O plano multidimensional do acento, proposto por Magalhães (2004, p. 97), é regulado por três princípios, quais sejam:

(40) Instrumento Controlador do Plano Métrico (CPM)

- a. **σ-PROJECTION**: toda sílaba (isto é, todo núcleo silábico) deve projetar alguma posição na grade;
- b. **TROCHEE**: dentro de um pé, os elementos devem obedecer a noção *Headedness* (toda marca de grade deve ter um dependente à sua direita);
- c. **DTE**:³⁵ somente o elemento designado terminal pode acumular marcas na grade.

A aplicação do CPM garante “[...] que as projeções no plano métrico se aproximem da linha básica da grade o tanto quanto possível, possibilitando dispensar restrições que se refiram a janela trissilábica do acento ou restrições que se refiram à extrametricidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 107). *Headedness*, mencionada em (40b), é uma condição trazida de Hyde (2001, p. 64) e exige que todo constituinte tenha um cabeça, conforme expresso em (41):

³⁵ Corresponde às iniciais de *Designated Terminal Element* (LIBERMAN; PRINCE, 1977). Em português, significa “elemento designado terminal”.

(41) Condição do Cabeça

Para toda categoria prosódica (> mora), há algum constituinte imediatamente dominado por essa categoria que é designado como o seu cabeça.

Como exemplo, Magalhães (2004, p. 92-93) explica que “[...] dentro do constituinte sílaba, se esta for pesada, a mora cabeça deve ser projetada um nível acima da mora não cabeça; dentro do pé, se este for dissilábico, a sílaba cabeça deve projetar uma marca um nível acima da sílaba não cabeça”. Essa situação se repete também no nível da palavra, “[...] se esta for constituída por mais de um pé, o pé cabeça deve projetar uma marca uma linha acima do pé dependente”.

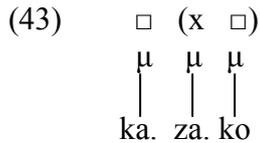
Para captar os fatos do padrão regular de acento dos nomes no português brasileiro, as restrições envolvidas na análise de Magalhães (2010, p. 122) são as seguintes:

- **PrWd-RIGHT**: a borda direita de cada palavra prosódica é alinhada com a borda direita do cabeça de algum pé.
- **GRID- μ HEAD**: uma marca de grade (x) deve ocupar a mora cabeça de algum pé.
- **PROJECT-SONORANT**: toda soante pertencente a algum pé deve projetar uma posição na grade (por extensão, uma mora).
- **PARSE- σ** : toda sílaba deve ser escandida em algum pé.
- ***SHARED- μ** : cada segmento na rima deve projetar sua própria mora (proibido mora compartilhada em qualquer sílaba).

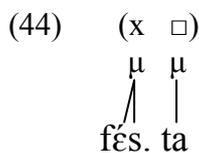
Segundo Magalhães (2010, p. 123), no caso de palavras terminadas em sílaba pesada, como em “calor”, o candidato vencedor é o que possui apenas a sílaba final metrificada (x □):

$$(42) \quad \begin{array}{cc} \square & (x\square) \\ \mu & \mu\mu \\ | & || \\ ka. & lox \end{array}$$

Em (42), o conflito entre as restrições PrWd-RIGHT e PARSE- σ , determina o candidato vencedor, uma vez que, por estar ranqueada mais alto, a restrição PrWd-RIGHT tem a função de eliminar os demais candidatos. Em palavras terminadas em duas sílabas CV, a falta de conflito entre as restrições GRID- μ HEAD e PrWd-RIGHT garante que o candidato vencedor – a palavra “casaco”, em (43) – é aquele que tem uma marca de grade projetada apenas pela mora cabeça do pé e cujo pé está alinhado à direita (MAGALHÃES, 2010, p. 124):



Em palavras paroxítonas que têm a penúltima sílaba pesada, como em “festa”, o ranqueamento GRID-μHEAD >> PARSE-σ >> *SHARED-μ gera o compartilhamento de uma mora pelos segmentos da primeira sílaba. No entanto, como *SHARED-μ é a restrição mais baixa na hierarquia, a sua violação não interfere no resultado do *output* em (44) (MAGALHÃES, 2010, p. 125):



Magalhães (2010, p. 126) afirma que essas palavras são consideradas regulares no português brasileiro. O ranqueamento parcial resultante das interações entre as restrições mencionadas é: PrWd-RIGHT, GRID-μHEAD >> PARSE-σ, PROJ-OBSTR >> *SHARED-μ.

O padrão irregular dos nomes é representado por palavras paroxítonas terminadas em consoante obstruinte, como “pires” e “lápis”; pelas paroxítonas terminadas em consoante soante, como “líder”, e pelas proparoxítonas, como “fôlego”. De acordo com o autor, todos esses casos são considerados marcados e, pelo fato de a restrição de fidelidade ser altamente ranqueada, o acento, que é lexicalmente atribuído no *input*, se mantém no *output*.

Para Magalhães (2010, p. 126-127), as restrições que operam na gramática em favor do padrão irregular de acento dos nomes no PB são as seguintes:

- **STRESSFAITHFULNESS**: o acento do *input* mantém-se na mesma posição no *output* (Hyde, 2001).
- **μ-PROJECTION**: toda mora deve projetar uma posição na grade.
- **PROJECT-OBSTRUENT**: toda obstruinte pertencente a algum pé deve projetar uma marca de grade.
- ***SHAREDμ-WEAK**: cada segmento na rima deve projetar sua própria mora em sílaba não acentuada (Proibido mora compartilhada em sílaba não acentuada).
- **PROJECT-SONORANT**: toda soante pertencente a algum pé deve projetar uma posição na grade (por extensão uma mora).
- **DEP-μ**: proibido inserir mora.

Como já referimos, Magalhães (2010) considera tanto as paroxítonas terminadas em obstruente quanto as que terminam em soante como pertencentes ao padrão de acento irregular dos nomes no português brasileiro, porém, a diferença entre uma paroxítona terminada em obstruente e uma terminada em soante é claramente captada na grade métrica, conforme se vê em (45) e em (46), a seguir. No caso de “pires”, que é a palavra utilizada pelo autor para exemplificar as paroxítonas terminadas em obstruente, a consoante /s/ da última sílaba não projeta mora e um pé é formado com as moras das vogais das duas sílabas, como mostrado em (45) (MAGALHÃES, 2010, p. 127):

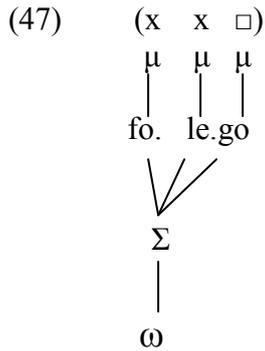
$$(45) \quad \begin{array}{cc} (x & \square) \\ \mu & \mu \\ | & | \\ \text{pi.} & \text{res} \end{array}$$

Já no caso de “líder”, que é o exemplo de Magalhães (2010, p. 129) para as paroxítonas terminadas em soante, assim como ocorreu com a obstruente, em (46), a soante também não projeta mora, mas difere do exemplo anterior por projetar uma posição vazia na grade, uma vez que a hierarquia STRESSFAITHFULNESS, *SHARED μ -WEAK >> GRID- μ HEAD garante que não haja o compartilhamento de uma mora na última sílaba (que não é acentuada) e que, assim, o acento atribuído no *input* seja mantido no *output*.

$$(46) \quad \begin{array}{cc} & x \\ (x & x\square) \\ \mu & \mu\mu \\ | & || \\ \text{li.} & \text{der} \end{array}$$

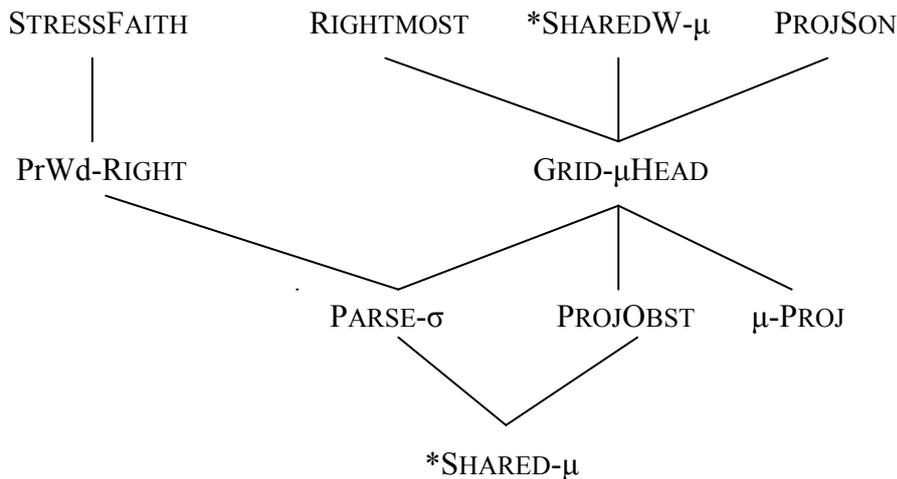
Um fato relevante em Magalhães (2004, 2010) é a não necessidade de se referir à extrametricidade. Nos casos em que Bisol (1992, 1994) emprega esse recurso, o autor os entende como sendo casos em que o acento é lexicalmente atribuído. Essa noção é corroborada pela restrição STRESSFAITH, que exige fidelidade do acento do *input* no *output*. Nesse sentido, Magalhães (2010, p. 130) analisa as proparoxítonas, como “fôlego”, por meio do ranqueamento STRESSFAITH, RIGHTMOST³⁶ >> GRID- μ HEAD, que garante o candidato em (47) como o vencedor:

³⁶ “RIGHTMOST: Align (PrWd, Right, Hd(PrWd), Right): alinhe a borda direita da palavra prosódica com a borda direita do pé cabeça” (MAGALHÃES, 2010, p. 110).



Em (48), a seguir, Magalhães (2004, p. 161) propõe a gramática de restrições para o acento primário dos não-verbos no português brasileiro:

(48) A gramática de restrições dos não-verbos no PB



Com exceção da restrição DEP, a hierarquia de restrições formalizada em Magalhães (2010, p. 133) é basicamente a mesma proposta pelo autor em 2004:

(49) Hierarquia de restrições do acento dos nomes no PB

DEP >> STRESSFAITH, RIGHTMOST, *SHARED μ -WEAK >> PrWd-RIGHT, GRID- μ HEAD >> PARSE- σ , PROJ OBST , μ -PROJ >> *SHARED- μ

O autor conclui que o comportamento das paroxítonas terminadas em consoante soante difere do das paroxítonas terminadas em obstruente e que não é necessário utilizar a extrametricidade para descrever os casos irregulares.

3.3 Considerações finais do Capítulo 3

Neste capítulo, tratamos, em linhas gerais, do aparato teórico deste trabalho. Na primeira seção, discorremos sobre a Fonologia Métrica, mais especificamente acerca do modelo de Hayes (1995), com enfoque nos tipos de pés, nas propriedades do acento e em alguns pontos da Teoria Métrica Paramétrica. Embora o modelo de Hayes (1995) não seja o primeiro da Fonologia Métrica, tratamos apenas da proposta do autor pelo fato de ser a que utilizamos nesta tese.

Na seção seguinte, com base em McCarthy e Prince (1993a, b), Prince e Smolensky (1993), Kager (1999) e Hyde (2001), apresentamos a origem da Teoria da Otimidade; os princípios; as restrições de fidelidade e de marcação, com alguns exemplos; a atuação de LEXICON, GEN, EVAL e CON; e um esquema para criar as restrições de alinhamento. Como exemplo de uma pesquisa amparada teoricamente pela TO, citamos os trabalhos de Magalhães (2004, 2010) sobre o acento primário dos não-verbos no PB.

O Capítulo 4 é dedicado à análise do acento dos verbos no português brasileiro.

4 ANÁLISE DO ACENTO VERBAL DO PB

4.1 Caracterização métrica

Um consenso entre Mateus (1983), Pereira (1999) e Wetzels (2007), na descrição do acento dos verbos em português, é que a acentuação desta classe de palavras não é capaz de ser generalizada por meio de uma única regra. Isso porque o acento é previsível para cada tempo verbal e a fronteira morfológica é tida como o principal fator para a atribuição do acento desta categoria lexical. Com base nesses autores, em (50), abaixo, relembramos, com exemplos de Wetzels (2007), as regras básicas para acentuar os verbos conforme o tempo verbal:

(50) a. **Tempos do passado:** acentuar a vogal imediatamente seguinte à raiz.

fal] _{raiz} a]tema _{va}	bat] _{raiz} i]tema _a	part] _{raiz} i]tema _{eis}
fal] _{raiz} a]tema _{vamos}	bat] _{raiz} e]tema _i	part] _{raiz} i]tema _i
fal] _{raiz} e]tema _i	bat] _{raiz} e]tema _{ramos}	part] _{raiz} i]tema _{ram}
fal] _{raiz} a]tema _{sem}	bat] _{raiz} e]tema _{semos}	part] _{raiz} i]tema _{se}

b. **Tempos do futuro:** acentuar a primeira sílaba do sufixo futuro.

fal] _{raiz} a]tema _{remos}	bat] _{raiz} e]tema _{rei}	part] _{raiz} i]tema _{ra}
fal] _{raiz} a]tema _{riamos}	bat] _{raiz} e]tema _{ria}	part] _{raiz} i]tema _{rias}

c. **Tempos do presente:** na primeira e segunda pessoas do plural, acentuar a vogal temática; nos demais contextos, acentuar a última vogal da raiz. Em síntese, acentuar a penúltima sílaba.

fal] _{raiz} a s	bat] _{raiz} e	part] _{raiz} o
fal] _{raiz} a mos	bat] _{raiz} a is	part] _{raiz} a m

d. **Infinitivo, gerúndio e particípio:** acentuar a vogal temática.

fal] _{raiz} a]tema _r	bat] _{raiz} e]tema _{ndo}	part] _{raiz} i]tema _{do}
--	--	--

Os exemplos em (50) nos permitem responder uma das perguntas que fizemos na introdução deste estudo, quando questionamos “se a palavra terminar em vogal, prefere-se o acento paroxítono, mas se terminar em consoante, prefere-se o oxítono. Isso se aplica para os verbos também?”. Nos não-verbos, como é possível verificar em Magalhães (2004, p. 134-135), a rima ramificada é relevante para a atribuição do acento, como em: “mar.quês”,

“po.mar”, “pa.les.tra” e “por.ta”.³⁷ Nos verbos, entretanto, o fato de uma sílaba terminar em rima ramificada não implica que ela será acentuada.

Bisol (1994, p. 25) parte “[...] do pressuposto de que o português estrutura as sílabas em pés métricos binários de cabeça à esquerda, assim representados (* .), onde o asterisco indica a sílaba dominante e o ponto a dominada”. A autora representa os verbos “cantas”, “cantem”, “cantássemos” e “cantáveis”³⁸ da seguinte forma (os < > indicam os elementos extramétricos):

- (51) (* .) (* .) (* .) (* .)
 a. can.ta<S> b. can.te<N> c. can.tá.sse.<moS> d. can.tá.ve.<iS>

Nos verbos do futuro, algumas das representações de Bisol (1994, p. 35) são as que aparecem em (52):

- (52) (*) (*) (*) (*) (*)
 a. Infinitivo + ei: /falar/ /ei/ → falarei → falarei
- (*) (*) (*) (*) (*)
 /falar/ /emo<S>/ → falaremo<S> → falaremos
- (*) (*) (*) (*) (*)
 /falar/ /a<N>/ → falara<N> → falarão
- (*) (*) (*) (*) (*)
 b. Infinitivo + ia: /falar/ /i a/ → falaria → falaria
- (*) (*) (*) (*) (*)
 /falar/ /i a<mos>/ → falaria<mos> → falaríamos

Interpretadas pelo modelo métrico de Hayes (1995), as representações em (51) e em (52) mostram que o pé canônico é o troqueu, os pés são construídos da direita para a esquerda, não-iterativamente e a extrametricidade pode atingir segmentos ou sílabas por meio de uma regra específica. Segundo Bisol (1992, 1994), essa regra torna invisíveis a última sílaba nos tempos do imperfeito, mais precisamente na primeira e na segunda pessoas do plural, e apenas

³⁷ Nesses exemplos, as vogais acentuadas estão em negrito e o ponto indica a separação de sílabas.

³⁸ Exemplos de Bisol (1994, p. 34).

a consoante com *status* de desinência, ou seja, *N* ou *S*, nos demais casos. Sobre os verbos dos tempos do futuro, em (52), a autora os considera como palavras compostas, de modo que as duas bases são acentuadas. No entanto, para evitar o choque acentual, permanece apenas o acento mais à direita, isto é, o da desinência de futuro.

A partir da noção de extrametricidade proposta por Hayes (1991), Lee (1994, p. 39) ressalta que, em verbos com acento antepenúltimo, como em (51c), “[...] o morfema (-mos) de 1ª pessoal/plural, se no imperfeito, no mais que perfeito e no futuro do pretérito do modo indicativo e no imperfeito do subjuntivo” é extramétrico. Ao contrário de Bisol (1992, 1994), o autor amplia a invisibilidade da sílaba final ao levar em conta os verbos do futuro do pretérito. Vemos essa ampliação como um ponto positivo, pois pensamos de modo semelhante a Lee (1994), no que se refere aos tempos verbais mencionados, porém, mesmo se considerarmos o troque silábico como o pé canônico do acento verbal, ignorar a presença da consoante final gera custos para a teoria justificar o acento em uma sílaba leve.

Nesse sentido, a proposta de Bisol (1992, 1994) completa essa lacuna por ter uma regra que torna invisíveis consoantes com *status* de desinência, como em (51a-b) e em (52a). No caso de (51d), a autora considera que há um hiato entre as vogais *e* e *i* finais e que a sílaba “is” é, portanto, extramétrica. Em casos como esse, pensamos como Wetzels (2007, p. 37) que o acento é paroxítono, devido à ditongação que ocorre entre as duas vogais finais, resultando em “can.tá.vejs”. Esse processo fonológico foi exemplificado pelo autor com os verbos “faláveis” ([faˈlavejs]), “batíeis” ([baˈtiejs]) e “partíeis” ([paɾˈtiejs]), também do imperfeito do indicativo. Assim, embora os dois segmentos finais “is” continuem sendo extramétricos, por serem uma desinência de plural, essas formas verbais são paroxítonas.

Retomando o trabalho de 1999, Massini-Cagliari (2005, p. 190) marca “[...] como extramétrica apenas a coda final que porte elemento com status de flexão, ou seja, {N, S}”. A sílaba final é deixada fora do alcance da extrametricidade, pois, na análise da autora, pés ternários são formados em verbos proparoxítonos terminados na sílaba “mos”, como “can.(tá.va.mos)”. Tanto *N* quanto *S* não deixam de ser consoantes, mas o fator morfológico, que é fundamental para a acentuação dessa categoria lexical, leva em conta que nem todo morfema recebe acento e que cada tempo verbal tem a sua acentuação própria, independentemente de a sílaba terminar em consoante ou vogal.

Todas essas observações servem como reflexão para uma das perguntas feitas na introdução desta tese – “no caso dos verbos, é possível explicar os casos que Bisol (1992, 1994) atribui a extrametricidade sem utilizar esse recurso ou diminuindo o seu uso?”. Como vimos, cada um dos três autores apresentados tem uma proposta diferente para lidar com a

extrametricidade, o que as une é o fato de que o elemento deve ser periférico, ou seja, estar na borda direita da palavra. Na análise dos não-verbos, Magalhães (2004) não utilizou a extrametricidade, mas a restrição STRESSFAITHFULNESS captava o acento nas palavras proparoxítonas, que são consideradas marcadas. Nos verbos, a extrametricidade é atribuída por meio de uma regra específica, como Bisol (1992, 1994) e Lee (1994) propuseram. Por isso, no caso dos verbos, não encontramos meios para diminuir o seu uso e a possibilidade de não empregar esse recurso não foi superada por uma alternativa melhor.

Considerando as propostas de Bisol (1992, 1994) e Lee (1994) para os verbos acentuados na antepenúltima sílaba, a presença da extrametricidade atinge a sílaba final de alguns tempos e pessoas do verbo, uma vez que, ao não fazer parte de nenhum pé, essa sílaba seria ignorada pelo pé construído à sua esquerda. Vejamos alguns exemplos em (53):

- (53) a. Pretérito imperfeito do indicativo: fa.lá.va.<mos>
 b. Pretérito mais-que-perfeito do indicativo: par.tí.ra.<mos>
 c. Pretérito imperfeito do subjuntivo: ba.tê.sse.<mos>
 d. Futuro do pretérito do indicativo: par.ti.rí.a.<mos>

Os exemplos em (53) mostram que, na primeira pessoa do plural dos verbos dos tempos do imperfeito, do mais-que-perfeito e do futuro do pretérito do indicativo, a sílaba final “mos” é extramétrica.

De acordo com o que foi proposto por Bisol (1992, 1994), na segunda pessoa do plural, a extrametricidade também atinge a desinência de plural. Nos demais casos, apenas a consoante final é atingida, conforme exposto em (54):

- (54) a. Pretérito imperfeito do indicativo: fa.lá.ve<iS>
 b. Pretérito mais-que-perfeito do indicativo: par.tí.re<iS>
 c. Pretérito imperfeito do subjuntivo: fa.lá.sse<iS>
 d. Futuro do pretérito do indicativo: par.ti.rí.e<iS>
 e. Presente do indicativo: fa.la<S>
 f. Presente do subjuntivo: ba.te<N>

Na perspectiva da Teoria Métrica Paramétrica, de Hayes (1995), que é denominada assim por ser capaz de descrever os sistemas de acento das línguas do mundo através de parâmetros, como a direcionalidade e a forma do pé, cada língua possui seus próprios parâmetros, o que caracteriza seu sistema de acento. Desse modo, com base na teoria do autor

e na proposta deste estudo, os parâmetros em (55) são suficientes para captar os fatos referentes ao acento primário dos verbos do PB:

(55) **a. Construção do pé:** Forme um troqueu silábico não-iterativo da direita para a esquerda.

Pés degenerados são permitidos apenas na posição forte, quando o pé canônico não puder ser formado (proibição fraca).

b. Extrametricidade: a desinência de plural na 1ª e 2ª pessoas do plural dos verbos dos tempos do imperfeito, do mais-que-perfeito e do futuro do pretérito do indicativo. Nos casos restantes, a consoante final com *status* de desinência, ou seja, *N* ou *S*.

c. Regra Final: à direita.

Esses parâmetros dão conta da acentuação de todas as formas verbais do português brasileiro, uma vez que, embora o sistema verbal seja predominantemente paroxítono, há verbos acentuados na última e na antepenúltima sílaba. Os verbos oxítonos, cujos pés são monossílabos, seguem o parâmetro que permite pés degenerados quando pés canônicos não puderem ser construídos. Nas línguas exemplificadas por Hayes (1995) que têm como pé canônico o troqueu silábico – como o Cavineña,³⁹ língua da Bolívia –, o autor não menciona o parâmetro da extrametricidade. Entretanto, nos verbos do PB, há determinadas sílabas que não recebem acento e que são afetadas por uma regra específica. Essa regra torna invisíveis para o acento determinados segmentos ou uma sílaba inteira (BISOL, 1992, 1994). Portanto, apesar de considerarmos o troqueu silábico como o pé canônico da acentuação verbal, seria custoso para a teoria explicar porque as sílabas pesadas não recebem acento, visto que, no PB, sílabas terminadas em consoante ou ditongo são pesadas e esse tipo de sílaba costuma atrair o acento.

Nesse sentido, em verbos proparoxítonos, como nos exemplos em (53), a desinência de plural, no caso a sílaba “mos”, é extramétrica e, assim, um troqueu é construído à esquerda desta sílaba. Para os verbos paroxítonos, conforme exemplificado em (54e-f), apenas a consoante final, que pode ser *N* ou *S*, é extramétrica, visto que essas consoantes têm *status* de desinência. Em relação aos verbos futuros, o parâmetro da Regra Final, em (55c), garante que o acento na borda direita seja o principal.

Em (56), a seguir, nos pautamos nos tempos verbais descritos em Pereira (1999) e em Wetzels (2007) para exemplificar a configuração métrica do acento verbal no PB. Essa configuração foi baseada em Bisol (1992, 1994) e nos parâmetros em (55):

³⁹ Os parâmetros propostos por Hayes (1995, p. 202) para essa língua são os seguintes: Troqueus silábicos da direita para a esquerda. Pés degenerados são proibidos. Regra Final à direita.

(56) Representação métrica do acento primário dos verbos do PB

a. Pretérito imperfeito do indicativo

(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
fa.la.va	fa.la.va<s>	fa.lá.va.<mos>	fa.lá.ve<is>	fa.la.va<m>

b. Pretérito perfeito do indicativo

(x)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
ba.ti	ba.tes.te	ba.te.mo<s>	ba.tes.te<s>	ba.te.ra<m>

c. Pretérito mais-que-perfeito do indicativo

(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
par.ti.ra	par.ti.ra<s>	par.tí.ra.<mos>	par.tí.re<is>	par.ti.ra<m>

d. Pretérito imperfeito do subjuntivo

(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
fa.la.sse	fa.la.sse<s>	fa.lá.sse.<mos>	fa.lá.sse<is>	fa.la.sse<m>

e. Presente do Indicativo

(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
ba.to	ba.te<s>	ba.te.mo<s>	ba.te.i<s>	ba.te<m>

f. Presente do subjuntivo

(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
ba.ta	ba.ta<s>	ba.ta.mo<s>	ba.ta.i<s>	ba.ta<m>

g. Infinitivo

(x)
fa.lar

Gerúndio

(x .)
fa.lan.do

Particípio Passado

(x .)
fa.la.do

h. Futuro do presente do indicativo

(x)	(x)	(x)	(x .)	(x .)	(x)
par.ti.rei	par.ti.rás	par.ti.rá	par.ti.re.mo<s>	par.ti.re.i<s>	par.ti.rão

i. Futuro do presente do subjuntivo

(x .)	(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
par.ti.ri.a	par.ti.ri.a<s>	par.ti.rí.a.<mos>	par.ti.rí.e<is>	par.ti.ri.a<m>

Nos tempos do passado, os verbos são, em sua grande maioria, paroxítonos. Segundo Pereira (1999), esses verbos são acentuados na vogal temática ou, na regra proposta por Wetzels (2007), o acento cai na vogal imediatamente seguinte à vogal da raiz. Em (56a-d), a extrametricidade aparece na desinência de plural da primeira pessoa do plural dos verbos com acento na terceira sílaba, a contar da borda direita, como em “fa.lá.va.<mos>” e “par.tí.ra.<mos>”, na segunda pessoa do plural, como em “fa.lá.ve<is>”, e na consoante final, como em “par.ti.ra<s>”, conforme descrito por Bisol (1992, 1994).

Os verbos dos tempos do presente, em (56e-f), também são, em geral, paroxítonos, mas, tanto no presente do indicativo quanto no presente do subjuntivo, o acento (em sublinhado) pode cair na última vogal da raiz (ex.: “bato”) ou na vogal imediatamente seguinte à vogal da raiz (ex.: “batamos”), como nos verbos do passado. Um diferencial das formas verbais do presente é não terem vogal temática, que, segundo Wetzels (2007), é apagada diante de uma desinência iniciada por vogal. Como mostrado em (56e-f), a extrametricidade atinge as consoantes finais *N* ou *S*.

Os verbos em (56g) mostram que é a vogal temática que recebe acento no infinitivo, no gerúndio e no particípio passado. Nesses dois últimos, a sílaba acentuada é a penúltima, no infinitivo é a última sílaba, a contar da borda direita, conforme Pereira (1999). Nos tempos do futuro, em (56h-i), o acento recai na primeira sílaba do sufixo futuro. Essa sílaba pode ser a última, como em “partirá”, ou a penúltima, como em “falaremos”, do verbo. Isso porque, assim como Bisol (1992, 1994) e Massini-Cagliari (2006), esta análise considera os verbos futuros como palavras compostas, de modo que as duas bases são acentuadas, mas que, por meio da Regra Final, apenas o acento da borda direita permanece e é o mais forte.

Em suma, podemos fazer as seguintes generalizações:

- o pé básico é o troqueu silábico;
- os pés são maximamente dissilábicos, ou seja, podem ter uma ou duas sílabas;
- pés degenerados são permitidos;
- cada tempo verbal tem a sua acentuação própria;
- o fato de uma sílaba ser de rima ramificada não implica que ela receberá acento, o que nos permite afirmar que o tipo de padrão trocaico em questão é o troqueu silábico;
- dependendo da pessoa do verbo e do tempo verbal, a extrametricidade pode atingir a sílaba final ou a consoante final, no caso, *N* ou *S*;
- o acento recai na vogal da raiz, na vogal temática (que, neste trabalho, denomina também a primeira vogal imediatamente seguinte à vogal da raiz) ou na vogal do sufixo flexional, conforme o tempo verbal e, em alguns casos, da pessoa do verbo;

- o acento faz referência explícita ao contexto morfológico.

Na seção seguinte, apresentamos as restrições consideradas relevantes para a análise do acento verbal no PB.

4.2 O acento verbal no PB segundo o modelo de restrições da TO

Ao contrário do modelo métrico apresentado, que opera com regras, a Teoria da Otimidade vale-se de restrições universais que, por meio de ranqueamento, definem a gramática particular de uma língua. Assim, numa análise baseada na TO, McCarthy (2008) afirma que as restrições envolvidas são sugeridas através de generalizações descritivas, como as que apresentamos no fim da seção anterior. Isso porque são os fatos da língua que sugerem quais restrições farão parte da análise. E é esse momento de compreender quais restrições são importantes para a análise que, segundo o autor, representa uma das maiores dificuldades para o pesquisador. Além disso, a TO não diz muito sobre as restrições e as possibilidades para se fazer uma análise são muitas. Uma das dicas de McCarthy (2008) é definir as restrições com precisão para evitar problemas.

Na Seção 4.1, vimos que, tanto nas representações de Bisol (1992, 1994) quanto na que apresentamos, o pé padrão dos verbos do PB é um troqueu, cuja sílaba mais proeminente é a da esquerda, do tipo (x). Nesse sentido, a restrição que opera na gramática em favor da construção desse tipo de pé é TROQUEU,⁴⁰ que, conforme (57), exige um pé formado por uma sílaba acentuada à esquerda seguida por uma não acentuada à direita.

(57) **TROQUEU**: os pés têm proeminência inicial.

Considerando a proposta de Hayes (1995), na qual existem três tipos de sistemas de acento identificados pelos pés correspondentes, a restrição TROQUEU, em (57), poderia gerar como resultado no *output* uma estrutura métrica em forma de troqueu silábico ou mórico. O troqueu mórico leva em conta o peso silábico e é constituído por um pé com duas moras. No troqueu silábico, o pé a ser construído conta apenas sílabas, desconsiderando a sua estrutura interna, e é um “[...] ‘pé dissilábico com proeminência inicial’” (HAYES, 1995, p. 63). Nesta análise, como foi mostrado nas representações da Seção 4.1, o pé básico para o acento verbal

⁴⁰ Essa restrição foi formulada por McCarthy e Prince (1993, p. 11) com o nome de FOOT-FORMATION (TROCHAIC), que significa Formação do pé (Troqueu), em português. Em Kager (1999, p. 172) recebe o nome de RHTYPE=T, que é a forma contraída para “the rhythmic type of feet (that is, [...] trochaic)” (o tipo rítmico dos pés (isto é, [...] trocaico)). Em Massini-Cagliari (2005, p. 197) e em Lee (2007, p. 129) é chamada apenas de TROQUEU, como também nos referimos nesta tese.

é o troqueu silábico, pelo fato de o acento não ser determinado pelo peso da sílaba, mas por um forte condicionamento morfológico.

Apesar de a maioria dos verbos, assim como as demais palavras do PB, seguir o padrão paroxítono, há casos em que não é possível construir um troqueu silábico com duas sílabas, já que há verbos oxítonos, como “parti”, cuja sílaba tônica é “ti”. Desse modo, seguimos o que foi proposto por Massini-Cagliari (1995) em relação à proibição dos pés degenerados, ou seja, essa proibição seria fraca, pois permite pés degenerados quando o pé canônico não puder ser construído. Hayes (1995) já havia formulado um princípio relacionado à imposição que muitas línguas têm de proibir pés degenerados e definiu esses pés como os menores pés logicamente possíveis. Assim, há a possibilidade de se ter um troqueu silábico com apenas uma sílaba.⁴¹

Para a restrição em (57), as duas representações em (58) são possíveis:

$$(58) \quad (x \quad .) \quad (x)$$

$$a. \quad \acute{\sigma} \quad \sigma \quad b. \quad \sigma \quad \acute{\sigma}$$

A representação em (58a) atende a principal exigência de TROQUEU, que requer um pé com duas sílabas, sendo a da esquerda acentuada e a da direita átona. A configuração em (58b) também atende aos parâmetros propostos para esta análise, uma vez que pés degenerados são permitidos em posição forte quando não for possível construir o pé canônico. Além disso, a formulação preliminar do pé degenerado feita por Hayes (1995) para o troqueu silábico admite uma estrutura como a de (58b).

Vejamos, em (59), como a restrição TROQUEU é satisfeita.

⁴¹ Para comprovar essa possibilidade, na análise de Massini-Cagliari (2005, p. 211), uma palavra oxítona, como o verbo “cantar”, cujo pé é constituído apenas pela sílaba final: “can.(tár)”, não viola a restrição TROQUEU.

(59) Satisfação de TROQUEU

Candidatos	TROQUEU
(x .) a. σ σ σ /	
(x) b. σ σ σ 	
(x .) c. σ σ σ /	
(. x) d. σ σ σ \	*!

Em (59a), “ / ” representa um constituinte com cabeça à esquerda e “ \ ”, em (59d), representa um constituinte com cabeça à direita, ou seja, um troqueu e um iambo, respectivamente. O elemento cabeça é indicado pela barra vertical, ao passo que as barras inclinadas referem-se aos elementos dependentes dos cabeças.

Dos quatro candidatos em (59), apenas (59d) viola TROQUEU, porque o pé construído tem um elemento descendente à sua esquerda, o que caracteriza um iambo. Tanto (59a) quanto (59c) representam um troqueu padrão, com duas sílabas. A estrutura em (59b) é um exemplo de satisfação vaga de TROQUEU, pois, embora não seja perfeita, também não fere a exigência dessa restrição, como faz (59d).

O pé pode conter uma ou duas sílabas, mas a preferência é por pés binários, ou seja, pés dissílabos, que é a estrutura padrão de um troqueu. A restrição que dá conta desse fato é FOOT-BINARITY (FTBIN).⁴² De acordo com Prince e Smolensky (1993, p. 50), “a binaridade do pé não é em si própria uma restrição direta sobre o tamanho mínimo do pé; ela define uma propriedade geral da estrutura”. Para Kager (1999, p. 156), FTBIN é conhecida “[...] como uma restrição ‘anti-pé degenerado’”. A formulação em (60) vem de Lee (2007, p. 129), pois, neste trabalho, consideramos a sílaba como a unidade mínima, não a mora.

(60) FTBIN: os pés são binários no nível da sílaba.

⁴² Em português: Binaridade do pé. Esta restrição aparece nos trabalhos de Prince e Smolensky (1993, p. 50), Kager (1999, p. 156) e Lee (2007, p. 129).

O *tableau* (61) demonstra como esta restrição é satisfeita:

(61) Satisfação de FTBIN

Candidatos	FTBIN
(x .) a. σ σ 	
(. x) b. σ σ 	
(x) c. σ σ 	*!

Em (61a), o pé canônico trocaico é constituído por duas sílabas, como exige FTBIN, bem como o pé iâmbico padrão, em (61b). Mas pés como o de (61c), com apenas uma sílaba e conhecidos como pés degenerados, violam esta restrição.

Além das exigências de TROQUEU e FTBIN, é preciso haver uma restrição para garantir que as sílabas sejam escandidas em um pé. A restrição que capta este fato é PARSE- σ ,⁴³ formulada em (62), conforme McCarthy e Prince (1993, p. 11):

(62) **PARSE- σ** : todas as sílabas devem ser escandidas em pés.

A quantidade de violações depende do número de sílabas não escandidas. Assim, uma sílaba não escandida incorre em uma violação, duas sílabas não escandidas representam duas violações, e assim por diante. O *tableau* (63) demonstra como essa restrição é satisfeita:

⁴³ Em português: Segmente a sílaba. Em McCarthy e Prince (1993, p. 11) e em Kager (1999, p. 153), essa restrição recebe o nome de PARSE-SYLL. Já Massini-Cagliari (2005, p. 136) utiliza o mesmo nome que adotamos neste trabalho. Embora haja algumas diferenças na nomenclatura, a formulação desta restrição nesses estudos é bem parecida e tem o mesmo significado.

(63) Satisfação de PARSE- σ

Candidatos	PARSE- σ
(x .) a. σ σ \swarrow	
(x) b. σ σ 	*!

Os dois candidatos em (63) exemplificam um verbo dissílabo e paroxítono, como “parte”. O candidato (63a) não viola PARSE- σ , porque as duas sílabas estão dentro de um pé. Uma violação é cometida pelo candidato (63b), visto que apenas uma das duas sílabas foi escandida.

Como PARSE- σ exige que as sílabas sejam escandidas em pés e a exigência de FTBIN é que os pés sejam binários, essas restrições não estão em conflito, porque, em geral, quando um candidato satisfaz uma, a satisfação da outra também acontece. Vejamos, em (64), um exemplo da atuação de FTBIN e PARSE- σ , tendo como exemplo um verbo dissílabo.

(64) FTBIN, PARSE- σ

Candidatos	FTBIN	PARSE- σ
(x .) ☞ a. par.te \swarrow		
(x) b. par.te 	*	*

Em (64), o candidato (64b) constrói um pé com uma única sílaba na borda esquerda e viola tanto PARSE- σ quanto FTBIN, visto que uma sílaba não foi escandida e o pé não é binário. Essas exigências são satisfeitas pelo candidato (64a), que, assim, não viola nenhuma das duas restrições e vence por limitação harmônica.⁴⁴

⁴⁴ Segundo McCarthy (2008, p. 80), “há também perdedores que, certamente, *não* causam problemas para a análise. Há perdedores que não podem vencer, não importa como as restrições sejam ranqueadas. Eles são *limitados harmonicamente*”. Assim, a limitação harmônica não depende de ranqueamento.

Quando o acento principal (em **negrito**) está localizado na borda direita, como em “fa(lar)”, a restrição que capta este fato é RIGHTMOST, cuja formulação está em (65):

(65) **RIGHTMOST**.⁴⁵ Alinhe (PrWd, R, Hd(PrWd), R): alinhe a borda direita da palavra prosódica com a borda direita do pé cabeça (o pé mais proeminente da palavra está na borda direita).⁴⁶

Quanto mais distante o pé estiver da borda direita, mais violações ocorrerão a RIGHTMOST. Em (66), demonstramos como essa restrição é satisfeita:

(66) Satisfação de RIGHTMOST

Candidatos	RIGHTMOST
(x) a. σ σ σ 	
(x .) b. σ σ σ /	
(x) c. σ σ σ /	
(x .) d. σ σ σ /	*!

Dos quatro candidatos do *tableau* (66), apenas (66d) não satisfaz RIGHTMOST, porque o pé construído está a uma sílaba de distância da borda direita da palavra. Os outros três candidatos têm um alinhamento perfeito entre o pé cabeça e a borda direita e, portanto, atendem a exigência dessa restrição.

Como a exigência de RIGHTMOST é de que o pé cabeça da palavra prosódica esteja na borda direita e não importa se o cabeça do pé tem proeminência à esquerda ou à direita, a

⁴⁵ Segundo Kager (1999, p. 167), essa restrição, juntamente com LEFTMOST, recebeu essa nomenclatura depois de EDGEMOST, de Prince e Smolensky (1993, p. 29). Para esses autores, a restrição EDGEMOST, referente à posição do pé cabeça na palavra, tinha a seguinte exigência: “A sílaba mais proeminente da palavra está na borda direita” e era entendida como uma formulação atual da Regra Final revista. Como não encontramos uma tradução adequada para o PB, mantivemos a nomenclatura original.

⁴⁶ Esta formulação é a mesma de Magalhães (2010, p. 110).

presença de TROQUEU, garante a eliminação de um candidato que tenha um pé com cabeça à direita. Assim, não há conflito entre essas duas restrições, visto que a inversão do ordenamento entre elas não mudaria o vencedor. Portanto, sem se interessar pela configuração iâmbica ou trocaica, o que RIGHTMOST exige é que o pé portador do acento primário esteja na borda direita da palavra.

(67) RIGHTMOST, TROQUEU

/bat+e+rá/	RIGHTMOST	TROQUEU
(x) ☞ a. ba.te.rá 		
(. x) b. ba.te.rá ∨		*!

Em (67), os candidatos (67a) e (67b) recebem acento no sufixo futuro, mas o candidato (67b) constrói um iambo na borda direita e é eliminado por TROQUEU. Ambos os candidatos satisfazem RIGHTMOST, mas, como o candidato (67a) não viola TROQUEU, é o vencedor.

Nos verbos do futuro do presente e do futuro do pretérito, o acento (em negrito) não recai nem na vogal do radical e nem na vogal temática, mas no sufixo flexional, como em “falarei” e “bateríamos”. A restrição que capta este fato é ALINHE-SUFIXO (Futuro) e foi baseada na restrição ALIGN-SFX: Align (Affix, L, PrWd, R),⁴⁷ proposta por McCarthy e Prince (1993, p. 59) para lidar com a sufixação no Axininca Campa, uma língua do Peru. Segundo os autores, essa é uma das restrições de alinhamento que “[...] governam a interface morfologia-prosódica” e que, neste trabalho, tem a seguinte formulação:

(68) **ALINHE-SUFIXO(Futuro)**: Alinhe (Afixo, Borda Esquerda, Palavra Prosódica, Borda Direita): alinhe a borda esquerda de cada sufixo flexional com a borda direita de uma palavra prosódica.

⁴⁷ Em português: ALINHE-SUFIXO: Alinhe (Afixo, Borda Esquerda, Palavra Prosódica, Borda Direita). De acordo com McCarthy e Prince (1993, p. 59), esta restrição é satisfeita quando “[...] a borda esquerda de cada sufixo coincide com a borda direita de uma palavra prosódica”.

Esta restrição exige que a vogal inicial do sufixo futuro seja acentuada e, portanto, terá efeito apenas nesse tempo verbal. Com base na proposta de McCarthy e Prince (1993, p. 60), ALINHE-SUFIXO requer a configuração em (69):

(69) ALINHE-SUFIXO com sufixo iniciado por vogal

] | V

Em (69), a barra vertical indica a borda esquerda do sufixo e o “] ” indica a borda direita da palavra prosódica. Como exemplo desta configuração, citamos o verbo “falaríamos”, em (70):

(70) falar] | íamos

A satisfação desta restrição é ilustrada em (71):

(71) Satisfação de ALINHE-SUFIXO(F)

/fal+a+rá/	ALINHE-SUF(F)
(x) a. fa.la.rá 	
(x .) b. fa.la.rá ✓	*!

Em (71), o candidato (71b) viola ALINHE-SUF(F), porque não acentua a vogal inicial da desinência de futuro. Esta exigência é satisfeita pelo candidato (71a), que, portanto, não viola a restrição em jogo.

Em relação aos verbos da primeira pessoa do plural de quase todos os tempos do passado (ex.: “falávamos”) e do futuro do pretérito do indicativo (ex.: “partiríamos”), conforme o parâmetro apresentado em (55b), na Seção 4.1, para se obter o padrão trocaico, a sílaba final (“mos”) não é escandida. No início deste trabalho, uma das perguntas que fizemos referia-se sobre como tratar os verbos acentuados na antepenúltima sílaba. Apesar de os não-verbos proparoxítonos receberem um tratamento especial e serem considerados marcados, como mostrado em Lee (1994) e em Magalhães (2004, 2010), no caso dos verbos, com exceção da invisibilidade da sílaba final em tempos específicos, os verbos proparoxítonos

podem ser analisados de modo semelhante aos demais. Isso porque eles seguem os padrões de acentuação do tempo verbal ao qual pertencem. Assim, nos tempos do passado, o acento recai na vogal imediatamente seguinte à raiz e, nos verbos do futuro do pretérito, é o sufixo futuro que porta o acento. Portanto, nos verbos, o componente morfológico é respeitado, ao contrário do que ocorre com os não-verbos proparoxítonos, cujo acento não pode ser previsto.

Em uma análise via restrições, uma restrição que dá conta da invisibilidade da sílaba final é *SNONFINALITY*, proposta por Hyde (2001, p. 198) e cuja exigência é de que a sílaba final não seja escandida. Essa restrição é uma abordagem diferente das anteriores para a restrição *NONFINALITY*. Em Prince e Smolensky (1993, p. 45), por exemplo, quando os autores referem-se à extrametricidade no latim, *NONFINALITY* requer que “o *pé* cabeça da palavra prosódica não deve ser final”.

Segundo Hyde (2001, p. 196), o tratamento de *NONFINALITY* que a sua abordagem propõe difere em três aspectos das abordagens anteriores, quais sejam:

1. nas abordagens anteriores, em geral, *NONFINALITY* proíbe a sílaba final de uma palavra prosódica de receber acento primário ou secundário; na abordagem de Hyde (2001), a aplicação dessa restrição é mais abrangente, pois pode afetar sílabas, pés ou palavras prosódicas;

2. nas abordagens anteriores, *NONFINALITY* tem um papel importante apenas em alguns padrões, como em certos padrões ilimitados, mas a abordagem de Hyde (2001) contempla esses e vários outros padrões, como os padrões internos ternários;

3. Hyde (2001, p. 196) critica a visão das abordagens anteriores em relação à *NONFINALITY*, “[...] como estabelecer distâncias mínimas entre as marcas de grade e as bordas corretas dos domínios prosódicos, em vez de focar no status de um elemento final com respeito ao acento”.

A versão generalizada de *NONFINALITY*, proposta por Hyde (2001, p. 196) é a seguinte:

(72) *NONFIN* (PCat1-GM, PCat2, PCat3): Cada marca de grade no nível PCat1 tem alguma categoria descendente PCat2 no domínio de PCat3.

Desse modo, “ao exigir que marcas de grade do nível específico tenham uma categoria descendente do tamanho especificado dentro do domínio especificado, as restrições *NONFINALITY* estabelecem uma distância mínima [...] que deve intervir entre uma marca de grade e a borda correta do domínio” (HYDE, 2001, p. 196).

A partir da versão em (72), o autor apresenta restrições NONFINALITY que podem ser silábicas ou moraicas no domínio do pé ou da palavra prosódica. Nesta análise, nos interessa a restrição em (73), uma versão de NONFINALITY referente à sílaba na palavra prosódica:

(73) NONFINALITY Silábica na Palavra Prosódica (HYDE, 2001, p. 198)

SNONFINALITY ou NONFIN (Pé-GM, Sílaba, PrWd): Cada marca de grade no nível do pé tem uma categoria descendente silábica no domínio da palavra prosódica.

Segundo Hyde (2001, p. 198), “[...] SNONFINALITY estabelece uma sílaba como a distância mínima que deve intervir entre uma marca de grade no nível do pé e a borda direita da palavra prosódica”, ou seja, a sílaba final da palavra prosódica não deve ser escandida. Vejamos, em (74), como essa restrição é satisfeita.

(74) Satisfação de SNONFINALITY

Candidatos	SNONFINALITY
(x .) a. σ σ σ σ 	
(x .) b. σ σ σ σ 	*!

Em (74), o candidato (74a) deixa a sílaba final fora de um pé e nenhuma marca de grade é projetada por essa sílaba, o que satisfaz SNONFINALITY. O candidato (74b) constrói um pé troqueu com as duas sílabas finais e, assim, viola a restrição em jogo.

Nesse sentido, RIGHTMOST e TROQUEU estão em conflito com SNONFINALITY, pois se a ordem entre essas restrições for invertida no *tableau*, o candidato vencedor muda, conforme demonstrado em (75).

(75) RIGHTMOST, TROQUEU >> SNONFINALITY

/fal+a+va/	RIGHTMOST	TROQUEU	SNONFINALITY
(x .) ☞ a. fa.la.va ↓			*!
(. x) b. fa.la.va ↓	*!	*	

O candidato (75b) não escande a sílaba final e satisfaz SNONFINALITY, mas a custo de violar RIGHTMOST e TROQUEU, já que o pé construído não está na borda direita e é um iambo. Embora a sílaba final tenha sido escandida pelo candidato (75a), as duas restrições mais altas são satisfeitas e, por isso, é o vencedor.

Como, no PB, a Regra Final é à direita, a restrição que capta esse fato é PROSODICWORD-RIGHT ou PrWd-RIGHT, de Hyde (2001, p. 105), cuja formulação é a seguinte:

(76) **PrWd-RIGHT** ou Alinhe (PrWd, R, Ft-Hd, R): a borda direita de cada palavra prosódica é alinhada com a borda direita do cabeça de algum pé.⁴⁸

A diferença entre PrWd-RIGHT e RIGHTMOST é que a satisfação da primeira restrição tem a ver com o cabeça do pé, já a satisfação da segunda não depende do cabeça do pé, mas do pé cabeça. Além disso, para RIGHTMOST, o pé a ser alinhado pode ter proeminência à esquerda ou à direita, pois o que importa para essa restrição é que o pé esteja na borda direita da palavra. O *tableau* (77) ilustra como PrWd-RIGHT é satisfeita:

⁴⁸ Esta restrição também aparece na análise de Magalhães (2004, p. 117) sobre os não-verbos do PB.

(77) Satisfação de PrWd-RIGHT

Candidatos	PrWd-RIGHT
(x) a. σ σ σ 	
(x .) b. σ σ σ /	*!
(x .) c. σ σ σ /	**!

Quanto mais distante o cabeça do pé estiver da borda direita, mais violações ocorrerão. Assim, o candidato (77c) comete duas violações a PrWd-RIGHT pelo fato de o cabeça do pé estar a duas sílabas de distância da borda direita da palavra. O candidato (77b) provoca uma violação a PrWd-RIGHT, porque o cabeça do pé está uma sílaba distante da borda direita. Por fim, o pé monossilábico do candidato (77a) está perfeitamente alinhado com a borda direita da palavra prosódica, o que satisfaz a exigência de PrWd-RIGHT.

Magalhães (2004, p. 119) afirma que, em relação à “[...] configuração dos pés, o verdadeiro conflito envolvendo PrWd-RIGHT se dá com alguma restrição exigindo pés de cabeça à esquerda ou demandando a escansão de todas as sílabas”, como requer PARSE- σ . Vejamos, a seguir, como se dá o conflito entre PrWd-RIGHT, FTBIN e PARSE- σ .

(78) PrWd-RIGHT >> FTBIN, PARSE- σ

Candidatos	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x) a. ba.ti 		*	*
(x .) b. ba.ti /	*!		

Em (78), o candidato (78b) satisfaz FTBIN e PARSE- σ , mas a custo de violar PrWd-RIGHT. Como o cabeça do pé está a uma sílaba de distância da borda direita, a restrição mais alta é violada e esse candidato é eliminado. O cabeça do pé construído pelo candidato (78a)

está perfeitamente alinhado com a borda direita da palavra prosódica, o que satisfaz PrWd-RIGHT e leva esse candidato à vitória.

Em verbos como “par.tí.ra.<mos>” e “fa.lá.sse.<mos>”, por exemplo, a última sílaba não deve ser escandida em um pé, o que satisfaz SNONFINALITY, mas, automaticamente, viola PrWd-RIGHT, uma restrição que requer que o cabeça do pé esteja na borda direita. Em (79), demonstramos o conflito entre essas duas restrições:

(79) SNONFINALITY >> PrWd-RIGHT

Candidatos	SNONFINALITY	PrWd-RIGHT
<p>(x .)</p> <p>☞ a. σ σ σ σ</p> <p style="margin-left: 100px;"> </p>		**
<p>(x .)</p> <p>b. σ σ σ σ</p> <p style="margin-left: 100px;"> </p>	*!	*

A satisfação simultânea de PrWd-RIGHT e de SNONFINALITY não é possível, porque a exigência de uma vai contra a exigência de outra. Se PrWd-RIGHT quer o cabeça do pé na borda direita, é justamente nesta borda que a sílaba final não deve ser escandida para satisfazer SNONFINALITY. Desse modo, os candidatos (79a) e (79b) violam PrWd-RIGHT, mas o candidato (79b) escande a sílaba final e viola a restrição mais alta, o que leva à vitória de (79a).

A importância do contexto morfológico para a atribuição do acento verbal é inegável e há restrições que desempenham um papel essencial na interface fonologia-morfologia: as restrições de alinhamento. Como vimos, as posições mais comuns para a localização do acento nos verbos são a vogal do radical e a vogal temática.⁴⁹ Respondendo, à pergunta que fizemos na introdução deste estudo sobre o papel das restrições morfológicas, são as restrições de alinhamento que operam na gramática em favor da acentuação nos contextos morfológicos corretos. Pensando na grande quantidade de verbos acentuados na vogal temática, como nos tempos do passado, nesta análise, propomos uma restrição que capta este fato:

⁴⁹ Neste trabalho, também consideramos como vogal temática a vogal imediatamente seguinte à vogal do radical, para que a restrição proposta acentue a vogal mais à direita do tema verbal e, assim, gere menos custos para a teoria.

(80) **ALINHE-TEMA:** ALINHE (PrWd, D, Tema (PrWd), D): Alinhe a borda direita da palavra prosódica com a borda direita do tema verbal.

Esta restrição exige que a vogal temática seja acentuada nos tempos do passado, no infinitivo, no particípio, no gerúndio e no futuro do subjuntivo. ALINHE-TEMA foi formulada a partir da restrição ALIGN-HEAD: Align (PrWd, Edge, H(PrWd), Edge),⁵⁰ de McCarthy e Prince (1993, p. 18), que alinha a borda da palavra prosódica com a borda do pé cabeça da palavra prosódica. De acordo com os autores, a existência dessa restrição se justifica pelo fato de que cada palavra prosódica tem um pé que é o mais forte e que é o pé cabeça. Além disso, a tarefa de escolher o pé mais forte é, em geral, atribuída à Regra Final (*End Rule*), que aparece sob a forma da restrição EDGEMOST⁵¹ e, como restrição de alinhamento, à ALIGN-HEAD.

A ideia de associar a restrição ALINHE-TEMA para esses tempos verbais surgiu a partir do trabalho de Lee (2007). Esse autor propõe a restrição *Paradigm Uniformity* (PU),⁵² cuja exigência é acentuar a vogal temática nos verbos do passado, do futuro do subjuntivo e do infinitivo pessoal. Nesta análise, um exemplo da atuação de ALINHE-TEMA é com os verbos dos tempos do passado, conforme a descrição feita por Wetzels (2007, p. 36):

- (81) fal]_{raiz}**a**]_{tema}va (1^a/3^a pessoas do singular do Pretérito Imperfeito do Indicativo)
 fãl]_{raiz}**e**]_{tema}i (1^a pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo)
 fal]_{raiz}**a**]_{tema}ramos (1^a pessoa do plural do Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo)

Vejamos, em (82), como essa restrição é satisfeita:

(82) Satisfação de ALINHE-TEMA

/fal+a+va/	ALINHE-TEMA
(x .) a. fá.l+a.+va ✓	
(x .) b. fá.l+a.+va ✓	*!

⁵⁰ Em português: Alinhe o cabeça: Alinhe (Palavra Prosódica, Borda, Cabeça (Palavra Prosódica), Borda).

⁵¹ Essa restrição aparece em Prince e Smolensky (1993, p. 39) com a seguinte exigência: “um pico de proeminência permanece na borda esquerda ou direita da palavra”.

⁵² Uniformidade Paradigmática, em português.

O *tableau* (82) tem dois candidatos a *output* para o verbo “falava”. O candidato (82b) acentua a vogal do radical e, por isso, viola ALINHE-TEMA. O candidato (82a) não viola essa restrição, pois acentua a vogal temática.

As restrições de alinhamento propostas até aqui não são capazes de diferenciar os verbos do presente e do passado, como, por exemplo, “bate” e “bati”, que são estruturalmente muito parecidos, mas contrastam em relação à posição do acento. Nos tempos do presente, apenas a primeira e a segunda pessoas do plural recebem acento na vogal temática; nos demais contextos, o acento recai na última vogal da raiz. Para dar conta desse paradigma acentual, utilizamos a restrição *FINALIDADE(Presente), que é uma versão de NONFINALITY, proposta por Massini-Cagliari (2005, p. 214) especialmente para as formas do presente, tanto do indicativo quanto do subjuntivo.

(83) *FIN(Pr): Proibido acento final nos verbos do presente.

Esta restrição requer, portanto, que a sílaba final seja átona. Vejamos, em (84), como *FIN(Pr) é satisfeita:

(84) Satisfação de *FIN(Pr)

/fal+o/	*FIN(Pr)
(x .) a. ba.t+e ✓	
(. x) b. ba.t+e ✗	*!

Em (84), o candidato (84b) constrói um iambo na borda direita e viola *FIN(Pr). O troqueu canônico construído pelo candidato (84a) não acentua a sílaba final, o que satisfaz a restrição em jogo.

Portanto, listamos em (85) todas as restrições apresentadas nesta seção e que são importantes para a análise:

(85) **TROQUEU**: os pés têm proeminência inicial.

FTBIN: os pés são binários no nível da sílaba.

PARSE-σ: todas as sílabas devem ser escandidas em pés.

RIGHTMOST: Alinhe (PrWd, R, Hd(PrWd), R): alinhe a borda direita da palavra prosódica com a borda direita do pé cabeça (o pé mais proeminente da palavra está na borda direita).

ALINHE-SUFIXO(F): Alinhe (Afixo, Borda Esquerda, Palavra Prosódica, Borda Direita): alinhe a borda esquerda de cada sufixo com a borda direita de uma palavra prosódica.

SNONFINALITY ou **NONFIN** (Pé-GM, Sílaba, PrWd): Cada marca de grade no nível do pé tem uma categoria descendente silábica no domínio da palavra prosódica.

PrWd-RIGHT ou **Alinhe** (PrWd, R, Ft-Hd, R): a borda direita de cada palavra prosódica é alinhada com a borda direita do cabeça de algum pé.

ALINHE-TEMA: **ALINHE** (PrWd, D, Tema (PrWd), D): Alinhe a borda direita da palavra prosódica com a borda direita do tema verbal.

***FIN(Pr)**: Proibido acento final nos verbos do presente (indicativo e subjuntivo).

A seguir, apresentamos a análise baseada no modelo de restrições da TO.

4.3 A gramática de restrições do acento verbal no PB

Com base nas restrições apresentadas em 4.2, nesta seção, tratamos da análise propriamente dita, na qual buscamos definir a gramática de restrições dos verbos no PB. Nesta análise, nos baseamos nos parâmetros referentes à construção do pé, à extrametricidade, que atinge tempos verbais específicos, e à Regra Final (ver em (55), na Seção 4.1). Os *tableaux*, a seguir, contam com exemplos de Wetzels (2007).

Iniciamos a análise com os verbos do infinitivo (ex.: “falar”, “bater” e “partir”), que estão representados no *tableau* (86) pelo verbo “falar”.

(86) Verbo “falar” (/fal]_{raiz}**a**]_{tema}r/)

/fal+a+r/	ALINHE-TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
(x) ☞ a. fá.lar 				*		*	*
(. x) b. fá.lar ↘			*!	*			
(x .) c. fá.lar ↙	*!			*	*		
(x) d. fá.lar 	*!	*			*	*	*

Por serem restrições específicas dos tempos do futuro e do presente, respectivamente, as restrições ALINHE-SUFIXO(F) e *FIN(Pr) não estão presentes no *tableau* (86), já que não teriam efeito sobre os candidatos. A eliminação do candidato (86d) se dá com a violação de ALINHE-TEMA e RIGHTMOST, porque, além de não acentuar a vogal temática, o pé construído está a uma sílaba de distância da borda direita. Esse candidato também viola PrWd-RIGHT, pois o cabeça do pé não está alinhado com a borda direita e, por tratar-se de um monossílabo e uma sílaba não ser escandida, FTBIN e PARSE-σ também são violadas. O candidato (86c) incorre em apenas três violações: uma para SNONFINALITY, devido à escansão da sílaba final; outra para PrWd-RIGHT, visto que o cabeça do pé está distante uma sílaba da borda direita; e uma violação fatal para ALINHE-TEMA, pois a sílaba acentuada não contém a vogal temática. O candidato (86b) comete apenas duas violações, mas é eliminado por uma delas ser para uma das restrições mais altas: TROQUEU. Esse candidato constrói um pé iâmbico e assim, escande a sílaba final, o que leva também à violação de SNONFINALITY. O vencedor é o candidato (86a), que, apesar de violar três restrições, elas estão em uma posição mais baixa na hierarquia. As restrições mais altas são satisfeitas, pois a sílaba que contém a vogal temática é acentuada, o pé construído está na borda direita e esse pé é um troqueu.

Na análise de Lee (2007), não há nenhum *tableau* para tratar dos verbos do infinitivo, mas o verbo “cantar” também é utilizado por Piel (1944) para exemplificar um fator

importante da evolução morfológica. Segundo o autor, esse verbo pode ser usado com o valor de infinitivo, de infinitivo pessoal ou de futuro do conjuntivo, de modo que a origem dessas duas últimas acepções revela que determinados tempos e modos receberam novas funções. Essa afirmação corrobora com a importância da morfologia para a análise dos verbos e que vai além da TO. Para Camara Jr. (1980), as formas do infinitivo são as mais indefinidas do verbo e são as que resumem a sua significação da maneira mais ampla, sendo consideradas o nome do verbo. Mateus e d’Andrade (2000, p. 115) destacam a importância dos verbos do infinitivo na formação dos tempos do futuro, uma vez que a forma de infinitivo compõe o futuro e a ela “[...] são anexadas as marcas de tempo e pessoa”.

O mesmo ranqueamento proposto no *tableau* (86) também capta a acentuação dos verbos da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo da primeira conjugação, já que também recebem acento na vogal temática. Em (87), esses casos são representados pelo verbo “falei”.

(87) Verbo “falei” (/fal]_{raiz}e]_{tema}i/)

/fal+e+i/	ALINHE- TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd- RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x) ☞ a. fa.lei 				*		*	*
(. x) b. fa.lei \			*!	*			
(x .) c. fa.lei /	*!			*	*		
(x) d. fa.lei 	*!	*			*	*	*

A restrição ALINHE-TEMA, que é a mais alta da hierarquia, exige que a vogal temática seja acentuada. Por não cumprirem essa exigência, os candidatos (87c) e (87d) são os primeiros a serem eliminados. O candidato (87d) viola RIGHTMOST por não construir um pé na borda direita e, como o cabeça do pé não está alinhado com essa borda, incorre em uma

violação para PrWd-RIGHT. Além disso, o pé construído não é binário e uma sílaba não é escandida, o que não satisfaz as duas restrições mais baixas. Já o candidato (87c) constrói um troqueu canônico, mas esse tipo de pé não agrada SNONFINALITY e PrWd-RIGHT. O candidato (87b) satisfaz quase todas as restrições em jogo, porém, assegura a sua eliminação ao construir um pé iâmbico e violar TROQUEU. Por não violar as três restrições mais altas, o candidato (87a) é o vencedor.

A análise de Lee (2007) não traz exemplos de verbos da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo da primeira conjugação. Em Massini-Cagliari (2005, p. 211), a mesma hierarquia de restrições proposta para os verbos no infinitivo também “[...] vale para as formas da 1ª pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo na 1ª conjugação (ex. *cantei*) e para a 3ª pessoa do singular do mesmo tempo/modo, em todas as conjugações (ex. *cantou, defendeu, partiu*), que formam oxítonas terminadas em ditongos”. De acordo com as regras de acento, todos esses verbos são acentuados na vogal temática, o que, a nosso ver, justificaria melhor o fato de uma única hierarquia ser capaz de explicar a acentuação nesses casos, até porque o acento verbal leva em conta o condicionamento morfológico, independentemente de como as sílabas são constituídas.

Outros verbos que recebem acento na vogal temática são os da segunda pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, como “falastes”, “batestes” e “partistes”. Segundo Williams ([1938] 2001), esses verbos correspondem ao pretérito fraco do latim clássico, pois são acentuados na vogal temática. Apesar de estar na gramática e aparecer em todas as conjugações verbais, Camara Jr. (1980) afirma que a segunda pessoa do plural está em desuso no PB, visto que o pronome “vós” tem um rendimento mínimo na língua portuguesa. Mateus e d’Andrade (2000) sequer consideram a segunda pessoa do plural na descrição da morfologia verbal, por entenderem que esse pronome pessoal não faz parte de todos os dialetos.

Os verbos da segunda pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo estão representados no *tableau* (88) pelo verbo “falastes”.

(88) Verbo “falastes” (/fal]_{raiz}a]_{tema}stes/)

/fal+a+stes/	ALINHE-TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
☞ a. fa.las.tes (x .) 				*	*		*
b. fa.las.tes (. x) 		*!	*		*		*
c. fa.las.tes (x) 	*!			*		*	**

Em (88), a restrição ALINHE-TEMA elimina o candidato (88c), porque a vogal temática não é acentuada. Ademais, esse candidato constrói um pé monossilábico, que contém apenas a sílaba final, e duas sílabas não são escandidas, o que resulta em violações para SNONFINALITY, FTBIN e PARSE-σ. O candidato (88b) satisfaz ALINHE-TEMA, mas constrói um iambo a uma sílaba de distância da borda direita e é eliminado por violar RIGHTMOST e TROQUEU. As restrições PrWd-RIGHT e PARSE-σ também são violadas por esse candidato, visto que o cabeça do pé não está alinhado com a borda direita e uma sílaba não é escandida. Além dessas duas restrições, o candidato (88a) também viola SNONFINALITY, mas vence a competição porque o pé trocaico construído está perfeitamente alinhado com a borda direita e a vogal temática é acentuada, o que satisfaz as restrições mais altas e garante, assim, a vitória desse candidato.

A hierarquia do *tableau* (88) também opera em favor do acento na vogal temática em quase todas as pessoas dos tempos do passado, como nos verbos “falava”, “batia”, “partia”, “falamos”, “partiram”, “batêreis” e “falara”, conforme demonstrado em (89), tendo o verbo “falava” como exemplo.

(89) Verbo “falava” (/fal]_{raiz}**a**]_{tema}va/)

/fal+a+va/	ALINHE-TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
☞ a. ^(x .) fa.la.va ✓				*	*		*
b. ^(. x) fa.la.va ∨		*!	*		*		*
c. ^(x .) fa.la.va ✓	*!	*			**		*
d. ^(x) fa.la.va 	*!			*		*	**

Assim como aconteceu no *tableau* anterior, em (89), a restrição ALINHE-TEMA também elimina os candidatos que não acentuam a vogal temática. Nesse caso, trata-se de (89c) e (89d). Além de violar a restrição mais alta, o candidato (89d) comete outras quatro violações: uma para SNONFINALITY, pois a sílaba final é escandida; uma para FTBIN, porque o pé construído não é binário; e duas violações para PARSE-σ, por duas sílabas serem deixadas fora de um pé. O candidato (89c) também não satisfaz essa restrição, viola duas vezes PrWd-RIGHT, pelo fato de o cabeça do pé estar a duas sílabas de distância da borda direita, e, como o pé construído não está nessa borda, viola também RIGHTMOST. A violação dessa restrição colabora com a eliminação do candidato (89b), que, por construir um pé iâmbico a uma sílaba de distância da borda direita, viola ainda TROQUEU, PrWd-RIGHT e PARSE-σ. O candidato (89a) viola três restrições da hierarquia, mas, por satisfazer as mais altas, vence a disputa.

Nos verbos da primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito (ex.: “falávamos”, “batíamos”, “partíamos”), do pretérito mais-que-perfeito do indicativo (ex.: “faláramos”, “batêramos”, “partíramos”) e do pretérito imperfeito do subjuntivo (ex.: “falássemos”, “batêssemos”, “partíssemos”), todos obedecem à regra proposta por Bisol (1992, 1994), que torna a sílaba “mos” invisível para as regras de acento nos verbos. Camara Jr. (1980, p. 73) observa que o sufixo “mos” é indivisível e traz consigo o conceito da “cumulação”, pois, além da noção de plural, também carrega a noção de primeira pessoa gramatical, ou seja, o falante.

O *tableau* (90) representa todas essas formas verbais tendo como exemplo o verbo “faláramos”. Para dar conta da invisibilidade da última sílaba, a restrição SNONFINALITY exige que a sílaba final não seja escandida.

(90) Verbo “faláramos” (/fal]_{raiz}**a**]_{tema}ramos/)

/fal+a+ramos/	ALINHE-TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
$\begin{array}{c} (x \ .) \\ \text{a. fa.la.ra.mos} \\ \vee \end{array}$		*			**		**
$\begin{array}{c} (x \ .) \\ \text{b. fa.la.ra.mos} \\ \vee \end{array}$	*!			*	*		**
$\begin{array}{c} (. \ x) \\ \text{c. fa.la.ra.mos} \\ \vee \end{array}$		**!	*		**		**
$\begin{array}{c} (x) \\ \text{d. fa.la.ra.mos} \\ \end{array}$	*!			*		*	***

Diferentemente dos verbos do passado já apresentados, o *tableau* (90) trata dos verbos acentuados na antepenúltima sílaba. Como os candidatos (90b) e (90d) não acentuam a vogal temática, ambos são eliminados pela restrição ALINHE-TEMA, que é a mais alta da hierarquia. O candidato (90b) constrói um pé trocaico canônico na borda direita e deixa duas sílabas fora de um pé, o que resulta na violação de SNONFINALITY, PrWd-RIGHT e PARSE-σ. Já o candidato (90d) também viola SNONFINALITY e PARSE-σ, mas, por construir um pé monossilábico, viola a restrição FTBIN. O candidato (90c) viola quase todas as restrições da hierarquia, mas é eliminado porque a construção de um pé iâmbico a duas sílabas de distância da borda direita, viola duas das três restrições mais altas, ou seja, RIGHTMOST e TROQUEU. Embora viole RIGHTMOST, o candidato (90a) satisfaz TROQUEU, ALINHE-TEMA e SNONFINALITY, pois não escande a sílaba final e constrói um pé trocaico, cujo cabeça é a vogal temática.

Para os verbos da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo da segunda e da terceira conjugação, como “bati” e “parti”, as restrições envolvidas estão em (91), com o verbo “bati” exemplificando os verbos da segunda conjugação.

(91) Verbo “bati” (/bat]_{raiz}i]_{tema}/)

/bat+i/	ALINHE- TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd- RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x) ☞ a. ba.ti 				*		*	*
(. x) b. ba.ti ∨			*!	*			
(x .) c. ba.ti ∨	*!			*	*		

Em (91), todos os candidatos satisfazem RIGHTMOST e violam SNONFINALITY. O candidato (91c) deixa a competição por não acentuar a vogal temática, violando, assim, a restrição mais alta. Essa exigência é satisfeita pelo candidato (91b). Entretanto, o pé iâmbico construído na borda direita faz com que esse candidato viole TROQUEU e seja eliminado. O vencedor da competição é o candidato (91a), que satisfaz as três restrições mais altas e viola apenas as mais baixas.

De acordo com Lee (1994, p. 40), verbos como “bati”, que são acentuados na última sílaba, são casos marcados para o acento verbal, têm cabeça à direita e são representados na estrutura métrica por um iambo. Em um trabalho posterior, Lee (2007, p. 139) utiliza o verbo “perdi” como exemplo para mostrar o domínio da restrição PU⁵³ sobre TROQUEU e, assim, gerar o candidato ótimo “(perdí)”.

Massini-Cagliari (2005, p. 211-212), por sua vez, entende que formas como essas são mais complicadas do que os demais verbos dos tempos do passado. Com base nos verbos “parti” e “partia”, a autora propõe as restrições *HIATO e MAX(VT, des.)-Pret.⁵⁴ Essas

⁵³ Tratamos desta restrição na Seção 4.2.

⁵⁴ Segundo Massini-Cagliari (2005, p. 212), as formulações dessas restrições são as seguintes:

*HIATO: Hiato entre VT e V(desinência), nas formas “do pretérito”, são proibidos.

MAX(VT, des.)-Pret.: Maximize VT e V(desinência) nos verbos do “pretérito”. (= Não apague VT e V(desinência) nos verbos do “pretérito”).

restrições são ranqueadas acima de todas as outras na hierarquia e “[...] a forma ótima escolhida corresponde àquela que preserva as moras provenientes de ambas as vogais”. Os respectivos candidatos vencedores para os verbos citados são “par.(ti:)” e “par.(ti:a)”. No nosso entendimento, ao pensar no PB, esses candidatos são questionáveis para a forma de *output* por conterem uma vogal longa cada um. De fato, a inserção dessas restrições e o ranqueamento proposto pela autora geram tais candidatos, mas formas de *output* como essas não seriam as melhores alternativas no PB por não termos vogais longas.

A análise de Massini-Cagliari (2005) nos remete ao que Magalhães (2004) propôs para não-verbos como “café”, que é uma palavra oxítone terminada em sílaba leve. Segundo o autor, palavras como essa possuem um segmento abstrato na coda final e contam duas moras, o que gera o acento desse tipo de palavra. Tanto Magalhães (2004) quanto Massini-Cagliari (2005) consideram que o português, no caso o PB e o PA, respectivamente, são sensíveis ao peso silábico, portanto, ambos contam moras.

A interface entre a morfologia e a fonologia é mais evidente em exemplos que possuem um contraste acentual, visto que, em formas como “bate” e “bati”, “parte” e “parti”, as restrições de alinhamento exercem um papel fundamental para gerar o candidato correto como o vencedor, de acordo com cada tempo verbal. Vejamos em (92), a hierarquia de restrições para o verbo “bate”, cujo contraste foi apresentado em (91), com “bati”.

(92) Verbo “bate” (/bat]_{raiz}e/)

/bat+e/	*FIN(Pr)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
(x .) ☞ a. ba.te /				*	*		
(. x) b. ba.te \	*!		*	*			
(x) c. ba.te 	*!			*		*	*

Em (92), como os três candidatos escandem a sílaba final, todos violam SNONFINALITY. Para gerar o candidato correto nos tempos do presente, entra em cena a

restrição *FIN(Pr), que exige a atonicidade da sílaba final nesses verbos. Por não respeitarem a exigência dessa restrição, os candidatos (92b) e (92c) são eliminados. O candidato (92c) também viola FTBIN e PARSE- σ , porque o pé construído é um monossílabo e, por isso, uma sílaba não é escandida. Já o candidato (92b) constrói um pé iâmbico e viola TROQUEU. O candidato (92a) comete apenas duas violações, mas, por satisfazer as três restrições mais altas, garante a sua vitória.

Bisol (1992, 1994) e Lee (1994, 2007) não consideraram esses contrastes acentuais em seus trabalhos, talvez porque o objetivo desses autores era descrever o padrão de acento dos verbos e dos não-verbos de um modo geral e, no caso de Bisol (1992, 1994), sem contar com a TO. Para lidar com os verbos dos tempos do presente, Massini-Cagliari (2005, p. 215) formulou a restrição PCO(VT)-Pres., que tem a seguinte exigência: “sequências de VT + V(desinência) são proibidas nas formas do presente. (= Apague VT quando seguida de V(desinência) nas formas do presente)”. A autora explica que a atuação dessa restrição descarta “os *outputs* que contenham a vogal temática expressa nas formas do presente, ou seja, faz com que não sejam escolhidos *outputs* em que se forma uma sequência de duas vogais, a VT e uma V (desinência)”. Todavia, um contraste semelhante ao de “bate” e “bati” não é mencionado na análise da autora.

Em (93), o verbo “parti” representa as formas verbais da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo da terceira conjugação. As restrições envolvidas são as mesmas do *tableau* (91).

(93) Verbo “parti” (part]_{raiz}i]_{tema})

/part+i/	ALINHE- TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd- RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x) ☞ a. par.ti 				*		*	*
(. x) b. par.ti ∨			*!	*			
(x .) c. par.ti ∨	*!			*	*		

A exemplo do *tableau* (91), em (93), todos os candidatos constroem o pé na borda direita e escandem a sílaba final, um cenário que, respectivamente, satisfaz RIGHTMOST e viola SNONFINALITY. O candidato (93c) constrói um pé troqueu canônico, mas a vogal temática não é acentuada, o que resulta na violação de ALINHE-TEMA e na eliminação desse candidato. Além dessa violação, (93c) também não satisfaz PrWd-RIGHT, pois o cabeça do pé não está alinhado com a borda direita. Essa restrição é satisfeita pelo candidato (93b), porém, ao construir um iambo, comete uma violação fatal para TROQUEU e também deixa a competição. O candidato (93a) é o vencedor, pois constrói um pé troqueu na borda direita e acentua a vogal temática, satisfazendo, portanto, as três restrições mais altas.

Autores como Massini-Cagliari (2005) e Lee (2007) também consideram que, em verbos como “parti”,⁵⁵ a vogal acentuada é a vogal temática, de modo que as restrições – ALINHE (Tema, D, PrWd, D) e PU, respectivamente – que possuem essa exigência são altamente ranqueadas nesses dois trabalhos. Para Lee (1994), os verbos oxítonos terminados em vogal são casos marcados para o acento verbal.

O verbo “parti”, no *tableau* (93), contrasta com outro verbo dos tempos do presente. Em (94), a hierarquia proposta para o verbo “parte”, da primeira pessoa do singular do presente do indicativo e que é acentuado na vogal do radical, é a mesma do verbo “bate”, em (92).

(94) Verbo “parte” (/part]_{raiz}e/)

/part+e/	*FIN(Pr)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd- RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x .) ☞ a. par.te /				*	*		
(. x) b. par.te \	*!		*	*			
(x) c. par.te 		*!			*	*	*

⁵⁵ Lee (2007, p. 139) utilizou o verbo “perdi” como exemplo.

Assim como ocorreu em (92), no *tableau* (94), a restrição *FIN(Pr) elimina o candidato que acentua a sílaba final. Nesse caso, trata-se do candidato (94b), que ainda viola TROQUEU, por construir um iambo, e SNONFINALITY, por escandir a última sílaba. A restrição *FIN(Pr) é satisfeita por (94a) e (94c), mas o candidato (94c) constrói um pé degenerado a uma sílaba de distância da borda direita, o que leva à violação de RIGHTMOST e à sua eliminação. O candidato (94a) constrói um pé troqueu canônico na borda direita e acentua a vogal do radical, o que satisfaz as três restrições mais altas e, assim, vence a competição.

Ainda sobre os verbos do presente do indicativo, a hierarquia proposta nos *tableaux* (92) e (94) capta o acento da segunda pessoa do singular, como em “falas”, “batas” e “partas”. A existência desse *tableau* se justifica para mostrarmos a irrelevância da estrutura silábica na atribuição de acento dos verbos, visto que o fato de o verbo terminar em consoante (no caso, S), não faz diferença para a vitória do candidato correto.

(95) Verbo “falas” (/fal]_{raiz}as/)

/fal+as/	*FIN(Pr)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd- RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x .) ☞ a. fa.las /				*	*		
(. x) b. fa.las \	*!		*	*			
(x) c. fa.las 	*!			*		*	*

Em (95), todos os candidatos satisfazem RIGHTMOST e violam SNONFINALITY, porque constroem um pé na borda direita e, assim, escandem a sílaba final. A restrição *FIN(Pr) elimina os candidatos (95b) e (95c). Esse candidato também viola as duas restrições mais baixas da hierarquia, pois constrói um pé degenerado e deixa uma sílaba sem escandir. Por construir um iambo, o candidato (95b) não satisfaz a exigência de TROQUEU e incorre em uma violação para essa restrição. O candidato (95a) viola PrWd-RIGHT, mas, como constrói um pé troqueu canônico na borda direita, satisfaz as restrições mais altas e vence a disputa.

De acordo com Piel (1944), verbos como “falas” são formas fortes por serem acentuados na vogal do radical. Massini-Cagliari (2005) afirma que, em várias formas verbais do PA, dentre elas a segunda pessoa do singular do presente do indicativo, as desinências nunca recebem acento. Essa observação leva a autora a propor uma estipulação para marcar a extrametricidade em consoantes que possuem *status* de flexão na coda final.

Sobre os verbos dos tempos do futuro, todos os trabalhos que apresentamos nesta tese são unânimes no reconhecimento de que essas formas verbais diferem das demais, devido a sua complexidade. Pereira (1999) destaca que o comportamento acentual desses verbos é diferente, porque a sílaba acentuada está localizada no morfema de tempo-modo-aspecto. Além dessa diferença, a discussão sobre considerar as formas futuras como simples ou compostas ainda persiste na literatura. Neste trabalho, seguindo as propostas de Bisol (1992, 1994), Massini-Cagliari (2006) e Borges (2008), consideramos os verbos futuros como palavras compostas, que, na escrita, tornam-se palavras aglutinadas, devido à atuação da Regra Final. Desse modo, permanece apenas o acento da borda direita, que é o acento principal. Na TO, as restrições que dão conta desses fatos são ALINHE-SUFIXO(F) e RIGHTMOST. Vejamos, em (96), a hierarquia proposta para verbos como “baterei”, da primeira pessoa do singular do futuro do presente do indicativo.

(96) Verbo “baterei” (/bat]_{raiz}e]_{tema}rei/)

/bat+e+rei/	ALINHE-SUF(F)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
(x) ☞ a. ba.te.rei 				*		*	**
(. x) b. ba.te.rei \			*!	*			*
(x .) c. ba.te.rei /	*!			*	*		*
(x .) d. ba.te.rei /	*!	*			**		*

Para dar conta do acento dos verbos futuros, a presença de ALINHE-SUF(F) é fundamental para garantir que a primeira vogal do sufixo flexional seja acentuada. Essa exigência não é cumprida pelos candidatos (96c) e (96d), que são os primeiros a deixar a competição. O candidato (96d) constrói um pé trocaico na borda esquerda e deixa a sílaba final fora de um pé, o que resulta na satisfação de TROQUEU, SNONFINALITY e FTBIN, mas, também, na violação de todas as outras restrições, incluindo RIGHTMOST. O candidato (96c) constrói um troqueu canônico na borda direita, satisfaz duas restrições mais altas, mas, além de não acentuar a vogal inicial da desinência de futuro, incorre em mais três violações para SNONFINALITY, PrWd-RIGHT e PARSE- σ . Restam, então, apenas os candidatos (96a) e (96b). Embora sejam estruturalmente parecidos e violem SNONFINALITY e PARSE- σ , o pé construído pelo candidato (96b) é um iambo, o que resulta na violação de TROQUEU e garante a vitória do candidato (96a).

Muitos verbos do futuro do pretérito do indicativo têm um hiato na sílaba final, como “falariam”, “bateriam” e “partiriam”, exemplificados, em (97), pelo verbo “bateria”.

(97) Verbo “bateria” (/bat]_{raiz}e]_{tema}ria/)

/bat+e+ria/	ALINHE-SUF(F)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x .) ☞ a. ba.te.ri.a 				*	*		**
(x) b. ba.te.ri.a 		*!			*	*	***
(. x) c. ba.te.ri.a 		*!	*		*		**
(x .) d. ba.te.ri.a 	*!	**			***		**

As restrições PrWd-RIGHT e PARSE- σ são violadas por todos os candidatos em (97). Além de violar ALINHE-SUF(F), o candidato (97d) também não satisfaz RIGHTMOST e é eliminado. No caso de (97c), a vogal inicial da desinência de futuro é acentuada, mas o pé

iâmbico construído a uma sílaba de distância da borda direita resulta na violação tanto de RIGHTMOST quanto de TROQUEU e na eliminação desse candidato. O candidato (97b) satisfaz ALINHE-SUF(F) e TROQUEU, mas é eliminado ao violar RIGHTMOST, pois o pé construído não está na borda direita. Apesar de violar SNONFINALITY, PrWd-RIGHT e PARSE- σ , o candidato (97a) constrói um pé troqueu canônico na borda direita e acentua a primeira vogal do sufixo flexional de futuro, o que satisfaz as três restrições mais altas e resulta na vitória desse candidato.

O mesmo ranqueamento apresentado em (97) também capta o acento dos verbos da primeira pessoa do plural do futuro do presente, como “falaremos”, “bateremos” e “partiremos”.

(98) Verbo “falaremos” (/fal]_{raiza}]_{tema}remos/)

/fal+a+remos/	ALINHE-SUF(F)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x .) ☞ a. fa.la.re.mos /				*	*		**
(. x) b. fa.la.re.mos \		*!	*		*		**
(x .) c. fa.la.re.mos /	*!	*			**		**
(x) d. fa.la.re.mos 	*!			*		*	***

Os candidatos (98d) e (98c) não acentuam a vogal inicial do sufixo flexional e, por violarem ALINHE-SUF(F), deixam a competição. No caso de (98d), o pé degenerado construído na borda direita gera cinco violações, uma para SNONFINALITY, uma para FTBIN e três para PARSE- σ , que, por sua vez, é violada por todos os candidatos. O candidato (98c) satisfaz TROQUEU e SNONFINALITY, já que a sílaba final não é escandida, mas comete muitas violações, incluindo uma para RIGHTMOST. Os candidatos (98a) e (98b) acentuam a primeira

vogal da desinência de futuro, porém, (98a) satisfaz as três restrições mais altas e vence a disputa, ao passo que (98b) viola RIGHTMOST e TROQUEU e é eliminado.

Quanto aos verbos da primeira pessoa do plural do futuro do pretérito (ex.: “falaríamos”, “bateríamos” e “partiríamos”), a hierarquia que capta o acento dessas formas verbais está em (99):

(99) Verbo “falaríamos” (/fal]_{raiz}a]_{tema}riamos/)

/fal+a+riamos/	ALINHE-SUF(F)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
(x .) ☞ a. fa.la.ri.a.mos /		*			**		***
(. x) b. fa.la.ri.a.mos \		**!	*		**		***
(x) c. fa.la.ri.a.mos 	*!	*			*	*	****
(x .) d. fa.la.ri.a.mos /	*!			*	*		***
(. x) e. fa.la.ri.a.mos \	*!		*	*			***

A restrição PARSE-σ é violada várias vezes por todos os candidatos no *tableau* (99). Quatro dos cinco candidatos violam PrWd-RIGHT e três não satisfazem RIGHTMOST, que é uma das restrições mais altas. Os candidatos (99c), (99d) e (99e) violam ALINHE-SUF(F) e deixam a competição. Esse candidato também incorre em uma violação para TROQUEU, já que constrói um pé iâmbico, e uma para SNONFINALITY, por escandir a sílaba final. O candidato (99d) tem uma trajetória parecida com a de (99e), mas, embora satisfaça TROQUEU, viola PrWd-RIGHT. O candidato (99c) satisfaz TROQUEU e SNONFINALITY, mas a custo de violar RIGHTMOST. Sobre o candidato (99b), além de construir o pé cabeça a duas sílabas de distância da borda direita, esse pé é um iambo, ao passo que o candidato (99a) constrói um pé

trocaico distante apenas uma sílaba da borda direita da palavra, acentua a vogal inicial da desinência de futuro e vence a competição.

Por fim, apresentamos o contraste acentual entre “partirá” e “partira”. Contrastes como esse e os demais já apresentados neste trabalho (entre “bati” e “bate” e entre “parti” e “parte”) são, segundo Mateus e d’Andrade (2000), argumentos que indicam que o português não é uma língua sensível ao peso silábico, mas também ressaltam a relevância da informação morfológica para distinguir tempos verbais. No *tableau* (100), utilizamos como exemplo o verbo “partirá”, da terceira pessoa do singular do futuro do presente do indicativo.

(100) Verbo *partirá* (part]_{raiz}i]_{tema}ra)

/part+i+ra/	ALINHE-SUF(F)	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE-σ
☞ a. par.ti.ra (x)				*		*	**
b. par.ti.ra (x .)	*!			*	*		*
c. par.ti.ra (. x)			*!	*			*
d. par.ti.ra (x .)	*!	*			**		*

Esta hierarquia é a mesma proposta para o verbo “baterei”, no *tableau* (96), visto que ambos pertencem ao mesmo tempo verbal e devem ser acentuados na vogal inicial da desinência de futuro. Os candidatos (100b) e (100d) não atendem essa exigência e são eliminados da competição. Esses dois candidatos também violam PrWd-RIGHT e PARSE-σ, que, neste *tableau*, não é satisfeita por nenhum dos candidatos. Além dessas violações, o candidato (100d) não constrói um pé na borda direita e viola RIGHTMOST. O candidato (100c) satisfaz duas das três restrições mais altas, mas constrói um pé iâmbico na borda direita e é eliminado por TROQUEU. A vitória é do candidato (100a), que constrói um pé degenerado na borda direita e acentua a primeira vogal do sufixo flexional.

Em (101), o verbo “partira” exemplifica as formas verbais do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, da primeira e da terceira pessoas do singular. Tanto “partirá” quanto “partira” pertencem à terceira conjugação, mas os contrastes acentuais também ocorrem com verbos da primeira (ex.: “falará” e “falara”) e da segunda conjugação (ex.: “baterá” e “batera”).

(101) Verbo *partira* ($\text{part}]_{\text{raiz}}\text{I}]_{\text{tema}}\text{ra}$)

/part+i+ra/	ALINHE-TEMA	RIGHTMOST	TROQUEU	SNON FINALITY	PrWd-RIGHT	FTBIN	PARSE- σ
(x .) ☞ a. par.ti.ra /				*	*		*
(. x) b. par.ti.ra \		*!	*		*		*
(x) c. par.ti.ra 	*!			*		*	**

A hierarquia proposta para os verbos “falastes”, em (88), e “falava”, em (89), é a mesma que capta o acento de verbos como “partira”, uma vez que ambos são acentuados na vogal temática. A restrição PARSE- σ é violada por todos os candidatos em (101), mas não interfere no resultado. O candidato (101b) satisfaz a restrição mais alta, já que acentua a vogal temática, porém, constrói um pé iâmbico a uma sílaba de distância da borda direita e é eliminado por violar RIGHTMOST e TROQUEU. Os candidatos (101a) e (101c) satisfazem a restrição RIGHTMOST, mas, por construir um pé degenerado e não acentuar a vogal temática, (101c) viola ALINHE-TEMA e deixa a competição. O candidato (101a) viola SNONFINALITY e PrWd-RIGHT, mas vence a disputa, porque o pé troqueu canônico construído na borda direita contém a vogal temática acentuada.

Na seção seguinte, tecemos as considerações referentes a este capítulo.

4.3 Considerações finais do Capítulo 4

Embora a análise tenha sido feita apenas com verbos regulares, é importante ressaltar que os verbos denominados, em geral, de irregulares, também apresentam uma regularidade.

Segundo Camara Jr. (1980, p. 111), “o que nossas gramáticas alinham, em ordem alfabética, como “verbos irregulares”, deve ser entendido como um desvio do padrão geral morfológico, que não deixa de ser “regular”, no sentido de que é suscetível a uma padronização também”. O autor afirma que “em princípio, a “irregularidade” pode-se referir ao sufixo flexional [...]. A mudança no radical é que é verdadeiramente importante e cria uma série de padrões morfológicos verbais”. Além disso, “concomitantemente há constantes supressões da vogal temática”.

Para Mattos e Silva (2015, p. 129), a única diferença entre os verbos regulares e os irregulares está no fato de que os verbos irregulares ou de “padrão especial”, como são chamados pela autora, são caracterizados por uma variação no lexema. Um dos subgrupos de verbos irregulares citados pela autora contém: “dizer”, “trazer”, “fazer”, “haver”, “ter”, “vir”, “pôr”, “ver”, “estar”, “poder”, “jazer”, “querer”, “ir” e “ser”. Com base nas regras de acento descritas na Seção 4.1, no verbo “vir”, por exemplo, nos tempos do passado, o acento (em negrito e sublinhado) recai na vogal imediatamente seguinte à da raiz: “**vieste**”, “**viemos**”, “**viera**”, “**vieramos**”, “**vieram**”; nos tempos do futuro, a primeira vogal da desinência de futuro é acentuada: “**viria**”, “**viriamos**”, “**virieis**”, “**virei**”, “**vira**”, “**viremos**”; nos tempos do presente, a penúltima sílaba recebe o acento: “**venho**”, “**vimos**”, “**vindes**”, “**venha**”, “**venhamos**”, “**venham**”.

Mattos e Silva (2015, p. 131-132) chama a atenção para o fato de que, embora em alguns casos, a acentuação desses verbos pareça diferir do padrão regular, os vários tipos de variação no lexema – como a “[...] variação na consoante final do lexema ou seu apagamento”, a “[...] variação travamento nasal/vibrante no final do lexema” e a “[...] variação na consoante que trava o lexema” – provocam uma série de processos que resultam nas formas irregulares que conhecemos. Um exemplo do segundo tipo (variação travamento nasal/vibrante no fim do lexema) é a crase que fundiu vogais etimológicas nos verbos *têêr* e *vĩir*, no PA, para “ter” e “vir”, no PB.

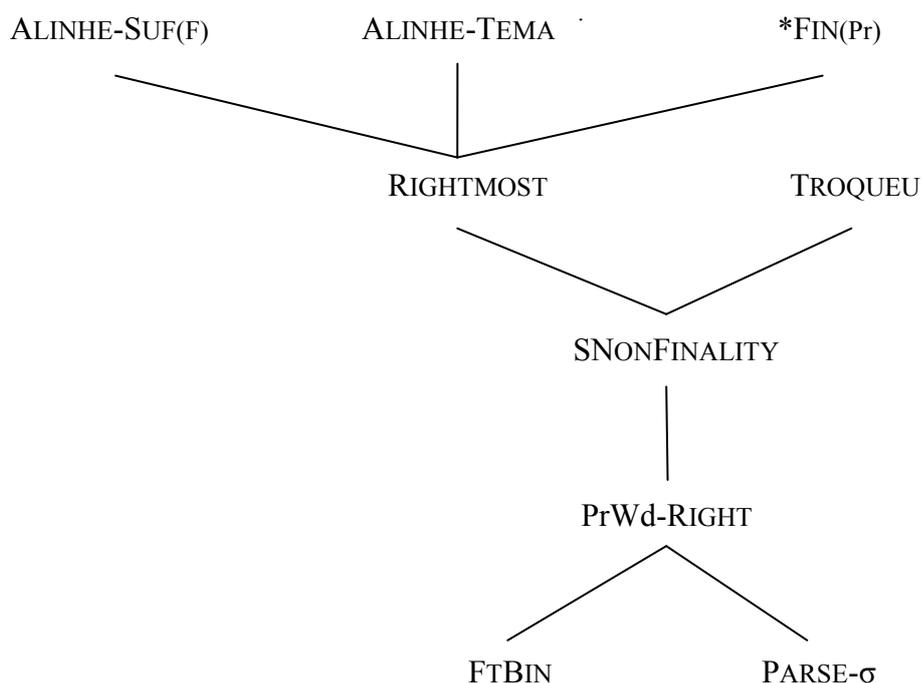
Conforme demonstramos na Seção 4.1, o acento nos verbos é previsível, pois cada tempo verbal tem a sua acentuação própria. Ademais, segundo Pereira (1999), o acento verbal faz referência explícita ao contexto morfológico, já que depende das características acentuais dos morfemas flexionais para determinar a sua posição. Desse modo, a posição das restrições morfológicas no topo da hierarquia reforça a importância do condicionamento morfológico para atribuir o acento aos verbos e, assim, garantir que o paradigma de cada tempo verbal seja respeitado. Na hierarquia de restrições, a interação entre restrições fonológicas e morfológicas, portanto, garante que os verbos sejam acentuados levando em conta tanto a

morfologia como a fonologia. As restrições morfológicas aparecem sob a forma de restrições de alinhamento e, nesta análise, atuam para dar conta das particularidades dos tempos verbais: ALINHE-SUFIXO(Futuro) requer que a primeira vogal da desinência de futuro seja acentuada; ALINHE-TEMA exige que o acento recaia na vogal temática e *FINALIDADE(Presente) atua apenas no presente do indicativo e no presente do subjuntivo para garantir a atonicidade da sílaba final.

Como o troqueu é o pé canônico do acento dos verbos, assim como também é nos não-verbos (MAGALHÃES, 2004, 2010), a restrição TROQUEU é altamente ranqueada na hierarquia, juntamente com RIGHTMOST. Ambas atuam em conjunto para que um pé trocaico seja construído na borda direita da palavra, que é o padrão da maioria dos verbos. Em conflito com essas duas restrições está SNONFINALITY, cuja exigência é de que a sílaba final não seja escandida. PrWd-RIGHT vem abaixo dessa restrição na hierarquia e requer que o cabeça do pé esteja na borda direita da palavra prosódica. As restrições mais baixas, e não menos importantes, são FTBIN e PARSE- σ , pois nem sempre o melhor candidato constrói um pé binário e a escansão das sílabas é não-iterativa, ou seja, um único pé é construído e para-se nele.

Por fim, para cumprir um dos objetivos deste estudo, a análise que desenvolvemos neste capítulo nos permitiu gerar, em (102), a gramática de restrições e, em (103), a hierarquia de restrições do acento dos verbos no português brasileiro.

(102) Gramática de restrições proposta para o acento verbal no PB



(103) Hierarquia de restrições proposta para o acento verbal no PB

ALINHE-SUF(F), ALINHE-TEMA, *FIN(Pr) >> RIGHTMOST, TROQUEU >>
 SNONFINALITY >> PrWd-RIGHT >> FTBIN, PARSE- σ .

Ao comparar a hierarquia em (103) com a que foi proposta por Magalhães (2010) para os não-verbos do PB (DEP >> STRESSFAITH, RIGHTMOST, *SHARED μ -WEAK >> PrWd-RIGHT, GRID- μ HEAD >> PARSE- σ , PROJOST, μ -PROJ >> *SHARED- μ), podemos notar algumas diferenças. Na proposta do autor, predominam as restrições que se referem à mora e, como não há referência à extrametricidade, a restrição STRESSFAITH é altamente ranqueada para que o acento do *input* seja preservado no *output*. Além disso, das restrições que fazem parte da hierarquia do acento dos não-verbos, apenas três estão na hierarquia referente ao acento verbal, a saber: RIGHTMOST, PrWd-RIGHT e PARSE- σ .

A seguir, apresentamos as considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acento primário dos verbos no PB foi o ponto de partida deste estudo para que pudéssemos desenvolver uma análise no âmbito da Fonologia Métrica e da TO e, assim, propormos uma gramática de restrições para o sistema verbal do português brasileiro. Para alcançar esse objetivo, nos pautamos, principalmente, nos trabalhos de Magalhães (2004, 2010) sobre o acento não-verbal no PB.

Para entender a acentuação que temos hoje, consultamos autores que trataram de outras fases anteriores ao português brasileiro. Alguns desses trabalhos resultaram no primeiro capítulo desta tese, quando fizemos um percurso histórico passando pelo latim e pelo PA, até chegar à língua que conhecemos e utilizamos atualmente. No Capítulo 1, apresentamos os trabalhos de Williams ([1938] 2001), Piel (1944), Camara Jr. (1975, 1980) e Mateus e d'Andrade (2000), com destaque ao que os autores abordam sobre o acento, além de uma seção dedicada aos verbos dos tempos do futuro.

O acento verbal em português foi tratado no Capítulo 2, com a apresentação dos trabalhos de Mateus (1983), Bisol (1992, 1994), Lee (1994, 1995), Massini-Cagliari (1995, 1999), Pereira (1999) e Wetzels (2007). Todos esses estudos contemplam a descrição e, em alguns casos, algum tipo de análise sobre o acento verbal e o não-verbal. Assim, tivemos como principal objetivo tratar do acento dos verbos, por meio da TO interagindo com elementos basilares da Fonologia Métrica e tendo como norte a análise de Magalhães (2004) para os não-verbos. Essas teorias tiveram seus pontos principais apresentados no Capítulo 3.

No Capítulo 4, apresentamos a nossa proposta de caracterização métrica, através de parâmetros, e a análise pela TO que gerou a gramática de restrições para o sistema verbal do PB, no que se refere ao acento. No que tange às hipóteses que tínhamos no início deste estudo, podemos afirmar que, com base nos resultados que obtivemos, todas se confirmaram. Isso porque, de fato, a estrutura interna da sílaba não teve nenhuma relevância para o acento verbal, logo, o peso silábico não importa para os verbos. Como a maioria dos verbos do PB é paroxítona e o peso silábico não foi relevante para a acentuação verbal, outra hipótese foi confirmada, a de que o pé canônico dessa categoria lexical é o troqueu silábico.

Embora haja um consenso de que a maioria dos verbos seja paroxítona, há casos em que o acento precisa se deslocar para evitar que duas formas verbais de tempos diferentes tenham a mesma pronúncia, como em “batera” (da primeira e da terceira pessoas do singular do pretérito mais-que-perfeito do indicativo) com acento paroxítono e “baterá” (da terceira pessoa do singular do futuro do presente do indicativo) com acento oxítono. Esse tipo de

deslocamento representa um dos exemplos de contrastes acentuais que apresentamos nos *tableaux* e parece ser a melhor opção para o acento, visto que não há muitos casos de verbos acentuados na antepenúltima sílaba. Ademais, os contrastes demonstram a interação entre a morfologia e a fonologia, que é representada pela presença das restrições de alinhamento na hierarquia. Como vimos na análise, as restrições ALINHE-SUF(F), ALINHE-TEMA e *FIN(Pr) estão no topo da hierarquia e mostraram-se essenciais para captar o acento verbal. Nesse sentido, confirmamos outras duas hipóteses: uma que considera a importância das restrições de alinhamento para a análise e outra que reconhece a relevância das informações morfológicas para o acento dos verbos.

Além das hipóteses, também formulamos algumas perguntas para serem respondidas ao término desta pesquisa. Na primeira pergunta, questionamos qual seria o papel das restrições morfológicas na análise do acento verbal. A análise mostrou que esse papel é fundamental, porque, além de demonstrarem a interface morfologia-fonologia, essas restrições estão altamente ranqueadas na hierarquia para garantir a posição correta do acento de acordo com cada tempo verbal. Além disso, asseguram que a localização do acento ocorra no contexto morfológico adequado ao tempo verbal analisado.

Pensando numa comparação com os não-verbos, na segunda pergunta, queríamos saber se, caso o verbo terminasse em vogal, o acento seria paroxítono e se terminasse em consoante, seria oxítono, como nos não-verbos. Vimos que os verbos não seguem esse paradigma, porque cada tempo verbal tem a sua acentuação previsível e há morfemas flexionais que são átonos por natureza, além do fato de que a constituição da sílaba não é levada em conta pelos verbos.

Como Magalhães (2004) descarta a extrametricidade da sua análise e apresenta a restrição STRESSFAITHFULNESS para dar conta dos não-verbos acentuados na antepenúltima sílaba, perguntamos se também haveria algum tratamento especial para os verbos proparoxítonos. No caso dos verbos, a análise mostrou que, para dar conta da extrametricidade da sílaba final, entra em cena a restrição SNONFINALITY, que exige que a sílaba final não seja escandida, e que esses verbos seguem os padrões de acentuação do tempo verbal ao qual pertencem.

No que se refere à extrametricidade, aventamos a possibilidade de explicar os casos que Bisol (1992, 1994) atribui a esse recurso sem utilizá-lo ou diminuindo o seu uso. No entanto, pelo fato de a extrametricidade verbal ser atribuída por uma regra específica, não encontramos meios para diminuir o seu uso e a possibilidade de não empregar esse recurso não foi superada por uma alternativa melhor. Assim, tanto a sílaba final quanto apenas a

consoante final, ou seja, *N* ou *S*, podem ser extramétricas, dependendo do tempo verbal e da pessoa do verbo.

Uma das perguntas mais complexas que fizemos referia-se sobre como tratar as formas verbais dos tempos do futuro, se sintéticas (simples) ou analíticas (perifrásticas ou compostas), e, por isso, dedicamos uma seção inteira da tese apenas para esses verbos. A partir dos estudos de Massini-Cagliari (2006) e Borges (2008), justificamos a classificação dessas formas verbais como compostas, visto que, apesar da presença de mesóclises ser cada vez mais rara, mesmo na língua escrita, o surgimento de novas perífrases, como “vou fazer”, reforça a ideia de que a consciência do caráter composto dessas formas ainda permanece. Em relação a TO, a hierarquia de restrições proposta também gera candidatos que preservam apenas um acento principal, de modo que vence aquele acentuado mais à direita, como requer a Regra Final. Essa regra torna formas literalmente compostas (por duas palavras e por dois acentos) em formas aglutinadas (com uma palavra e um único acento).

Duas perguntas que fizemos têm em comum a unificação ou não das regras de acento para verbos e para não-verbos. Assim, questionamos se a regra que atribui acento é a mesma para verbos e não-verbos, como entende Bisol (1992, 1994); se o que muda é só o domínio de aplicação ou se temos duas regras, como afirma Lee (1994, 1995). Para Lee (1995), o domínio de aplicação da regra de acento dos não-verbos é o radical derivacional, que está no nível α . Nos verbos, o domínio é a palavra, que está no nível β . Pereira (1999) também entende que o domínio de atribuição do acento nos verbos é a palavra, pois diferentemente dos não-verbos, cuja acentuação envolve apenas os radicais, nos verbos, a VT e os sufixos flexionais têm um papel fundamental na atribuição do acento.

Ainda que esta análise considere o troqueu silábico como o pé canônico da acentuação verbal e outras análises, como a de Bisol (1992, 1994) e a de Magalhães (2004, 2010), considerem o troqueu mórico como o padrão, ambos são pés com cabeça à esquerda e que diferem muito pouco entre si. Portanto, concordamos com esses autores com relação ao fato de que o que muda é apenas o domínio de aplicação de uma única regra de acento. Há visões diferentes, como a de Lee (1994, 1995), que, em alguns casos, também considera o pé iâmbico, mas essa abordagem pode ter o custo de perder em simplicidade, por ter mais regras e, conseqüentemente, mais de um tipo de pé para gerar os padrões corretos de acento.

Na última pergunta que fizemos, estávamos interessados em saber se, considerando o sistema de acento verbal, o PB é ou não uma língua sensível ao peso silábico. Se considerarmos apenas o sistema verbal, de acordo com a análise que fizemos, o PB é insensível ao peso silábico. No entanto, se levarmos verbos e não-verbos em consideração, é

perceptível uma divisão entre essas duas classes de palavra no que diz respeito ao peso. Trabalhos como o de Magalhães (2004), por exemplo, afirmam que a constituição da sílaba é relevante para a atribuição do acento nos não-verbos. Nos verbos, a atribuição do acento ocorre independentemente do peso da sílaba.

Portanto, considerando apenas os verbos, o PB não é uma língua sensível ao peso silábico, mas ao considerar verbos e não-verbos, podemos pressupor que o PB seja uma língua parcialmente sensível ao peso, pois essas duas categorias lexicais têm comportamentos diferentes quando se trata de considerar a constituição silábica na atribuição do acento. Essa afirmação é plausível, uma vez que, para Alber (1997), há línguas que se comportam dessa forma. Segundo a autora, em geral, a sensibilidade ao peso é entendida como um parâmetro, mas Alber (1997) chama a atenção para línguas que são parcialmente sensíveis ao peso e cuja ideia de parâmetro é problemática. Assim, em sua proposta, considerar a sensibilidade ao peso como um parâmetro não é adequada e muito menos necessária. Embora essa questão de se o PB é ou não sensível ao peso silábico ainda gera debates na literatura, não é nossa intenção esgotar o assunto, mas, sim, em pensarmos na possibilidade de se ter um sistema misto, que não se encaixe em uma única classificação.

Por fim, acreditamos que essa pesquisa vai enriquecer os estudos morfofonológicos do português brasileiro, bem como contribuir para a história da língua portuguesa, e esperamos que possa ser somado, sobretudo, para a ampliação dos estudos que tratam tanto da morfologia quanto da fonologia do PB.

REFERÊNCIAS

- ALBER, B. Quantity sensitivity as the result of constraint interaction. In: Booij, G.; van de Weijer, J. (eds.). *Phonology in Progress – Progress in Phonology*. **HIL Phonology Papers III**, p. 1-45. The Hague: Holland Academic Press, 1997. Disponível em: <http://roa.rutgers.edu/>, ROA-310, Acesso em 01 jun. 2018.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 22. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.
- BISOL, L. O acento e o pé métrico binário. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 22, p. 69-80, jan./jun. 1992.
- BISOL, L. O acento e o pé binário. **Letras de Hoje**, v. 29, n. 4, p. 25-36, dez. 1994.
- BISOL, L. Fonologia Lexical. In: BISOL, L. (Org.). **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 83-100, 2005.
- BORGES, P. R. **Estrutura morfofonológica das formas futuras nas Cantigas de Santa Maria**. Araraquara: FCL/UNESP. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), 2008. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/1565.pdf, Acesso em 01 jun. 2018.
- CAGLIARI, L. C. **Acento em Português**. Coleção Espiral, vol. 4. Série Linguística. Campinas: edição do autor, 1999.
- CAMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, Prolivro, 1975.
- CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. [1ª edição: 1970]
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English**. New York: Harper e Row, 1968.
- COLLISCHONN, G. O acento em português. In: BISOL, L. (Org.). **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 135-169, 2005.
- HALLE, M.; IDSARDI, W. General properties of stress and metrical structure. In: GOLDSMITH, J. (Org.). **The Handbook of Phonological Theory**. London: Blackwell, p. 403-443, 1995.
- HALLE, M.; VERGNAUD, J. R. **An essay on stress**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.
- HAYES, B. **A Metrical Theory of Stress Rules**, Indiana University Linguistics Club, Bloomington, Indiana, 1981.
- HAYES, B. **Metrical Stress Theory: Principles and Case Studies**. Los Angeles, University of California, 1991.

HAYES, B. **Metrical Stress Theory: Principles and Case Studies**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HYDE, B. **Metrical and Prosodic Structure in Optimality Theory**. PhD dissertation, Rutgers University, New Brunswick, New Jersey, 2001. Disponível em: <http://roa.rutgers.edu/>, ROA-476, Acesso em 01 jun. 2018.

IDSARDI, W. **The Computation of Prosody**. Dissertação de doutoramento. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1992.

ITÔ, J. **Syllable Theory in Prosodic Phonology**. PhD dissertation, University of Massachusetts, 1986.

KAGER, R. A metrical theory of stress and destressing in English and Dutch. In: **Linguistic Model 14**. Dordrecht: Foris, 1989.

KAGER, R. **Optimality Theory**. Cambridge University Press, 1999.

KEHDI, V. **Morfemas do português**. Série Princípios. 6. ed. São Paulo: Ática. 2000.

LAROCA, M. N. de C. **Manual de morfologia do português**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, Juiz de Fora, MG, UFJF, 2001.

LEE, S. H. A regra do acento do português: outra alternativa. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 37-42, dez. 1994.

LEE, S. H. **Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil**. 1995. 201 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LEE, S. H. O acento primário no português: uma análise unificada na teoria da otimalidade. In: ARAÚJO, G. A. de (Org.). **O acento em português: abordagens fonológicas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 121-143, 2007.

LIBERMAN, M. **The Intonational System of English**, doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge. [Distributed by Indiana University Linguistics Club Bloomington], 1975.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, Mass., v. 8, p. 249-336, 1977.

LIGHTFOOT, D. W. **How to set parameters: arguments from language change**. MIT Press, 1991.

MAGALHÃES, J. S. de. **O plano multidimensional do acento na teoria da Otimalidade**. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MAGALHÃES, J. S. de. Acento. In: BISOL, L.; SCHWINDT, L. C. (Orgs.). **Teoria da Otimalidade: Fonologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 93-134, 2010.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Cantigas de amigo**: do ritmo poético ao linguístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em português. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas: Unicamp, 1995.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Do poético ao linguístico no ritmo** dos trovadores: três momentos da história do acento. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. **A música na fala dos trovadores**: Estudos de prosódia do Português Arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas. 2005. 348 f. Tese (Livre-Docência em Fonologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2005.

MASSINI-CAGLIARI, G. Sobre o *status* morfofonológico e prosódico das formas verbais de Futuro em Português Arcaico. **Estudos da Língua(gem)**. Questões de Fonética e Fonologia: uma Homenagem a Luiz Carlos Cagliari. Vitória da Conquista, n. 3, p. 91-104, jun. 2006. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/36/74>, Acesso em 01 jun. 2018.

MATEUS, M. H. M.; O acento de palavra em português: uma nova proposta. **Boletim de Filologia**. Lisboa, Tomo XXVIII, p. 1-19, 1983.

MATEUS, M. H. M.; D'ANDRADE, E. **The Phonology of Portuguese**. Oxford, University Press, 2000.

MATTOS e SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

McCARTHY, J. J. **Doing Optimality Theory**: applying theory to data. Blackwell Publishing, 2008.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. Generalized Alignment. In: BOOJ, G; VAN MARLE, J. (Eds.). **Yearbook of Morphology**, 1993. Dordrecht: Kluwer, 1993a. p. 79-153.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. **Prosodic Morphology I**: constraint interaction and satisfaction. University of Massachusetts, Amherst and Rutgers University, 1993b.

MOHANAN, K. P. **The Theory of Lexical Phonology**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

OTHERO, G. de A. Isaac Asimov e a Teoria da Otimidade. In: **Revista Linguagem**, 2009. Disponível em: http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/artigos_othero.php, Acesso em 01 jun. 2018.

PEREIRA, M. I. P. **O acento da palavra em português**: uma análise métrica. 1999. 286 f. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

PIEL, J. M. A flexão verbal do português (Estudo de Morfologia Histórica). In: **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. BN: L. 41496V., p. 1-28, 1944.

PRINCE, A. A Metrical Theory for Estonian Quantity. In: **Linguistic Inquiry** 11, p. 511-562, 1980.

PRINCE, A. Relating to the grid. In: **Linguistic Inquiry**, v. 14, n. 1, p. 19-100, 1983.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory**: constraint interaction in generative grammar. Rutgers University and University of Colorado-Boulder, 1993.

RUSSELL, K. Optimality Theory and Morphology. In: ARCHANGELI, D.; LANGENDOEN, D. T. (ed.). **Optimality Theory**: An Overview. Oxford: Blackwell, p. 102-133, 1997.

SELKIRK, E. **Phonology and Syntax**: The Relation between Sound and Structure, MIT Press, Cambridge, Mass., 1984.

TRUBETZKOY, N. S. **Grundzüge der Phonologie**. Travaux du Cercle Linguistique de Prague 7, 1939.

VAN der HULST, H. **Notes on Foot Typology and Optimality Theory**. Unpublished manuscript, 1994.

WETZELS, L. Primary Word Stress in Brazilian Portuguese and the Weight Parameter. **Journal of Portuguese Linguistics**, p. 9-58, 2007.

WILLIAMS, E. B. **From Latin to Portuguese**. Historical phonology and morphology of the portuguese language. University of Pennsylvania, Philadelphia. University of Pennsylvania Press. Oxford: Humphrev Milford: Oxford University Press, 1938.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Traduzido por Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. [1ª edição: 1938]